



Oliveira do Bairro assembleia municipal

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
TRINTA DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E
DEZOITO.-----**

----- Aos trinta dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre da Câmara Municipal, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1 - INÍCIO DOS TRABALHOS**-----

----- **2 - EXPEDIENTE**-----

----- **3 - INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**-----

----- **4 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- **5 - ORDEM DO DIA**-----

----- **5.1. – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;**-----

----- **5.2 – Apreciação dos Relatórios Anuais dos Conselhos e Comissões do Município, referentes ao ano de 2017;**-----

----- **5.2.1 - Comissão Municipal de Proteção Civil;**-----

----- **5.2.2 - Comissão Municipal de Educação;**-----

----- **5.2.3 - Comissão Municipal de Segurança;**-----

----- **5.2.4 - Comissão Municipal da Defesa da Floresta;**-----

----- **5.2.5 - Conselho Cinegético Municipal;**-----

----- **5.2.6 - Conselho Municipal da Juventude;**-----

----- **5.2.7 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.**-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **5.3 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2017, Documentos de Prestação de Contas 2017, Inventário do ano de 2017 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2017;**-----

----- **5.4 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oiã, para a concretização da Delegação Legal de Competências;**-----

----- **5.5 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, para a concretização da Delegação Legal de Competências;**-----

----- **5.6 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia da Palhaça, para a concretização da Delegação Legal de Competências;**-----

----- **5.7 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, para a concretização da Delegação Legal de Competências.**-----

----- **5.8 – Análise e Discussão do Relatório de Observância do Direito da Oposição.**--

----- Os trabalhos foram presididos por **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** e secretariados por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** e **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO**.

----- Para além do Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos.- -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Informou que se iria dar início aos Trabalhos da presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, por si convocada, nos termos do número dois do artigo 27.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro e número dois do artigo vigésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal, a ser realizada no salão nobre dos Paços do Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Seguidamente, informou os presentes que se iria dar início à Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança, tendo de seguida procedido à leitura do correspondente Termo de Posse, dando o uso da palavra ao 2.º Secretário para que procedesse em conformidade: -- -----

----- Secretário da Mesa da Assembleia Secretário da Mesa da Assembleia **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO** – procedeu à leitura do Termo de Posse do Conselho Municipal de Segurança:-----

----- ... *“Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho de Oliveira do Bairro, perante a Assembleia Municipal presidida pelo Senhor Doutor Francisco José de Oliveira Martins, compareceram pessoalmente e previamente convocados, os cidadãos abaixo identificados, que integram o Conselho Municipal de Segurança de Oliveira do Bairro, nos termos do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, a fim de tomarem posse do referido Conselho conforme dispõe o artigo 9º, da citada Lei.*-----

----- *Dr. Duarte dos Santos Almeida Novo - Membro designado nos termos da alínea a), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro;*-----

----- *Dr. Francisco José de Oliveira Martins - Membro designado nos termos da alínea c), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de Oliveira do Bairro;-----

----- *Acílio dos Santos Ferreira - Membro designado nos termos da alínea d), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa;*-----

----- *Manuel Augusto dos Santos Martins - Membro designado nos termos da alínea d), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça;*-----

----- *Dr. Dino Rui dos Santos Almeida, Procurador Adjunto - Membro designado nos termos da alínea e), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na qualidade de Representante do Ministério Público da Comarca do Baixo Vouga;*-----

----- *Marco Bruno Louro Maia - Membro designado nos termos da alínea f), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, na qualidade de representante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro;*-----

----- *Eng.º Luís Manuel Nolasco Pires Rabaça – Membro designado nos termos da alínea h), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na qualidade de Presidente da AMPER;*-----

----- *Jorge Pereira de Abrantes - Membro designado nos termos da alínea h), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro;*-----

----- *Dr.ª Mónica Esgueira dos Santos - Membro designado nos termos da alínea h), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na qualidade de Vice-Presidente da Direção da ADASMA, Associação de Dadores de Sangue da Mamarrosa;*-----

----- *António Nunes dos Santos - Membro designado nos termos da alínea h), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na qualidade de Representante do Centro Ambiente para Todos;*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Renato Almeida - Membro designado nos termos da alínea i), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, na qualidade de Representante da Associação Comercial e Industrial da Bairrada (ACIB); -----

----- Profª Maria Helena Simões da Rocha Soares - Membro designado nos termos da alínea i), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, Representante da UGT; -----

----- Jorge Manuel de Jesus Santos Ribeiro – Membro designado nos termos da alínea j), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, da Freguesia da Palhaça; -----

----- Eng.º Mário Ferreira – Membro designado nos termos da alínea j), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, da União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa; -----

----- Prof. Fernando Ferreira Batista – Membro designado nos termos da alínea j), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, da Freguesia de Oiã; -----

----- Baltazar Morgado Santos – Membro designado nos termos da alínea j), do artigo 5º, da Lei nº 33/98, de 18 de julho, da Freguesia de Oliveira do Bairro; -----

----- Verificada a legitimidade dos membros acima indicados e a sua identificação por conhecimento pessoal, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi-lhes conferida a competente posse.” -----

----- Posteriormente, cada um dos Membros presentes que compõem o Conselho Municipal de Segurança assinaram o respetivo Termo de Posse. -----

----- Não compareceram ao presente ato Capitão Cláudio Miguel Rodrigues Lopes, na qualidade de Comandante do Destacamento de Anadia, Simão Moreira Vela, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, Prof. Victor Oliveira, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, Dr. Óscar Aires dos Santos, na qualidade de Presidente da Direção da ABC Bustos, Jorge Rodrigues, na qualidade de representante do Centro Social Paroquial S. Pedro da Palhaça e Pedro Daniel Carvalho Pereira, na qualidade de representante



Oliveira do Bairro assembleia municipal

da CGTP-IN, Dr. Emídio Abrantes Rodrigues, na qualidade de Representante do Centro de Respostas Integradas de Aveiro os quais informaram da sua impossibilidade para estarem presentes. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que os Membros ausentes, tomariam posse assim que fosse oportuno. Dirigindo-se aos Membros recém-empossados do Conselho Municipal de Segurança, deu votos de um trabalho profícuo em prol dos cidadãos de Oliveira do Bairro. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra à 1.^a Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que fossem verificadas as presenças dos Membros da Assembleia Municipal.

----- Efetuada que foi a chamada verificou-se as ausências dos Membros Regina Alves, Conceição Maia, Acácio Oliveira, o Presidente da Junta de Freguesia de Oiã Vítor Oliveira e o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro Simão Vela. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que os Membros, Regina Maria da Silva Bicho Alves, Maria da Conceição Martins Maia, Acácio de Almeida Oliveira, Presidente da Junta da Freguesia de Oiã, Vítor Manuel Bastos de Oliveira e o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, Simão Moreira Vela solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido considerada justificada e as suas substituições pelos elementos indicados respetivamente, Gonçalo Roque Batista, Lília Maria Santos Tavares, Marisa Pataco Amaral, Licínia Diogo Caldeira e Rui Manuel Nunes Barqueiro.-----

----- No que respeita ao ponto **2 – EXPEDIENTE**, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou terem sido recebidos vários convites e diversa correspondência de diferentes entidades, instituições e associações do concelho, estando disponível para consulta dos interessados. -----

----- Salientou o pedido feito pelo Membro da Assembleia Carlos Ferreira, à Assembleia



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Municipal a solicitar o envio em formato de papel do Inventário Geral da Câmara Municipal. Informou que tinha sido entendimento da Mesa, apenas enviar o referido documento em formato digital, uma vez que o referido documento continha cerca de quinhentas páginas, vezes o número de Membros da Assembleia Municipal, seria um desperdício de recursos. Acrescentou que o documento em formato papel, estava disponível para consulta na Câmara Municipal pelos Membros que pretendessem consultar o mesmo. -----

----- Deu conhecimento que foi também rececionado, no dia vinte e quatro de abril, o relatório do Auditor Externo, referente ao segundo semestre do ano de 2017. -----

----- Informou também que tinha sido rececionado um pedido de Membro Arsélio Canas a solicitar que todos os documentos relacionados com a Assembleia Municipal fossem enviados para si em formato de papel, pedido que veio na sequência do envio via mail, do Relatório do Auditor Externo. Esclareceu que o documento, não fazia parte da Ordem de Trabalhos, tendo sido enviado via email, a todos os Membros da Assembleia para conhecimento e se pretendessem o documento em formato papel, poderiam solicitar o mesmo junto da técnica municipal, que dá apoio à Assembleia Municipal. -----

----- Deu conhecimento que o Presidente da Câmara o tinha informado da ausência na presente Assembleia do Vice-Presidente da Câmara Jorge Pato, por se encontrar ausente do País. ---- -----

----- Deu também conhecimento do recebimento de um ofício por parte do Presidente da Câmara, dirigido a si, tendo solicitado ao 2.º Secretário da Mesa que procedesse à sua leitura.-

----- Secretário da Mesa da Assembleia Secretário da Mesa da Assembleia **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO** – procedeu à leitura do referido ofício; -----

----- ...”Assunto: *Convocatória da Assembleia Municipal – Aditamento de Assunto*-----

----- *Venho ao abrigo do disposto no artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, solicitar a V. Ex.ª a inclusão na Ordem de Trabalhos da Sessão*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

da Assembleia Municipal de 30-04-2018, conforme solicitado pessoalmente, do seguinte assunto, por questões de operacionalidade e aplicabilidade imediata:-----

-----“Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro”. - -----

----- O referido assunto foi aprovado por unanimidade, na Reunião de Câmara de 26-04-2018.”... -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – referiu que a Assembleia Municipal, deveria pronunciar-se sobre a pertinência ou não da inclusão do ponto na Ordem de Trabalhos, referindo que o mesmo seria o último a ser discutido. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir acerca da introdução do ponto na Ordem de Trabalhos;-----

----- **NUNO RICARDO DAS NEVES VELOSO BARATA** – referiu que não punha em causa a pertinência do assunto e ainda menos a relevância da sua discussão e até a evidência da sua aprovação. -----

----- Acrescentou que o que estava em causa era o facto de ter havido problemas com a presente Assembleia desde a sua marcação, com a alteração da data, por ter coincidido com uma reunião da CIRA, depois da convocatória já enviada, a respetiva documentação tinha sido enviada em dois tempos e em vários formatos, desrespeitando o previsto no Regimento.-----

----- Disse que a Ordem de Trabalhos para a presente Assembleia Municipal era já de uma dimensão, cuja exequibilidade em duas reuniões era duvidosa e perante tudo o que atrás tinha referido, disse que poderia afirmar que a oposição manteve uma atitude perante a Mesa e perante o Executivo Municipal muito tolerante, mas tudo tinha um limite. -----

----- Estava-se perante um pedido para alargar ainda mais a Ordem de Trabalhos e quis esclarecer que os Membros da sua Bancada tinham liberdade de voto para que de acordo com



Oliveira do Bairro assembleia municipal

a consciência de cada um votassem sobre a inclusão ou não do assunto na Ordem de Trabalhos.

----- Acrescentou que na sua opinião o Presidente da Assembleia era o menos culpado de tudo o que tem acontecido, sendo óbvio que o responsável pelos acontecimentos era o Executivo Municipal, que não tinha cuidado atempadamente dos assuntos que pretendia trazer à Assembleia Municipal, acreditando e entendendo a solidariedade institucional que o Presidente da Assembleia Municipal tinha para com o Presidente do Executivo, mas a solidariedade e o respeito tinha que ser nos dois sentidos, entendendo que o Presidente da Câmara e seu Executivo tinham que também ser solidários pelos Membros da Assembleia e o seu Presidente. Acrescentou que pela dimensão da Ordem de Trabalhos, solicitar que se incluía mais um ponto, não era de quem sentia respeito institucional pela Assembleia e seu Presidente.-----

----- Referiu que todos concordariam que os Membros da Assembleia Municipal, não eram um conjunto de meninos a brincar à política, logo mereciam respeito pelo Órgão e pelo seu Presidente. Disse que gostaria de ouvir o que é que o líder de Bancada do CDS-PP, quando estava na oposição, em mandatos anteriores, diria numa Assembleia Municipal, se a documentação fosse entregue faseadamente, em vários formatos, se as datas das Assembleias fossem alteradas, se as mesmas se realizassem à segunda ou terça-feira, ou até se as Ordens de Trabalho, tivessem a dimensão que têm presentemente. Mas como nunca tinham acontecido essas situações na liderança do PSD e por isso nunca tinha sido ouvido nada nesse sentido.---

----- Disse que essas situações estavam a acontecer no momento, em que o grande defensor dos formalismos e procedimentos, líder da bancada do CDS-PP, estava no poder e ocupava um lugar de grande responsabilidade no município e recordou que esse rigor pelos formalismos e procedimentos foi a justificação dada, no presente mandato, à bancada do PSD que não viu o seu representante na primeira reunião da Comissão Permanente.-----

----- Disse ainda que era lamentável porque o Executivo Municipal, estava a colocar o Presidente da Assembleia Municipal, numa posição de gestão muito ingrata, e sobre a qual teve



Oliveira do Bairro assembleia municipal

poucas ou nenhuma responsabilidades. -----

----- Acrescentou que pessoalmente e face ao que tinha exposto, não iria viabilizar a introdução do ponto na Ordem de Trabalhos, porque existindo a figura da Assembleia Municipal Extraordinária, o Presidente da Assembleia Municipal, teria a disponibilidade de certamente todos os Membros da Assembleia, para no prazo de três dias convocar uma Assembleia Extraordinária para aprovação do referido documento, o que iria garantir a aprovação do documento em tempo útil e daria um sinal claro de respeito devido à Assembleia, ao seu Presidente e a todos os seus Membros.-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse que atendendo a que o assunto em causa, iria apenas ser discutido na segunda reunião da presente Sessão da Assembleia Municipal, haveria tempo para que os Membros analisassem o documento e refletissem sobre o mesmo, atendendo a pertinência do assunto, atendendo aquilo que deve ser a colaboração institucional entre a Assembleia e a Câmara Municipal, mas essa colaboração tinha que ser feita nos dois sentidos, concordando que o que tinha sido referido pelo Membro Nuno Barata. -----

----- Informou que a Bancada do UPOB não se iria opor à introdução do ponto na Ordem de Trabalhos.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que havia toda a pertinência que o assunto fosse inserido na Ordem de Trabalhos, também pela urgência de praticabilidade e funcionalidade do Orçamento Participativo, de forma a permitir que seja votado um assunto que do que se lembra, todas as candidaturas das últimas eleições, referiam que deveria haver Orçamento Participativo.-----

----- Disse estranhar a intervenção do Membro Nuno Barata e da formalidade a que se tinha referido, lembrando que no discurso da tomada de posse, quando este afirmou que iria ser líder de bancada do PPD/PSD, faltou a formalidade a seguir que era informar a Mesa disso mesmo e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

por isso não foi convidado a participar na primeira reunião da Comissão Permanente.-----

----- Referiu que o que tem notado por parte da Mesa da Assembleia é que qualquer questão que haja, fora do que é o formalismo normal da Assembleia Municipal, tem havido o cuidado por parte do Presidente da Mesa, em falar com os líderes de bancada, para saber da possibilidade e da forma como deve ser feito, e por isso vir à Assembleia Municipal dizer que a Assembleia Municipal, ou o Presidente da Mesa, ou a Câmara Municipal estavam a fazer de outra forma que não aquela do que é acordado com os líderes de bancada, para si não era correto. -----

----- Acrescentou que o que tinha sido apresentado pelo Presidente da Assembleia, por solicitação do Presidente da Câmara, que era a introdução de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, para si não tinha nada de fora do normal.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal, que fosse feito o enquadramento legal, para a introdução do novo ponto na Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – referiu que no entendimento da Mesa da Assembleia, servia de suporte o ponto 3 do artigo 36.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – referiu que no enquadramento da Lei 75/2013 de 12 de setembro diz que tratando-se de uma Assembleia Municipal Ordinária do Órgão Deliberativo e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos Membros da Assembleia, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na Ordem de Trabalhos, alertando que se não houver os dois terços apurados, o ponto não poderia ser incluído na Ordem de Trabalhos.-

----- Questionou de seguida qual seria a urgência reconhecida, para a introdução do assunto, atendendo que no prazo de três dias, se poderia convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** –



Oliveira do Bairro assembleia municipal

referiu que a Mesa estava consciente dessa mesma norma legal, quanto à urgência deu conhecimento que tinha entrado em diálogo com os Líderes de Bancada sobre o assunto e pela sua interpretação que tomou como urgente para o bem e interesse público do concelho, sendo uma questão de aplicabilidade e operacionalidade imediata do projeto de Regulamento do Orçamento Participativo. -----

----- Foi solicitado novamente o uso da palavra por alguns Membros da Assembleia, tendo-lhes sido concedido;-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que aquilo que estava a ser solicitado era apenas a inclusão do ponto na Ordem de Trabalhos no final da mesma. Acrescentou que por acordo na Comissão Permanente, que julgava manter-se, o assunto seria discutido na segunda reunião pré agendada da presente Sessão da Assembleia Municipal, ou seja, passados sete dias. Ora foi sugerido pelo Membro Carlos Ferreira, que fosse marcada uma Assembleia Municipal Extraordinária, no prazo de três dias para que o assunto fosse analisado e votado, entre duas reuniões da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, o que lhe parecia desnecessário.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** – quis esclarece que o exemplo que tinha dado, da reunião para a qual não tinha sido convocado, foi pelo facto de a bancada do PSD não ter cumprido os procedimentos, mas só tinha dado esse exemplo para mostrar a dualidade de comportamentos por parte de quem manda nos destinos dos dois Órgãos. -----

----- Referiu que como Membro da Assembleia Municipal, tinha deixado por escrito que mantinha a documentação em formato papel, excepcionando as atas, não tendo sido isso que tinha acontecido, havendo outras situações demonstrativas da falta de cumprimento.-----

----- Alertou para o facto do que tinha sido falado, não tinha sido nem acordado, nem deliberado. Refere que de facto os contactos têm sido realizados nos dois sentidos e tem havido sempre disponibilidade por parte dos líderes de bancada no sentido de ajudar, para que as coisas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

avancem dentro da normalidade. Mas usar os contactos informais, que têm sido feitos, para desbloquear situações e assumir-se que tenha ficado decidido ou deliberado o assunto, não era o correto. Lembrou que apenas tinha assumido que o assunto fosse trazido à Assembleia para que a mesma decidisse ou não a inclusão do ponto na Ordem de Trabalhos, porque nunca tinha tomado nenhuma posição, mesmo em Comissão Permanente, sem que primeiro tivesse consultado os Membros do PSD.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – recordou que na sua anterior intervenção, não tinha referido que tinha havido um compromisso para que o assunto fosse discutido na presente reunião ou na reunião da próxima semana. Lembrou que o que tinha dito foi que o ponto a ser introduzido, seria na reunião seguinte, se a Assembleia assim o entendesse, porque havia um compromisso, inclusive dentro da Comissão Permanente e por isso a Ordem de Trabalhos existente e a forma como estava feita, foi no sentido de existir uma segunda reunião para ser discutido o Relatório de Gestão. Acrescentou que se o assunto fosse introduzido, seria discutido nessa segunda reunião, mas nunca tinha havido compromisso por parte de ninguém, que o assunto em causa fosse aditado na presente Ordem de Trabalhos. ----

----- Acrescentou que achou estranho, o facto de haver a possibilidade de serem realizadas duas reuniões para a presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, qual seria a justificação do Membro Carlos Ferreira para solicitar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal a ser marcada na presente data, ou seja a realizar no espaço temporal de três dias. -

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que não tinha ficado clara a urgência da introdução do ponto na Ordem de Trabalhos e que deveria ser o Presidente da Câmara a esclarecer isso mesmo. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia referiu ter ficado surpreso, pelo facto de quando este marca as Assembleias Municipais, ser já na condição de ser realizada em duas reuniões, o que para si era uma falta de respeito. Acrescentou que ao ritmo dos trabalhos, haverá



Oliveira do Bairro assembleia municipal

a possibilidade de haver uma terceira reunião e assim sendo poderá ainda haver a possibilidade de ser acrescentado um outro ponto saído da próxima Reunião de Câmara. -----

----- Disse respeitar a solidariedade que o Presidente da Mesa deve ter para com o Presidente da Câmara, mas tinha que haver limites, e na sua opinião o que estava a acontecer era uma falta de respeito para como o Órgão da Assembleia Municipal, sendo um retrocesso na democracia em Oliveira do Bairro e que jamais aconteceria com a liderança do anterior Presidente da Assembleia Municipal do PSD. -----

----- **ACILIO VAZ E GALA** – disse que eventualmente por vícios de forma que possam existir, e que também possa concordar com algumas das intervenções feitas, na sua opinião havia um valor mais alto que se levantava. Leu uma frase do texto introdutório do Regulamento do Orçamento Participativo, que referia que o mesmo tentava promover o aprofundamento da democracia e a transparência da gestão municipal e combater o divórcio entre cidadãos e eleitos e na sua opinião o que se estava a passar na presente Assembleia, não era mais do que aquilo que contribuía para o divórcio, entre os cidadãos e os eleitos, não fazendo para si qualquer sentido.- -----

----- Acrescentou que se estava perante um documento, que todos julgam fundamental, inovador, propiciador de consensos e por isso estava chegada a hora da presente Assembleia, dentro das suas responsabilidades, não perder tempo com questões menos importantes, que era o que vinha a acontecer nas últimas Assembleias e focar-se no essencial, correndo o risco de passarem imagens tristes para os cidadãos que elegeram todos os membros presentes, e que os políticos eram todos iguais. -----

----- Disse concordar que deveria haver alguma ordenação e algum rigor, na preparação das Assembleias Municipais, o que na sua opinião não tem vindo a acontecer. -----

----- Solicitou que não se misturasse as situações, num documento que abria uma porta de participação dos cidadãos do concelho e se essa porta de participação era aberta então que seja



Oliveira do Bairro assembleia municipal

a Assembleia, com a atitude e ponderação e já que iria ser realizada uma segunda reunião o assunto fosse aí discutido.-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** - reafirmou que não tinha havido acordo nenhum, entre os líderes de bancada, quanto à introdução do ponto na Ordem de Trabalhos.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - disse que ainda não tinha sido esclarecido para a urgência da introdução do ponto na Ordem de Trabalhos, nem conseguia avaliar a mesma, porque ainda não tem documentos consigo para o fazer.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – esclareceu que tinha sido dado conhecimento aos líderes de bancada, que o ponto viria à Assembleia, para a votação da sua introdução ou não, na Ordem de Trabalhos. Acrescentou que se o ponto for aditado à Ordem de Trabalhos, então seria distribuída a documentação correspondente, aos Membros da Assembleia, para poderem analisá-la e discuti-la na segunda reunião da presente Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Informou que para o ponto ser aditado à Ordem de Trabalhos, terá que ter dois terços de votos favoráveis à sua introdução. Acrescentou que aquando a sua introdução na Ordem de Trabalhos, seriam todos os Membros da Assembleia devidamente esclarecidos quanto à urgência da sua discussão e aprovação.-----

----- Foi solicitado a interrupção dos trabalhos por cinco minutos, tendo sido concedidos.---

----- Passados que foram os cinco, deu-se continuação aos trabalhos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – colocou à votação o aditamento do ponto à Ordem de Trabalhos; -----

----- Efetuada que foi a Votação, o aditamento do ponto **5.9 Análise e votação para efeitos**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de Aprovação do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro, foi Aprovado por Maioria com 17 votos a Favor e 8 votos Contra, dos Membros presentes.-----

----- Votos contra dos Membros da Bancada do PSD, Nuno Barata, Arsélio Canas, Annelise Guimarães, Carlos Santos, Lília Tavares, Carlos Ferreira e Ricardo Regalado.-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – solicitou que fosse efetuada a distribuição dos documentos inerentes ao assunto a todos os Membros da Assembleia.-----

----- Em seguida procedeu-se à apreciação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2017, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão.-----

----- Alertou que nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, os Membros da Assembleia Annelise Guimarães, Rui Barqueiro e Licínia Caldeira, não estiveram presentes na referida Sessão Ordinária de 28 de dezembro de 2017, não podendo votar a referida ata. -----

----- Não havendo mais nenhuma intervenção, foi a Ata da Sessão Ordinária de 28 de dezembro de 2017 colocada à votação. -----

----- Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, datada de 28 de dezembro de 2017, foi Aprovada por Unanimidade** pelos Membros presentes.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou os presentes, que no momento que se seguia e no sentido de dar continuidade à iniciativa do mandato anterior de convidar uma associação do concelho a estar presente de forma a dar-se a conhecer, foi entendimento da Comissão Permanente dar continuidade e impulsionar a mesma, dando assim oportunidade ao maior número possível de associações do concelho, darem a conhecer a sua história, as suas atividades a quem se destinam e as suas preocupações.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Informou que a associação convidada a estar presente foi o Grupo Folclórico São Pedro da Palhaça, presidido pelo senhor Vítor Ferreira, que prontamente aceitou o convite, dando-lhe de seguida o uso da palavra. -----

----- Presidente do Grupo Folclórico S. Pedro da Palhaça **VÍTOR FERREIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve na sua íntegra; -----

----- ... *“Tal como outras Assembleias onde já foram apresentadas outras associações, cabe agora ao Grupo Folclórico S. Pedro da Palhaça fazer a sua.* -----

----- *Começo por agradecer o convite que nos foi formulado e desta forma simples, mas significativa apresentar a associação.* -----

----- *Fundada em 29 de junho de 1982 – dia da festa de São Pedro – Padroeiro da Freguesia da Palhaça, começou por adotar o nome de Rancho Folclórico Casa do Povo da Palhaça.* -----

----- *Em 14 de setembro de 2004 alterou-se o nome passando a chamar-se Grupo Folclórico São Pedro da Palhaça, nome que se mantém na atualidade.* -----

----- *Como associação da Freguesia da Palhaça, tem a sua sede no antigo e bonito edifício onde funcionaram os CTT. Este edifício pertence à Junta de Freguesia, que após a sua recuperação a cedeu através de protocolo ao Grupo Folclórico, aquando das comemorações do nosso vigésimo quinto aniversário.* -----

----- *O grupo tem como principal objetivo preservar usos e costumes de outrora, e levar a outras zonas do País e não só, como se trajava, cantava e dançava.* -----

----- *Atualmente o Grupo Folclórico de S. Pedro da Palhaça é composto por 37 elementos, entre tocata (cavaquinho, acordeão, reco-reco, ferrinhos, bombo e viola), o coro é composto por elementos, apresentando trajes da região como o pescador, a peixeira, a tremoceira, a aguadeira, a ceifeira, o salineiro e a salineira, lagareiro, o casal do campo, o casal da vindima, a noiva e o*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

noivo, a tricana, o gabão, acompanhados com alguns adereços e utensílios de trabalho, tais como o malho, cesta da vindima, cântaro de água, cesto da tremoceira, o rodo e a pá de puxar o sal, a foice e o encinho. -----

----- No nosso Grupo existem 7 pares de dançarino, jovens e adultos de diversas profissões e formação cultural, que aderem entusiasmados e entregam-se de corpo e alma à causa que abraçam. -----

----- As modas interpretadas pelo nosso Grupo são fruto de uma recolha realizada na localidade onde nos inserimos, integrando também o nosso reportório algumas modas da região da bairrada. -----

----- Após esta pequena apresentação de quem somos, passo a divulgar algumas das mais importantes atividades realizadas ao longo da nossa existência. Com atuações em Festivais e Festas de norte a sul do continente, ilha dos Açores, Espanha e França. -----

----- Em 1999 realizamos um intercâmbio Cultural com o Grupo Folclórico de Arrifes – Ponta Delgada – Açores. -----

----- Em 2000, o grupo participou no quinto Festival Internacional “Xiabre 2000” em Valga – Espanha. -----

----- Em 11 de fevereiro de 2003, participamos no programa da RTP1 “Olá Portugal” e em 11 de setembro de 2003, participamos também no programa da RTP1 “Praça da Alegria”. -----

----- Em julho de 2003, participamos no programa da “Rádio Renascença” que emitiu a partir de Aveiro. -----

----- Em 2003 deslocámo-nos durante 8 dias, a terras de França à bonita cidade de Lamballe, região da Bretanha. -----

----- Em 2009 mais uma deslocação aos Açores ilha de S. Miguel para intercâmbio cultural com o Grupo “Grujola” do concelho de Lagoa. Durante uma semana o nosso grupo deu a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

conhecer as nossas tradições e costumes. -----

----- Em 2010 foi a vez de retribuirmos a nossa passagem em Lagoa, recebemos na Palhaça durante uma semana o Grupo de Folclore “Grujola”. Este foi um dos intercâmbios que mais marcou o nosso Grupo.-----

----- Ao longo dos anos temos participado nas mais variadas atividades promovidas pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia. Como não podia deixar de ser, reitero que continuamos disponíveis sempre que formos solicitados. -----

----- A nível discográfico editámos três cassetes, dois CD e um DVD. -----

----- Realizamos todos os anos a matança do cevado à moda antiga, a noite de fados e o nosso Festival Folclórico que traz à nossa Freguesia ranchos de todo o país. -----

----- Uma das grandes atuações que temos feito ao longo dos últimos anos é na festa do Avante, onde somos bastante reconhecidos.-----

----- Para terminar reitero novamente a nossa disponibilidade para as atividades da Câmara Municipal, sempre que nos solicitem, agradeço mais uma vez a oportunidade que nos deram de hoje podermos ter feito esta apresentação.-----

----- Não querendo ser abusivo, solicito ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia permissão para a entrega de um DVD a cada elemento que compõem esta Assembleia, desejando a todos um bom trabalho e uma boa noite.”-----

*----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** agradeceu na pessoa do senhor Vítor Ferreira, Presidente do Grupo Folclórico S. Pedro da Palhaça, por ter aceite o convite da Assembleia Municipal e pela partilha do que era a história, a cultura e o património recolhido e divulgado em vários locais do país e fora dele, como cultura do concelho de Oliveira do Bairro, mais propriamente das terras da Freguesia da Palhaça.-----*

----- Referiu que a politica se fazia de debate ideológico, mas também se fazia de afetos e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tradições partilhadas e aí sim uniam aquilo que eram as raízes e a cultura de democracia.-----

----- Agradeceu também a lembrança que foi deixada, forma de não esquecerem as suas tradições e origens.-----

----- De imediato deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitando ao 2.º Secretário da Mesa que procedesse à leitura da nota introdutória do presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- 2.º Secretário da Mesa **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO** – teceu a seguinte intervenção:-----

----- “... *A mesa entendeu que sempre que esteja presente público nas Assembleias Municipais, dever-se-á prestar o seguinte esclarecimento:*-----

----- *Nos termos regimentais (artigo 34.º e 41.º do Regimento em vigor), o período de intervenção aberto ao público, será antecedido de prévia inscrição dos interessados, nele podendo intervir qualquer cidadão residente, natural ou com interesses na área geográfica do Município e com idade superior a 18 anos, podendo fazê-lo quer a título individual, quer em representação de organizações coletivas com sede na referida área geográfica, quando credenciado para o efeito. Cada interveniente só poderá usar da palavra uma vez pelo período máximo de 5 minutos.*-----

----- *Ainda nos termos do artigo 41.º os esclarecimentos a solicitar pelo público serão sempre dirigidos à Mesa da Assembleia e nunca diretamente a qualquer membro da Assembleia Municipal e não poderão dizer respeito às matérias da Ordem do Dia.*-----

----- *A Mesa da Assembleia, se tiver possibilidade para tal, esclarecerá o interessado imediatamente ou posteriormente por ofício.*-----

----- *A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

aplaudir ou reprovare as opiniões emitidas ...” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS**-
deu conhecimento da existência de uma inscrição por parte do público, solicitando que aquando
da sua intervenção se identificasse, dando de seguida o uso da palavra ao mesmo, por ordem
de inscrição; -----

----- **PAULO BARATA**, residente na freguesia da Palhaça – agradeceu o facto de o
Presidente da Assembleia ter aceite o convite para estar presente nas Jornadas Históricas do
Património e Cultura, aproveitando para dirigir o convite a todos os Membros da Assembleia.---

----- Esclareceu que nas Jornadas Históricas, se pretendia falar um pouco de cultura e
património, em duas sessões distribuídas por vários dias, sendo uma delas na Freguesia da
Palhaça onde se iria falar de património religioso e documental num segundo encontro, falar-se-
ia de identidade e personalidades, fazendo referência ao Visconde de Bustos e Arlindo Vicente
e num terceiro painel, falar-se-ia de património memória e musealização. -----

----- Referiu que as Jornadas tinham começado com uma exposição, onde tinha estado o
senhor Armor Pires Mota, com o seu testemunho pessoal, sendo que essa exposição iria passar
para a escola Acácio Azevedo. Acrescentou que também tinham conseguido que a Diocese
falasse de património arquitetónico e de arte sacra. -----

----- Deu conhecimento que a pedido da Junta da União de Freguesias, se estava a estudar
a possibilidade de se realizar mais uma sessão das referidas Jornadas. -----

----- De imediato deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **4 - PERÍODO
ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** -
solicitou aos Membros que pretendessem intervir neste assunto para que se inscrevessem,
sendo-lhes seguidamente dado o uso da palavra; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **CONCEIÇÃO EMILIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA**– entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve na sua íntegra; -----

----- ...“No passado dia 17 deste mês de abril foi celebrada em Mafra, a escritura de Constituição da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas.-----

----- Estiveram envolvidos como membros fundadores, 14 Municípios: Aveiro, Ílhavo, Alcobaça, Batalha, Barcelos, Caldas da Rainha (Sede), Mafra, Montemor –o- Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Tondela, Viana do Alentejo, Viana do Castelo e Vila Nova de Poiares.

----- A cerimónia de constituição desta Associação contou com a presença de Representantes do Agrupamento Europeu das Cidades Cerâmicas (que aliás terão sido os grandes impulsionadores da criação desta Associação). -----

----- A Associação tem como objetivos, entre outros, a defesa, a valorização e a divulgação do património cultural e histórico cerâmico, o intercâmbio de experiências entre associados e a nível internacional, bem como a consciencialização de empresários e das comunidades locais para a importância histórica e patrimonial da cerâmica, seja na vertente artesanal como industrial e ainda evidenciar o seu potencial para a sustentabilidade económica e social das cidades e vilas associadas. -----

----- Este assunto já foi abordado pelo Membro desta Assembleia Armando Humberto, em Reunião Ordinária de 21 de abril do ano passado. -----

----- Ao que se sabe, sem quaisquer desenvolvimentos.-----

----- Uma vez que a indústria cerâmica é um dos pilares do desenvolvimento do concelho e somos detentores de muito património cultural e histórico cerâmico e temos a Cerâmica Rocha com um eventual e futuro Museu da Olaria ... -----

----- Pergunto, se é intenção deste novo Executivo, promover a integração do Município nesta promissora Associação.” ... -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** – entregou a sua intervenção por escrito à Mesa a qual se transcreve na sua íntegra; -----

----- ...”Gostaria neste ponto da Ordem de Trabalhos colocar aqui algumas questões:-----

----- 1.^a - É do conhecimento que a alteração da data da Assembleia Municipal teve que ver com a sobreposição não acautelada pela Mesa da nossa Assembleia com a da Intermunicipal da Região de Aveiro (a da CIRA que foi convocada primeiro e o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal é o primeiro secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal). Como pode isto acontecer, Senhor Presidente?-----

----- 2.^a – Com a alteração da data da Assembleia Municipal, novo erro, nova sobreposição, desta vez com as Assembleias de Freguesia. Como pode isto acontecer? Ninguém aprendeu com o erro?-----

----- O que tem o Presidente da Assembleia a dizer sobre tudo isto? -----

----- 3.^a – Obviamente que uma das razões porque toda esta situação se ter criado é o facto de termos Assembleias Municipais marcadas para as segundas e terças-feiras, contrariando uma tradição de muitos anos neste órgão de realizar as assembleias às sextas-feiras, (com todas as vantagens que isso significava, para o público e para a dignificação do órgão, lembrando que não somos profissionais da política e que trabalhamos no dia seguinte).-----

----- Esta situação está a ocorrer por exclusiva responsabilidade do Presidente do Executivo Municipal, que se lembrou, agora presidente, de ir tirar um curso.-----

----- Portanto, para que o senhor Presidente da Câmara vá tirar o seu curso, enquanto “profissional político” remunerado para dirigir os destinos do nosso Município, prejudica a vida de todos os membros desta Assembleia que, embora procurem naturalmente fazer o seu melhor, não são profissionais da Assembleia, prejudicando assim a organização dos trabalhos, criando problemas logísticos e retirando público das Assembleias... -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- 4.^a – *Portanto a Bancada do PSD pretende que o senhor Presidente do Executivo nos esclareça hoje e de viva voz, quando termina exatamente o seu curso?*-----

----- 5.^a – *Durante muitas sessões da Assembleia do mandato anterior, fomos ouvindo interpelações à Mesa feitas pelo senhor deputado Luís Carvalho sobre as pretensões da população da Quinta de Além de transitarem do concelho de Cantanhede para o Concelho de Oliveira do Bairro. Também a esse propósito ouvimos numa das primeiras sessões deste mandato o senhor ex deputado do CDS-PP, João Bastos, a opinar sobre a necessidade da criação duma Comissão no seio da Assembleia Municipal para tratar deste assunto. Questiono a Mesa da Assembleia nas pessoas do senhor segundo Secretário e do senhor Presidente da Mesa que reuniões e/ou outras démarches já realizou com os órgãos autárquicos de Cantanhede no sentido de ir ao encontro da pretensão destes moradores.*-----

----- 6.^a – *Apelo ainda ao Presidente da Assembleia que me responda às seguintes perguntas:*-----

----- *Considera o número de pontos à discussão um número razoável?*-----

----- *Entende que é possível discutir esta Ordem de Trabalhos em tempo razoável?*-----

----- *Ou melhor, entende que esta quantidade de pontos para uma Assembleia dignifica o órgão, a democracia e o municipalismo?” ...*-----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – questionou o Presidente da Câmara, sobre o ponto de situação dos centros de saúde do município, qual a oferta médica atual no concelho e se era possível quantificá-la e qual o ponto de situação das extensões de saúde da Palhaça e da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, se as mesmas iriam avançar e se havia candidaturas.-----

----- Em resposta ao Membro Arsélio Canas, disse que o mesmo tinha referido e bem, que não eram profissionais da política, estavam no cargo para o qual foram eleitos, por gosto e pelos seus conterrâneos. Concordou que todos trabalhavam no dia seguinte às Assembleias, sendo



Oliveira do Bairro assembleia municipal

um pouco extenuante estarem presentes até à meia-noite e no dia seguinte irem trabalhar, mas quem corre por gosto não cansa e para si é indiferente estar na Assembleia a qualquer dia da semana. -----

----- Referiu que ninguém tinha que promiscuir a vida privada do Presidente da Câmara, achando muito bem que o senhor Presidente da Câmara tire um curso, ficando assim o concelho com um Presidente de Câmara com mais habilitações académicas e mais capaz de gerir os destinos do concelho, nos próximos onze anos. -----

----- Dirigindo-se aos Membros Nuno Barata e Carlos Ferreira disse que se estes não interpelassem tantas vezes a Mesa, com pedidos de esclarecimento, talvez a extensão das Ordens de Trabalhos não fosse tão longa. -----

----- Referiu que a Mesa, de certa forma tinha sido acusada de não ter enviado a documentação atempadamente, dizendo que não era verdade, porque tinha sido enviado um mail, pelos serviços técnicos, a questionar a melhor forma de entregar a documentação, uma vez que era volumosa e não caberia em todas as caixas de correio. -----

----- Analisou a Ordem de Trabalhos e foi mostrando os documentos relativos a cada ponto, provando que tudo tinha sido enviado, excetuando o inventário que tinha sido enviado por mail, também devido à quantidade de folhas, cerca de quinhentas. -----

----- Referiu que só não tinha sido enviado o ponto que tinha acabado de ser aditado à Ordem de Trabalhos e que tinha gerado tanta confusão, para si desnecessária, porque a questão só tinha sido uma, se concordavam ou não com o aditamento do ponto à Ordem de Trabalhos, questão, que se enquadra no Regimento da Assembleia Municipal e por isso só tinham que votar sim ou não. -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – lembrou que há poucos dias atrás se tinha comemorado o 25 de Abril de 1974, dia a que todos se acostumaram a apelar de dia da liberdade. Parabenizou o Executivo pela cerimónia comemorativa que se realizou. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acrescentou que desde esse de 25 de Abril de 1974, se tinham passado quarenta e quatro anos, e nos primeiros quarenta a quatro anos de democracia os partidos políticos, se tinham constituído como os pilares da democracia. Disse que se atentassem às últimas décadas da história coletiva, mais particularmente há última década, consegue-se aperceber que esses pilares começaram a abrir fendas, ou mesmo a desmoronar, o que tem vindo a fragilizar bastante o edifício da democracia e a própria construção democrática, que dada a sua natureza muito frágil seria necessário renovar constantemente. -----

----- Disse que faltando os pilares, deveriam as fundações minimizar o impacto do desmoronamento, e em democracia, entendia que as fundações eram todos os cidadãos. Volvidos quarenta e quatro anos do 25 de Abril de 1974, era tempo de os cidadãos suportarem e reerguerem a democracia, sobretudo a nível local, assumindo um papel mais ativo, mais participativo, mais liderante, mas ao mesmo tempo mais exigente, mas sobretudo abandonando a estafada atitude a que todos se foram habituando, para não dizer mesmo, a que se foram viciando de culpar os tradicionais decisores, que eram aqueles que se faziam acompanhar de bandeiras partidárias, passando a constituir-se cada vez mais como fonte de propostas que se venham a consubstanciar em novas soluções. -----

----- Referiu que já todos tinham percebido que a velha estratégia, a velha política, que apenas tinha sido nova em abril, se esgotou em quarenta e quatro anos, não se podendo esperar mais daqueles, do que a atitude que a contemporaneidade exige, uma nova visão e novas soluções. -----

----- Disse que o avanço tecnológico num mundo cada vez mais global e o aumento da escolaridade, transformou a sociedade, numa sociedade de cidadãos e esses, terão um papel cada vez mais determinante, definindo a sociedade em que querem viver e determinando as funções das suas instituições e agentes, ou mesmo constituindo-se como os principais agentes decisores. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Recordou que tinha começado a sua intervenção, por referir que o dia 25 de abril como dia da liberdade, mas porventura na atualidade de deverá juntar novos valores, como o da cidadania responsável, interventiva e consequente. Referiu que era essa cidadania que na Assembleia Municipal, o UPOB quer representar e que tinham em mente quando se constituíram Grupo de Cidadãos e eleitores independentes, porque enquanto cidadãos se nada se fizer, muito brevemente serão obrigados a suportar o ónus de décadas de criação de edificado que os políticos tradicionais criaram, muitas vezes endividando as instituições para, entre outros, aí deixarem os seus nomes inscritos nas placas alusivas às respetivas inaugurações. -----

----- Olvidaram que a obra feita, carecia de manutenção e exige recursos para o seu funcionamento e atualmente assiste-se ao crescimento insustentável da despesa corrente de instituições, de que era exemplo a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro. Alertou para que os cidadãos não se esqueçam e que se estivessem atentos, porque o ónus é suportado por todos, através do aumento de taxas e impostos e por isso solicitou que fossem cidadãos mais atentos, mais participativos, mais exigentes e mais liderantes. Apresentem ideias e propostas, e defendam-nas intransigentemente quando as mesmas tenham mérito e sejam assertivas e só assim se conseguirá reinventar abril a bem do futuro de todos.-----

----- **CARLOS MANUEL CURA DOS SANTOS** – dirigiu uma saudação ao Grupo Folclórico São Pedro da Palhaça, na pessoa do seu Presidente Vítor Ferreira e agradeceu a apresentação que foi feita e por levarem o nome do concelho além-fronteiras. -----

----- Referiu que as associações deveriam ser apoiadas e acarinhadas, não deixando assim que a cultura de um povo morra. -----

----- Questionou qual o ponto de situação dos arranjos nas estradas da Freguesia da Palhaça, mais concretamente a Rua do Paraíso e também sobre os acessos à Feira da Palhaça.

----- **PATRICIA SOFIA LOURO DE LEMOS** – dirigiu os seus cumprimentos ao Grupo Folclórico São Pedro da Palhaça, na pessoa do seu Presidente Vítor Ferreira, agradecendo a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

lembrança que lhe foi entregue.-----

----- Dirigindo-se ao Membro José Carvalheira, esclareceu que a Sessão Solene, referente às comemorações dos quarenta e quatro anos do 25 de Abril, era uma organização da Assembleia Municipal, sendo o evento da Assembleia Municipal, aproveitando para em seu nome e da Bancada do CDS, dirigiu os parabéns à Mesa da Assembleia, pela excelente organização e pelo bonito espetáculo que foi proporcionado.-----

----- Sentiu-se grata por ter visto a envolvimento das crianças do Município nas comemorações do 25 de Abril, dando também os parabéns pela exposição que tinha sido inaugurada também nesse dia, com trabalhos realizados pelas crianças do Município, alusivos ao 25 de Abril.-----

----- Referiu que sobre o 25 de Abril, apenas tinha ficado por esclarecer o seguinte;-----

----- O Patinho Feio, era um conto do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen, e foi publicado pela primeira vez em 11 de novembro de 1943, tendo atualmente 175 anos. Pese embora os 175 anos, não sejam de forma alguma, mais importantes que os 44 anos da Revolução dos Cravos.-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – dirigiu uma saudação especial ao Presidente do Grupo Folclórico de São Pedro da Palhaça Vítor Ferreira, extensível a todos os elementos do Grupo e restantes dirigentes, pelo trabalho que têm feito.-----

----- Dirigiu também uma saudação à Vereadora Lília Ana Águas, que coordenou a parte cultural, com a presença das crianças do município na cerimónia comemorativa do 25 de Abril, tendo sido muito importante a participação das crianças, trazendo pessoas novas à Assembleia, sendo muito relevante, valorizando a Sessão Solene.-----

----- Deu nota que o Movimento Cívico Oliveirense UPOB, tinha organizado no passado dia 14 abril, as Jornadas Oliveirenses sob o tema “*Pensar Oliveira do Bairro*”, querendo deixar algumas notas sobre as Jornadas;-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que quando se coloca um conjunto de pessoas com diversas experiências, a falar sobre aquilo que são os problemas do concelho de Oliveira do Bairro, era relativamente fácil chegar a um consenso, e quais os pontos que constroem o município, mostrando que há muito mais do que nos une do que aquilo que nos divide, o que nem sempre se deixa transparecer. --

----- Verificou-se também que os problemas se iam acumulando no tempo, focando a questão da indústria que para si era um problema que deveria ser atacado, no concelho de Oliveira do Bairro, tendo várias variantes.-----

----- Referiu que um dos problemas é a falta de espaço para que se consiga ter unidades industriais de referência, que elas próprias possam ser catalisadoras de outros investimentos e de outras unidades.-----

----- Outro problema era uma política continuada e articulada do município no sentido de conseguir atrair essas unidades industriais. -----

----- Um outro problema também focado, nomeadamente por empresas de base tecnológica, era a falta de mão de obra, havia dificuldade em atrair quadros técnicos para trabalharem nas suas empresas. Acrescentou que perto do concelho existia a universidade de Aveiro, que poderia fornecer esses quadros técnicos, sendo necessário que se aproveite esses recursos existentes.

----- Referiu que tudo estava relacionado com as acessibilidades, sendo que uma das principais zonas industriais do concelho, a de Vila Verde, completamente encravada, sendo necessário arranjar forma de a desencravar, nomeadamente para a chegada das mercadorias e para a saída das mesmas. Deu também o exemplo da ligação a Aveiro, que estava altamente congestionada, formando fila todos os dias, devido a um semáforo lá existente que veio causar mais problemas, do que os que resolveu. Acrescentou que se deveria ter em conta essas situações. -----

----- Disse que o Presidente da Câmara, deveria ter a capacidade de dialogar com os Presidentes de Câmara dos municípios de Águeda e Anadia, porque na sua opinião resolvendo



Oliveira do Bairro assembleia municipal

a questão das acessibilidades a Aveiro, também os iria ajudar a eles. -----

----- Lembrou que o que se tem visto nos programas da região é falar-se no nó da A1 em Vila Verde e era a auto estrada Águeda-Aveiro, que na sua opinião não iria acontecer nos tempos mais próximos. Referiu que se todos em conjunto, pensassem numa forma de valorizar o nó da A1 de Aveiro Sul, que já existia, valorizar as vias rápidas existentes, nomeadamente a que liga Malaposta a Oliveira do Bairro, que na sua opinião deveria continuar até à rotunda que dá acesso à A17, ou seja arranjar forma de todos se interligarem de forma a terem acesso rápido ao nó da A1, valoriza-se o mesmo, e resolve-se a questão de acesso a Aveiro. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que a sua intervenção se prendia com uma preocupação que, com surpresa, o CDS vinha a revelar, sendo para si uma preocupação excessiva, mas legítima, no que diz respeito aos custos com a Assembleia Municipal, o Órgão máximo da democracia e municipalismo da política local. -----

----- Lembrou que no ponto do Expediente, o Presidente da Assembleia tinha informado de um pedido de documentação, que tinha sido formulado, por um Membro da Assembleia, o qual estava enquadrado no Regimento da Assembleia Municipal. Acrescentou que a documentação em causa, era o inventário, que faz parte integrante do Orçamento e Prestação de Contas, que deve ser enviado em formato papel e sendo opcional o envio em formato digital. -----

----- Questiona como é que os Membros da Assembleia, de uma forma séria e responsável, conseguem apreciar um documento, mais concretamente um inventário, independentemente de ter quinhentas páginas, se o mesmo não tinha sido entregue em formato de papel, apenas foi entregue em formato digital, tendo sido dito que poderiam vir à Câmara Municipal consultar o mesmo. -----

----- Disse que assim, conseguia perceber porque é que o Revisor Oficial de Contas tinha emitido uma reserva sobre o património, talvez porque também lhe tinha sido dito que podia vir à Câmara para consultar o documento. Questionou o motivo da emissão de reserva, pelo Revisor



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Oficial de Contas, porque como não tem o documento consigo, não conseguia encontrar o motivo.

----- Referiu que a quantidade de documentação, poderia ser resolvida com a criação da Comissão de Acompanhamento Orçamental, que consta do Regimento, mas ainda não entrou em funções e em vez de ser feita a distribuição exagerada de documentação, através de um acordo entre os elementos da referida Comissão, poder-se-ia enviar apenas a documentação necessária para consulta dos Membros da Assembleia, porque tem conhecimento que há elementos no Orçamento que apenas são obrigatórios para envio para o Tribunal de Contas e que nada interessam para a discussão política do documento. -----

----- Fez referência à preocupação existente, na redução de custos com o pagamento de senhas de presença aos Membros da Assembleia Municipal, mas depois é apresentada uma Ordem de Trabalhos, que não era exequível em apenas uma reunião, em clara violação do respeito recíproco institucional dos seus Órgãos e os seus Membros, escudados no entendimento da tutela, que diz que um Membro da Assembleia tem direito a uma única senha de presença por cada Sessão, independentemente da duração da mesma. Acrescentou que o entendimento do legislador e o seu, era que por mais uma hora ou duas não se pagaria mais uma senha de presença, mas a realidade atual mostra que se pode estar perante a possibilidade de haver três reuniões para a presente Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Referiu ainda que a preocupação em reduzir os custos com as senhas de presença, porque ainda não tinha percebido o motivo, mas parecia-lhe que a instalação da Comissão de Acompanhamento Orçamental, que estava prevista no Regimento, estava a ser adiada por esse motivo, para não se pagar senhas de presença. -----

----- Outra preocupação existente é a redução de custos com a impressão da documentação a enviar aos Membros da Assembleia, não disponibilizando toda a documentação obrigatória, que também constava no Regimento, para uma correta e mais aprofundada análise dos assuntos, prejudicando assim a discussão dos pontos, por parte dos Membros da Assembleia, em clara desconformidade com o estabelecido no artigo 37.º do Regimento da Assembleia. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que o tipo de medidas atrás referidas, eram meramente populistas e demagógicas, servindo apenas para ficarem bem na fotografia e no discurso, mas sem efeito positivo. -----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – dirigiu o seu agradecimento ao Presidente do Grupo Folclórico São Pedro da Palhaça, Vítor Ferreira pela forma como tinha exposto a atividade do Grupo, que tem dignificado a região além-fronteiras. -----

----- Sobre as comemorações do 25 de Abril de 1974, disse que não sentia o 25 de Abril porque não presenciou o momento, e se calhar outros Membros também não o sentiam, porque na sua opinião, o que se fazia atualmente na política, nada tinha a ver com a revolução do 25 de Abril de 1974. Acrescentou que têm que ser pessoas de bom senso, de consenso e de olhar para as situações com intenção de as resolver, quer sejam anteriores ou posteriores. -----

----- Referiu que houve a reunião da CIRA, e de facto as agendas tinham ficado sobrepostas, mas o concelho de Oliveira do Bairro esteve doze anos parado, e passaram de um símbolo que projetava um concelho de há doze anos atrás, para um símbolo que representa a dinâmica que se quer num concelho. Acrescentou que há que ter identidade, há que saber o que se quer e para onde se quer ir. Concorda que se tem que respeitar o passado, mas tem que se projetar o futuro, que é daí que vem o rendimento para o município. -----

----- Relativamente ao Plano Municipal de Segurança, dirigindo-se ao Presidente da Câmara referiu que ainda não estava ativo no site da autarquia o Plano Municipal de Segurança, sendo que na presente data os seus elementos tomaram posse e se calhar nem sabiam qual a função que iam ter no Conselho Municipal de Segurança. Lembrou que era a segunda vez que alertava essa situação, e que gostaria que fosse operacionalizada. -----

----- Sobre os contratos de concessão da rede de distribuição da EDP, referiu que havia situações em que se tinha que olhar para o futuro, mas conscientes das responsabilidades que se ia assumir daqui a dois anos e se calhar poucos Membros da Assembleia, tinham



Oliveira do Bairro assembleia municipal

conhecimento do que iam assumir, como assumiram a questão da água.-----

----- Aconselhou que todos se instruissem daquilo que vão discutir e votar, relativamente à EDP, ou então vende-se aquilo que querem que vendamos. Acrescentou que na linha do anterior Executivo e continuando o trabalho que tem vindo a fazer, solicitou à Mesa alguns documentos, que era a questão de saber sobre o ativo que ia ser concessionado, disse também que gostaria de ter o inventário do número de postes de transformação e potência que existem no concelho, nos últimos cinco anos, o número de armários de distribuição, os circuitos e cabos existentes na rede de distribuição do concelho, o número de apoios e luminárias, modelo, tipo e potência das mesmas.-----

----- Acrescentou que estavam envolvidos, só no contrato das rendas da EDP, cerca de oitocentos mil euros de receitas para a Câmara por ano. Questiona se o valor seria suficiente para ser o município, o responsável pelas infraestruturas, dizendo que deixaria a questão por escrito, para a devida resposta.-----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – começou por felicitar o Executivo pelas atividades que tem vindo a desenvolver, como o “Concurso de Leitura em Voz Alta”, as comemorações do 25 de Abril de 1974 e a recente dinâmica dos Museus da Rádio e EtnoMúsica, não pela iniciativa, mas pela continuidade de bons projetos. -----

----- Relativamente ao ensino, questionou como estava o processo do IPSB ou das antigas instalações, e se já havia resposta do Ministério de Educação. Referiu que se, entretanto, e por conveniência o assunto ficou esquecido, não o fará esquecer. Dos alunos que frequentavam aquele estabelecimento de ensino, disse que mais de metade continuam a estudar fora do concelho, ou dentro dele, mas nas condições que pouco apraz em ver, nomeadamente na ESOB. Questiona se não chovia dentro daquele estabelecimento. -----

----- Disse que invocando uma vez mais a igualdade de acesso ao ensino, uma vez que não podia invocar a liberdade de escolha, questiona o que estava a ser feito ou pensado. Questiona



Oliveira do Bairro assembleia municipal

também como se iria recuperar os alunos que agora estudavam noutros estabelecimentos de ensino de outros concelhos, ou vai-se esperar mais uma vez por setembro. -----

----- Referiu que juntamente com a documentação, foi enviado um relatório do Conselho Municipal de Educação, relativo ao ano anterior, o tal Conselho que espera, em breve ver reunido, não só para consulta, mas para ser construído um verdadeiro projeto educativo sensível e próximo aos anseios dos oliveirenses. -----

----- Parabenzou a distribuição de livros pela biblioteca de Oliveira do Bairro, aos bebés oliveirenses, porque os livros eram sempre a melhor maneira de educar e ensinar, como todos sabem. Mas na sua opinião, seria pródigo antes pensar-se na possível distribuição de livros, aos que com mais urgência, possam, queiram e consigam ler. -----

----- Relativamente às preocupações, por si já referidas em Sessões anteriores, relativamente à biblioteca de Oliveira do Bairro e á falta de condições para a receção de estudantes universitários e do ensino secundário, que podendo, querendo e conseguindo ler, encontram a biblioteca fechada ao fim-de-semana e durante a semana nos horários que todos tinham conhecimento. Também não há acesso à internet por PC próprio, salientando que é sempre mais fácil distribuir livros a bebés, ora porque não sabem ler, ora porque não sabem reclamar, não deixando de ser uma excelente iniciativa. -----

----- Referiu que era importante pensar e colocar estrutura no futuro, sem esquecer os problemas atuais. -----

----- Disse achar deplorável, que passada uma semana das comemorações do 25 de abril de 1974, se diga em Assembleia Municipal e se sugira que a extensão da mesma se deva á discussão livre e democrática dos assuntos. Acrescentou que se colocarem menos questões e reclamarem menos, tudo passa num instante, afinal não foi só o PSD que perdeu o PPD, porque o PP também perdeu o CDS. -----

----- **ACÍLIO DIAS VAZ E GALA** – começou por referir três datas, 1974, 1977 e 1895,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

dizendo que as três eram interessantes e cada uma com a sua história. Sobre o ano de 1974, já muito se tinha falado, o ano de 1977, há quarenta e um anos atrás começava a aplicação do poder autárquico, no concelho de Oliveira do Bairro, sendo o senhor Alípio Sol, o primeiro Presidente da Câmara, pós 25 de Abril de 1974. No ano de 1895, foi extinto o concelho de Oliveira do Bairro. Lembrou que Oliveira do Bairro, tinha sido criado pelo Foral em 1514, apareceu como concelho em 1836, no entanto perdeu Nariz para Aveiro em 1872 e perdeu Fermentelos para Águeda em 1895, tendo sido aí que o concelho de Oliveira do Bairro foi extinto. -----

----- Referiu que esteve extinto durante três anos, tendo reaparecido em 1898. Disse que todos sabem que a história se repete e se não nos colocarmos à cautela, pode-se correr o risco de em gerações futuras voltar a perder-se o concelho de Oliveira do Bairro. Disse que se olharem à volta, vêem concelhos limítrofes cheios de força, atraindo empresas, investimentos, pessoas, capacidade intelectual, mas no concelho de Oliveira do Bairro isso não acontecia, apenas aproveitava fundos, ondas, para fazer investimentos na educação, mas que agora se verifica que tem que ser reaproveitados para outras coisas, deixando de investir há mais de doze anos em pólos importantes, quer no comércio, quer na indústria que possam competir e atrair pessoas. -

----- Disse que internamente se digladiam a discutir coisas que não levavam a parte alguma, enquanto os outros à volta do concelho, progridem e avançam.-----

----- Referiu que o 25 de Abril, também era isso, era saber que já não existimos no século XIX, que se deixou de ser concelho e que se assim se continuar corre-se um sério risco de sermos aglutinados, porque o mundo atualmente era mais global e não se coadunava com coisas locais que não se preocupam com o futuro.-----

----- Disse que para recordar Mário Soares, uma pessoa muito ligada ao 25 de Abril de 1974, quando dizia que a política era feita de paixão, de responsabilidade, de serviço e de missão e que qualquer decisão tomada pelos políticos, ia ter repercussão no futuro. Acrescentou que qualquer decisão não tomada pelos políticos locais, mais propriamente de Oliveira do Bairro, iria



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tocar nas gerações vindouras, que vão sofrer pelas consequências dos atos agora tomados e isso é também comemorar 25 de Abril. -----

----- **LUÍS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO** – dirigiu os seus cumprimentos ao Presidente do Grupo Folclórico São Pedro da Palhaça, pelo excelente trabalho que tem feito.-----

----- Disse que apenas pretendia prestar um esclarecimento ao Membro Arsélio Canas, quando questionou sobre o lugar da Quinta Dalém, lembrando-o que a última questão que tinha colocado à Assembleia Municipal sobre o assunto, em 16 de junho de 2017, onde o Presidente da Assembleia Municipal, na altura, Manuel Nunes Simões dos Santos, o tinha informado que, e passou a citar o excerto da ata;-----

----- ...*“disse que antes de concluir o ponto da ordem de trabalhos, queria deixar uma palavra relativamente à questão de novo afluída pelo Membro Luís Carvalho, sobre a questão da Rua da Quinta de Além. Referiu que não compete, ao Presidente da Assembleia Municipal decidir nem interferir sobre nada que tenha a ver com a organização administrativa do território. Acrescenta que no desempenho das suas funções vai acompanhando e dando sequencia aos assuntos que forem sendo questionados, levantados e abordados. Disse que continua a aguardar que aqueles que se encontram numa situação de indefinição, que estão implantadas as suas habitações no território do concelho de Cantanhede, solicitem a quem de direito sobre esclarecimentos relativamente a todas as suas situações de cidadãos com dúvidas. É procurar junto dos organismos próprios os devidos esclarecimentos.”* ... Fim de citação.-----

----- Disse que era com enorme orgulho que via da parte do Membro Arsélio Canas que não ia descurar o assunto, acrescentando que durante os quatro anos em que falou sobre a questão, nada tinha sido feito pela Câmara Municipal. Lembrou que neste início de mandato, o assunto já tinha sido afluído pelo Presidente da Câmara, em Assembleia Municipal. -----

----- Agradeceu a intervenção do Membro Arsélio Canas, solicitando que o mesmo fosse pressionando, porque a Mesa da Assembleia dentro das suas competências tudo faria. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** – dirigiu os seus cumprimentos ao Presidente do Grupo Folclórico São Pedro da Palhaça, Vítor Ferreira, agradecendo a apresentação que foi feito e o trabalho que tem desenvolvido.-----

----- Tendo entregue a sua intervenção por escrito, seguidamente se transcreve a mesma;

----- ...*“Porque esta é a Assembleia Municipal do mês de abril e, neste mês, decorre, entre os dias 2 e 27, a campanha Laço Azul, que sensibiliza para a prevenção dos maus tratos na infância.* -----

----- *Porque, precisamente há um ano, na Assembleia Municipal de 21 de abril e por iniciativa do, à data, Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Nunes, decorreu neste Salão Nobre, uma ação de sensibilização sobre esta problemática, não quis, um ano volvido, deixar de aqui dedicar a minha intervenção, que é feita em nome da Bancada do PPD/PSD, a cada uma destas crianças.* -----

----- *Na Assembleia Municipal de há um ano esteve presente e usou da palavra, um jovem do núcleo de crianças e jovens em risco de Oliveira do Bairro.* -----

----- *Martim Barros, o nome do jovem em questão, deste mesmo púlpito, partilhou com os presentes, algumas frases sobre o que, para ele, uma criança precisava.*-----

----- *De entre as frases que reproduziu existiu uma que, ao ler a ata dessa Assembleia, me tocou particularmente.* -----

----- *Dizia: “Eu, criança, preciso de ter quem me mostre um mundo de esperança.”*-----

----- *Tocou-me porque, para além da política, das contas e dos orçamentos, para além dos projetos edificados ou não...*-----

----- *Para além das nossas divergências ou convergências, está esta grande verdade que talvez, por momentos, cada um de nós eleitos se esqueça...* -----

----- *Estamos aqui também para ajudar a trazer um mundo de esperança...* -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Deixemos então que hoje, neste momento, essa solene responsabilidade pese ainda mais sobre os nossos ombros...* -----

----- *E que nos lembremos que há também dessas crianças entre nós...* -----

----- *Crianças como as netas da fundadora da Campanha Laço Azul, Bonnie Finney, que em 1989, na Virgínia, nos Estados Unidos, amarrou uma fita azul à antena do seu carro “para fazer com que as pessoas se questionassem”.* -----

----- *E resultou, pois, contou aos elementos da sua comunidade que se revelaram “curiosos” a tragédia e os maus-tratos à sua neta, os mesmos que já tinham morto o seu neto de forma brutal.* -- -----

----- *E quando lhe perguntaram: porquê azul?* -----

----- *A sua resposta foi: “Porque apesar do azul ser uma cor bonita, não queria esquecer os corpos batidos e cheios de nódoas negras dos seus dois netos”.* -----

----- *O azul servir-lhe-ia como uma lembrança constante para a sua luta na proteção das crianças contra os maus-tratos.* -----

----- *Sejamos nós, pais, avós ou filhos, deixemos que esse azul dos corpos batidos e cheios de nódoas negras destas crianças, que também são as nossas, nos marquem profundamente na nossa consciência.* -----

----- *E a cada uma delas e em particular essas que nasceram e vivem em Oliveira do Bairro, se até elas esta mensagem feita homenagem chegar, que a sintam como um abraço sentido e amigo e que saibam que este Município e esta Assembleia, cada um de nós, estará sempre aqui para as ajudar.”* -----

----- **MARISA PATACO AMARAL** – fez referência às viaturas abandonadas na via pública, que cada vez mais era frequente e sendo uma questão de limpeza e saúde pública, não se poderia esperar anos para a sua resolução. Referiu que algumas dessas viaturas já tinham sido



Oliveira do Bairro assembleia municipal

removidas desses locais, mais existiam ainda outras para serem retiradas, dando o exemplo na freguesia de Oiã, junto à estação de caminhos de ferro, encontrando-se um automóvel completamente vandalizado e em cima de quatro tijolos, outro caso na freguesia de Oliveira do Bairro, no recinto do mercado municipal, outro na Rua Conde Ferreira, mesmo em frente a uma clínica de análises clínicas, que não estando vandalizado era notório o estacionamento prolongado da viatura no local.-----

----- Relativamente aos serviços de recolha de resíduos urbanos, disse ser visível, em determinados dias, o acumular de lixo junto aos contentores, estando os mesmos cheios de lixo urbano, doméstico e não só. Perante a situação questionou se o número de recolhas contratadas com a empresa, seria suficiente, mas a solução do problema também poderia passar por colocarem mais contentores nas zonas mais problemáticas. Referiu que não se poderia apenas pensar em reduzir os gastos. -----

----- Fez referência a um contentor de lixo doméstico, situado na Alameda da cidade, no início da Rua dos Colégios que se encontrava avariado há alguns meses, continuando por resolver. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – relativamente à campanha “Laço Azul”, referiu que desde o início do mês e por desafio da Dr.^a Clélia tem andado com o laço azul ao peito, com muito orgulho, tendo também desafiado o Executivo a fazê-lo, sendo para a causa que é. -----

----- Disse que tinha ouvido, na presente Assembleia, de pessoas diferentes, que se estava perante uma extensa Ordem de Trabalhos, e que depois ainda era acrescida com mais um ponto a pedido do Presidente da Câmara. Recordou que há um ano, foi presente uma Ordem da Trabalhos na Assembleia Municipal, onde constava o ponto 5.11 e não tinha sido levantado nenhum problema. Referiu que não compreendia a dualidade de critérios perante a insistente queixa da extensa Ordem de Trabalhos, quando na mesma constava o ponto 5.8, com a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

possibilidade de haver o ponto 5.9. -----

----- Relativamente ao que foi dito pelo Membro Carlos Ferreira sobre o envio do inventário em formato digital e de que todos os documentos eram importantes e por isso deveriam ser todos enviados em papel, recordou que em doze anos nunca tinha sido enviado o inventário completo da Câmara Municipal e desta vez todo o inventário foi enviado e mesmo assim foi criticado. ----

----- Sobre a questão da Comissão de Acompanhamento Orçamental disse que o Membro Carlos Ferreira teve razão quando tinha referido, pela primeira vez, o assunto na Assembleia Municipal, mas deixou de ter razão quando a Comissão Permanente entendeu criar um novo tipo de Comissão de Acompanhamento Orçamental.-----

----- De seguida foi dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este respondesse às questões formuladas pelos Membros da Assembleia Municipal.-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – dirigiu um cumprimento especial ao Grupo Folclórico São Pedro da Palhaça, agradecendo o trabalho, dedicação e da demonstração do que é a cultura de Oliveira do Bairro, levando-a bem longe através do folclore. Acrescentou que os usos e os costumes estavam bem vivos nos Grupos Folclóricos.-----

----- Saudou também os recém-empossados Membros do Conselho Municipal de Segurança, desejando que tenham uma ação determinante, em muitas das decisões que forem tomadas, não só pelo Executivo da Câmara Municipal, mas também pela Assembleia Municipal.

----- Agradeceu os votos de sucesso profissional, dirigidos a si pelo Membro Arsélio Canas, acrescentando que aquilo que faz nas suas horas livres, só a si diz respeito.-----

----- Sobre o património e a defesa da cerâmica, disse que os primeiros passos já tinham sido dados, estando a trabalhar na recuperação da Cerâmica Rocha, sendo a grande preocupação, manter o máximo possível do ainda existente e do que foi feito ao longo dos anos, mantendo a história que faz parte do concelho de Oliveira do Bairro.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Relativamente ao assunto da Quinta de Além, esclareceu que para além das conversações institucionais que já tinham existido entre os Presidentes de Câmara de Cantanhede e de Oliveira do Bairro, foi solicitado à Câmara Municipal de Cantanhede que tomasse uma posição sobre o assunto perante os moradores. Acrescentou que era importante que se definisse concretamente porque os moradores, concretamente os da Quinta de Além necessitam de saber a que concelho pertencem.-----

----- Sobre as questões dos Centros de Saúde, oferta de médicos e operacionais de saúde, deu conhecimento que tinha reunido com o Vice-Presidente da ARS sobre a questão da falta de médicos em Oliveira do Bairro e na União de Freguesias. Foi referido que a questão da falta de médicos iria ser estabilizada, com o regresso de uma médica que estava de licença de maternidade e que os números estavam a ser cumpridos, referindo que na sua opinião não era verdade porque teve conhecimento de pessoas que estiveram à espera de consulta um mês, mas esperava que com o regresso da médica tudo normalizasse.-----

----- Relativamente aos equipamentos de saúde, esclareceu que o Município de Oliveira do Bairro se tinha candidatado, no âmbito da CIRA e pelo pacto existente e assinado pelos onze municípios da CIRA, para a construção de dois equipamentos de saúde na zona poente do concelho, a extensão de saúde da Palhaça e uma unidade de saúde. Refere que na freguesia da Palhaça já existia ideia da sua localização e na União de Freguesias existia também uma ideia de localização central. Contudo os projetos não foram elaborados, apesar de estarem inscritos nas candidaturas, mas com um valor de apoio zero.-----

----- Acrescentou que o que estava a acontecer era que com a tentativa de renegociar com a Comissão Regional do Centro o pacto existente com a CIRA, o município de Oliveira do Bairro solicitou e sugeriu que a saúde seria uma das suas prioridades, com a construção dos dois equipamentos referidos e sugeriu também o reforço de verba para a obra de recuperação da escola Dr. Fernando Peixinho. Referiu que isso só seria possível se existisse reestruturação dos pactos e abertura para isso.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Disse que tinha sido referido pela CCDRC, que seria muito difícil porque o Governo já teria alocado para si várias verbas e não iria disponibilizá-la para os municípios. Deu conhecimento que tinha informado o Vice-Presidente da ARS que o município estava disponível para fazer investimento, contudo a própria ARS também tinha que acompanhar esse investimento. -----

----- Sobre as questões de pavimentações disse que tem vindo a explicar em todas as Assembleias e que estava bem explanado na Informação da Atividade Municipal, mas relativamente à Rua da Bica quis esclarecer que a mesma tinha um problema com um dos proprietários confinantes, que se arrastava desde o seu alargamento no ano de 2015. Informou que há poucas semanas se tinha conseguido um acordo com o proprietário, que não tinha sido fácil pois foram-lhe entregues cerca de dez projetos para que finalmente concordasse com um que lhe garantisse as acessibilidades à sua propriedade. Referiu que gostava de deixar tudo bem resolvido e se a Câmara Municipal tinha criado um problema ao proprietário, o mesmo já foi resolvido, como era do seu apanágio. -----

----- Relativamente às questões da indústria e das zonas industriais, informou que os municípios de Anadia, Águeda e Oliveira do Bairro estavam a trabalhar em conjunto no sentido de terem melhores acessos à A1, ficou combinado que se fossem pedindo audiências ao Governo para a discussão da situação, atendendo às necessidades prementes existentes nos acessos às zonas industriais. Esclarece que em compromisso assumido com a Câmara Municipal de Anadia, está a ser concluído um estudo de tráfego de forma a ser apresentado à Tutela, demonstrando a necessidade de melhores acessos à A1. -----

----- Referiu que relativamente às zonas industriais existe vontade e já havia um esforço a ser feito no sentido de melhorar os seus acessos e o seu alargamento. Esclareceu que na zona industrial de Vila Verde, já estava quase concluído o levantamento dos terrenos e na zona industrial da Palhaça também estava a ser feito, elogiando o trabalho realizado pelo seu Presidente da Junta que tem tido um papel muito importante na identificação dos terrenos. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Relativamente às questões levantadas sobre a EDP, a quem o município tem a concessão de energia elétrica, referiu que certamente muitos dos presentes, não teriam conhecimento de como estava a situação da concessão do município de Oliveira do Bairro e nesse sentido esclareceu que a concessão de utilização das redes do município à EDP, estava realizada por mais dois anos, sendo que o município recebia uma renda por parte da EDP, por essa utilização, os investimentos que o município vai fazendo, são transferidos para a EDP que contabiliza no imobilizado específico do município, e também à medida que a EDP vai fazendo novos investimentos, acrescenta o imobilizado à concessão. -----

----- Acrescenta que daqui a dois anos o município de Oliveira do Bairro, vai ter que concessionar novamente. Disse que não tinha de momento os números solicitados pelo Membro Miguel Oliveira, apesar de já ter olhado para algumas das situações, e ser uma das grandes preocupações, mas assim que lhe for solicitado por escrito, fará chegar o maior número de dados.

----- Referiu que em fevereiro, numa das reuniões da CIRA estiveram também presentes representantes da EDP, a demonstrarem que estavam disponíveis a serem parceiros dos municípios e um dos pedidos realizados por si e pelo Presidente da Câmara de Vagos, foi a relação do património existente e a sua valorização, esse relatório chegou, mas desatualizado em dois anos, esperando agora que seja enviado uma nova relação atualizada, fazendo-a chegar posteriormente aos Membros da Assembleia, para qua a decisão a tomar no concelho de Oliveira do Bairro seja tomada em consciência para o bem do futuro do concelho. -----

----- Sobre o IPSB e as negociações referiu que era do conhecimento de todos o trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal, pela sua pessoa e pela pessoa da senhora Vereadora Lília Ana Águas, quer na rede quer na DGEST, as negociações ainda estão a decorrer, esperando ir ao encontro dos anseios de todos que é levar novamente a educação à zona poente do concelho, para além do pré-escolar e do primeiro ciclo desejando que seja muito antes do mês de julho. Acrescentou que assim que houvesse mais alguma informação seria de imediato transmitida a todos. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Relativamente à questão da recolha das viaturas abandonadas, referiu que muitas vezes dava vontade de ir ao local e recolher as mesmas, mas antes de recolher as viaturas terá que se saber quem é o proprietário que tem que ser notificado pelas autoridades, depois pela Câmara e para a Câmara fazer essa recolha terá que ter um local para as colocar, porque se se colocar a viatura num terreno, devido às fugas de óleo que possam existir, corre-se o risco de se criar um crime ambiental. Acrescentou que todas as situações referidas, estavam identificadas e em conversa com o Comandante de Posto de Oliveira do Bairro, questionou quando é que teriam o parque limpo, tendo obtido como resposta que estavam à espera eu isso acontecesse há cerca de um ano, excetuando os que estavam á espera de decisão do tribunal.-----

----- Sobre a questão da recolha de lixos nas ilhas ecológicas, esclareceu que havia algumas que ainda estavam dentro da garantia da obra da Alameda e que já solicitaram ao empreiteiro que regularizasse a situação. -----

----- Relativamente à questão do contrato com a Luságua, esclareceu que as quantidades dadas de lixo a recolher foram consideráveis e a empresa queixa-se que não se produz tanto lixo como estava previsto, também foi feito o contrato para a lavagem dos contentores, pela empresa sabendo que a mesma não cumpre, estando a ser feito um controle apertado e estando a pressionar a empresa no sentido de prestar um melhor serviço. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – relativamente ao agendamento de reuniões e à coincidência que tinha ocorrido na marcação da reunião da Assembleia Municipal e a reunião da CIRA, esclareci que tinha a ver com procedimentos próprios de cada um dos órgãos e que têm *modus operandos* distintos. Acrescentou que aquilo que assumia com a Assembleia e em parceria com cada líder de grupo municipal era bem distinta daquela em que participava na CIRA, não como primeiro Secretário, que não o era, mas como Vice-Presidente, esclarecendo que o modus não era dialogal como acontece nesta Assembleia Municipal em fórum da Comissão Permanente. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acrescentou ainda que a data surgiu aquando da convocatória, o que tinha sido para si como para qualquer Membro uma surpresa. -----

----- Outra questão relativamente aos dias da semana em que são realizadas as Assembleias Municipais, disse que embora seja um aprendiz nas lides políticas, mas não na vida pública e como cidadão, questiona-se o que é que fazia participar os concidadãos nas Assembleias Municipais, se eram os dias da semana em que realiza ou se eram as condutas dos Membros eleitos e na forma como abordam, discutem e conduzem o interesse público do concelho. -----

----- Quanto ao número de pontos da Ordem de Trabalhos, refere que os mesmos eram agendados em sede de Comissão Permanente e esclarece que procura sempre, não marcar data por sua iniciativa, procurando sempre o consenso alargado entre os pares, bem como a ordem do agendamento e os pontos sugeridos. Acrescentou que na Comissão Permanente, que antecedeu a presente Assembleia Municipal, havia um tema que tinha assumido publicamente agendar na Ordem de Trabalhos, que era o tema da Saúde no Concelho de Oliveira do Bairro, que foi decidido, para bem da discussão, não o integrar na presente Ordem de Trabalhos, ficando assim adiada a sua discussão para uma próxima Assembleia Municipal. -----

----- Referiu que não pretendem fazer tudo a correr, de forma a mostrar trabalho feito, querendo-o fazer de forma concertada, limitada, refletida e consciente, procurando sempre consensos e bom senso. -----

----- Sobre a questão da criação da Comissão de Acompanhamento Orçamental, que ainda não estava em exercício, porque à luz do querer fazer a revisão do Regimento da Assembleia Municipal, e em consenso da Comissão Permanente e querendo que a referida Comissão tivesse uma especificidade mais incisiva, uma importância maior, não se avançaria com a criação da mesma sem antes se fazer a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, onde constarão os novos objetivos, as linhas orientadoras para o trabalho da Comissão de Acompanhamento



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Orçamental.-----

----- Acrescentou que na sua opinião pessoal, para a mesma Lei, podem existir critérios diferentes, consoante a finalidade que se pretende. Referiu não ser da área de direito, nem de gestão, mas compreendia que uma lei há-de ter uma e só, interpretação para todo e qualquer cidadão em toda e qualquer circunstância. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra por vários Membros da Assembleia, para pedido de esclarecimento, tendo-lhes sido concedido o uso da palavra; -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** – deu conhecimento que, no âmbito da sobreposição das datas das reuniões da Assembleia Municipal e da CIRA, enquanto Membro da Assembleia Intermunicipal, solicitou esclarecimento por escrito, ao respetivo Presidente da Mesa, e tudo o que foi referido pelo Presidente da Assembleia Municipal era verdade. Não existiam procedimentos nem cuidados nesse sentido, e como tinha alertado para essa situação a Assembleia Intermunicipal irá passar a consultar as Assembleias Municipais a questionar da disponibilidade de datas de forma a que a situação não se repita. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que horas livres e vida privada era óbvio que ninguém tinha nada a ver com isso, mas o facto de o ter dito da forma que fez, até parecia que não existia constrangimentos com a marcação das Assembleias Municipais, querendo sempre que o Presidente da Câmara esteja presente nas mesmas. Acrescentou que a informação transmitida em sede de Comissão Permanente foi que o Presidente do Executivo não poderia estar presente nas Assembleias Municipais à sexta feira, porque estava a tirar um curso, primeiro foi dito que seria durante três meses, depois seria por ano, sem se saber se seria ano civil ou escolar. -----

----- Acrescentou que o Presidente da Câmara em Regime de Tempo Inteiro, terá direito às suas horas livres e à sua vida privada, mas terá que compreender que se considera a sua presença nas Assembleias Municipais, dentro das horas livres ou privadas, também estará no



Oliveira do Bairro assembleia municipal

seu direito. A questão é que no caso concreto a vida privada do Presidente da Câmara estava a interferir na marcação das Assembleias Municipais. Nesse sentido e não querendo saber o que faz nas horas livres, nem querendo saber da vida privada, coloca novamente a questão, mas da seguinte forma; -----

----- A partir de quando é que o Presidente do Executivo, tem disponibilidade para assistir às Assembleias Municipais, às sextas feiras. -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – referiu que não querendo rebater se existia ou não uma nova cidadania no concelho de Oliveira do Bairro, cuja avaliação caberá aos oliveirenses, disse que as ações levadas a cabo e a levar a cabo pelo Movimento Cívico Oliveirense, falam e falarão por si. -----

----- Questionou relativamente ao critério que a Mesa da Assembleia utiliza para ordenar as intervenções dos Membros da Assembleia, nos vários pontos da Ordem de Trabalhos. Disse ser uma curiosidade que tinha à várias Assembleias e na presente tinha prestado mais atenção à ordem de levantamento dos braços para inscrição nos pontos, voltando a confirmar que existia uma tendência que favorecia o líder de Bancada do CDS-PP, que sistematicamente era dos últimos a intervir, podendo assim rebater de imediato as intervenções anteriores. -----

----- Solicitou à Mesa que desencadeasse um mecanismo de inscrição mais democrático. -

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** – referiu que não tinha visto respondidas objetivamente, algumas questões que tinha colocado e por outro lado disse que no período Antes da Ordem do Dia, se tinha assistido a intervenções dos Membros do CDS-PP, que não se destinaram a questionar o Executivo Municipal, mas antes responder ou procurar cercar o tempo às restantes intervenções das outras bancadas. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, questionou se o mesmo estava ou não a tempo inteiro nas funções para as quais tinha sido eleito. -----

----- Sobre a questão da Quinta de Além, disse que estava a acompanhar o desempenho do



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Executivo. -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que havia um tema que estava a ser abordado por diversas vezes e que causava um certo incomodo. Tinha a ver com os dias da semana, em que se realizavam as reuniões das Assembleias Municipais. Lembrou que no inicio do presente mandato, tinha sido explicado aos lideres de Bancada, que o Presidente da Câmara, temporariamente iria ter impedimentos às sextas-feiras, e que seria difícil estar presentes nas reuniões da Assembleia Municipal, referiu que todos se tinham mostrado recetivos para que fossem agendadas às segundas-feiras, tendo todos anuído ao solicitado, partindo do principio que fosse temporário. -----

----- Disse que agora se estava a fazer um braço de ferro com a questão e para si teria que haver o respeito institucional, porque o Presidente da Câmara não estava a fazer favor nenhum em estar presente na Assembleia Municipal, mas sim porque o deve aos cidadãos do concelho. Referiu que era importante que se perceba que da parte da Assembleia Municipal, tem existido colaboração para com o Executivo, mas também era importante que quem estava do outro lado percebesse que há a necessidade da reciprocidade. Acrescentou que ainda se estava a partir do principio que a questão era temporária e que não se quer tornar em definitivo o que é temporário.

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – sobre a recolha de resíduos sólidos, disse ter assistido por parte da empresa que faz essa recolha, em que num dia de chuva despejaram o contentor do lixo no camião, mas deixaram o contentor aberto, de forma a que o peso dos resíduos aumentasse. -----

----- Relativamente à intervenção do Membro José Carvalheira sobre as intervenções, disse que não tinha a mesma visão, achando que a Mesa da Assembleia tinha optado por uma distribuição normal, que tem vindo a ser prática, o primeiro Membro a falar é do partido menos votado sendo o partido mais votado o último a intervir, tentando sempre manter essa cadência, sendo por norma, o ultimo a intervir o partido que está na posição. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – disse que se tinha passado meia a hora a discutir a inclusão ou não de um documento, e outra meia hora a discutir se as Assembleias Municipais se realizarão às sextas-feiras ou noutros dias da semana. Acrescentou que para si, era completamente irrelevante o dia da semana em que se realizava a Assembleia Municipal, solicitando esclarecimento porque é que as mesmas se tinham que realizar às sextas-feiras, porque não existia Lei que definisse isso.-----

----- Sobre a intervenção do Membro José Carvalheira, disse que tinha uma sugestão a fazer à Mesa que se faça o sorteio de quem vai intervir. -----

----- **ACÍLIO DIAS VAZ E GALA** – relativamente aos dias em que se realizam as reuniões da Assembleia Municipal, disse que a questão não teria a ver com os dias da semana em que as mesmas se realizam, mas sim com a questão do principio em que foi dito que por questões profissionais e de formação o Presidente da Câmara estava impedido às sextas-feiras, tendo tido a anuidade da Assembleia, mas para si era um paradoxo da democracia do concelho de Oliveira do Bairro e que vinha já desde o anterior Presidente da Câmara, porque quem tinha assumido na integra, física e mentalmente as suas funções, tinham sido os dois primeiros Presidentes da Câmara do Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Acrescentou que era uma questão de principio, e o mesmo nunca podia ser colocado em causa, em política, a não ser que se queira continuar a ser julgado pela sociedade. Referiu que a questão tinha que ter um término. Referiu que se pode dizer que se está a cem por cento a exercer funções na Câmara, mas de alma e coração, com espírito de missão, de sacrifício, de responsabilidade já não existia quem, há muito tempo e era isso que tinha que se retomar. -----

----- Disse que acreditava que o CDS não estivesse à espera de ganhar as eleições e o atual Presidente da Câmara não estivesse também à espera de assumir as funções, porque o poder muitas vezes conquista-se e outras apanha-se, que foi o caso, mas isso não iliba que a anuidade se tenha eternamente.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- De seguida foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, se assim o entendesse.

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – relativamente à sua impossibilidade de estar presente nas reuniões da Assembleia Municipal, disse que não era sua intenção causar transtorno e por isso deu conhecimento que poderiam agendar as reuniões da Assembleia Municipal para os dias da semana que entendessem, garantindo que estaria presente.-----

----- Referiu que já andava nas lides políticas, há cerca de doze anos e nesses doze anos assistiu a muitos devaneios, mas nunca tinha visto tanta vontade por parte dos Membros da Assembleia, em saber se o Presidente da Câmara tira uma hora a uma sexta-feira, para fazer algum tipo de formação. -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – relativamente à questão colocada à Mesa sobre o critério utilizado para o uso da palavra dos Membros da Assembleia, esclareceu que é utilizado o critério da rotatividade de ordem crescente entre partidos, e intercalando as intervenções. -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.1. – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal**, sendo dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o documento.

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – deu nota que uma das candidaturas apresentadas no documento, “Sê-lo Verde”, já tinha sido aprovada, que vinha ao encontro de uma das iniciativas da proatividade na reciclagem.-----

----- Referiu que estava disponível para esclarecer qualquer dúvida que pudesse surgir.----

----- Seguidamente foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia Municipal que desejassem intervir. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ANNELISE DE JESUS GUIMARÃES** – dirigindo-se ao Presidente da Câmara questionou se não havia precários na autarquia, porque nas três Informações da Atividade Municipal já apresentadas à Assembleia Municipal, disse ainda não ter visto nada sobre o programa de regularização extraordinário dos vínculos precários. Disse que se referia concretamente aos técnicos que lecionavam e desenvolviam projetos municipais na área desportiva, no complexo desportivo de Oliveira do Bairro. -----

----- Acrescentou que eram pessoas que adiavam sucessivamente os seus projetos de vida pessoal, devido à situação precária em que se encontravam, pois não se sentiam confortáveis com o vínculo de trabalho que tinham. -----

----- Sugeriu ao Presidente da Câmara que seguisse o exemplo dos Presidentes de Junta de Freguesia que tinham sido sensíveis aos argumentos apresentados e tinham sido concretos na resposta rápida ao programa de regularização extraordinário dos vínculos precários. -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve na sua íntegra;-----

----- *“Da análise da informação da atividade municipal, no período entre 8 de fevereiro e 12 de abril, da autoria do Senhor Presidente de Câmara, gostaria de aqui deixar as seguintes questões e comentários: -----*

----- *No ponto 1.2.1 Contratos de Prestação de Serviços, é referenciada a celebração de um contrato, em regime de avença, para assessoria na área da inovação e planeamento, nomeadamente no apoio à atividade da presidência da câmara, bem como implementar e suportar a necessária da articulação da atividade autárquica desenvolvida, promovendo os estudos que se revelem necessários. -----*

----- *A este respeito, questiono o Senhor Presidente de Câmara, se inovar e planear se reduz a apoiar a atividade da presidência, e se o apoio à atividade da presidência, não será função da chefia de gabinete e restante pessoal adstrito ao mesmo?-----*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Questiono ainda se essa inovação se aplica também à reinvenção da língua portuguesa, já tão bem patente na descrição deste ponto?*-----

----- *Questiono ainda em que moldes o prestador de serviços está a articular a atividade autárquica desenvolvida e que estudos está a promover ou já promoveu?*-----

----- *Neste mesmo ponto, é referenciada uma contratação, em regime de avença, de técnico para a área da arquitetura.*-----

----- *Gostaria que o Senhor Presidente de Câmara informasse se esta necessidade advém da escassez de recursos neste domínio no quadro de pessoal do município, ou da necessidade de implementação de tarefas muito especializadas e específicas, para as quais não exista capacidade técnica instalada?*-----

----- *Comparando este contrato, com o a que me referi anteriormente, questionei-me da razão de ser um técnico superior de arquitetura, suponho, auferir por 18 meses de serviços prestados, um valor inferior ao de 12 meses de outro técnico superior, suponho, da área da inovação e planeamento.*-----

----- *Será pelo facto do técnico superior de arquitetura, ter uma menor carga horária, ou por não aportar inovação, no âmbito das suas funções, questiono?*-----

----- *Ou será pelo facto do técnico superior de inovação e planeamento estar a desempenhar funções políticas, questiono também?*-----

----- *Se assim for, não estaremos a menosprezar excessivamente as funções técnicas?*-----

----- *Se assim for, não estarão os decisores a substituir-se aos cidadãos, os únicos a quem cabe eleger os políticos? Deixo um convite a esta reflexão.*-----

----- *Relativamente ao ponto 1.2.2 Contratos de fornecimento, é apresentada a celebração de um contrato de fornecimento contínuo de agregados, que vigorará em 2018, no valor de 14.414,00 €, relativamente ao qual gostaria de ver esclarecido se não deveria na informação*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

constar o valor unitário de cada um dos materiais, pois da forma como é apresentado, o fornecedor poderá durante o ano aumentar, significativamente, o preço dos materiais e, conseqüentemente baixar substancialmente a volumetria a ser recebida pelo município, o que para além de muito indesejável, é francamente nebuloso para o cidadão contribuinte.” -----

----- **PATRICIA SOFIA LOURO DE LEMOS** – começou por dar os parabéns ao Executivo pela iniciativa de adesão ao programa “Sê-lo Verde”, mas deixou a ressalva que haveria muito mais para fazer do município de Oliveira do Bairro, um município verde. -----

----- Em resposta ao Membro Ricardo Regalado, disse que efetivamente o município, tem iniciado a introdução à leitura a partir do berço, nos recém-nascidos. Mas acrescentou que o município para além do atrás referido, tem outros projetos como “*Ler tem muita pinta*”, direcionado a crianças dos três aos cinco anos e dos seis aos dez anos, e durante dois meses teve seis eventos e mais ainda tem o projeto “*Leitura Sénior*”, dirigido a pessoas que já sabem ler, dirigido a todos os utentes das IPSS, todas gratuitas. -----

----- Relativamente ao Quartel das Artes, agradeceu as sessões de cinema que se estavam a realizar no concelho, mas sugeriu ao Executivo, um serviço de babysiting gratuito que dá muito jeito aos pais.-----

----- Referiu que o apoio ao movimento associativo e de solidariedade do município, estava amplamente registado, dando os parabéns pela aprovação do projeto de Regulamento de Apoio às Associações que irá permitir ter um apoio mais justo, mais equilibrado e transparente. -----

----- Lembrou que há dois anos tinha trazido à Assembleia Municipal, uma proposta de recomendação de apoio á amamentação e nessa sessão a proposta desceu à Comissão Permanente, foi na devida altura deliberada em Comissão Permanente e em trinta de novembro, foi novamente colocada à discussão, em Assembleia Municipal a qual foi aprovada por unanimidade. -----

----- Deu conhecimento que dois anos passados, a Vereadora Lília Ana Águas, estava a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

trabalhar ativamente, para que o Gabinete de Apoio à Amamentação seja uma realidade no município de Oliveira do Bairro.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – questionou o Presidente da Câmara se já tinham sido entregues por parte das autoridades, autos de contraordenação relativos à falta de limpeza das faixas de gestão de combustível.-----

----- Questionou também o Presidente da Câmara se concordava com o processo de limpeza da floresta, que no seu entendimento era coercivo e repressivo. Acrescentou que a autarquia apenas se limitava a fazer ações de sensibilização e a colocação de informação.-----

----- Referiu que no seu entendimento o concelho de Oliveira do Bairro, merecia outro tipo de atitude por parte dos responsáveis autárquicos, nomeadamente na definição de políticas que visam promover e estimular a iniciativa privada para uma floresta mais multifuncional. Acrescentou que todos já deveriam ter assistido na comunicação social, a inserção na floresta da atividade pastorícia e pecuária.-----

----- Acrescentou que também deveria ser criado um parque para a receção da madeira e sobrantes, resultantes dos cortes da mesma, a que os proprietários estão obrigados a fazer, de forma a maximizar o retorno da floresta, sugeriu que fosse uma ideia lançada à cooperativa e se a mesma não estivesse interessada, poderia desenvolver-se um workshop informativo às associações para que o lucro obtido da venda da madeira fosse canalizado para a associação que abraçasse a ideia.-----

----- Relativamente às garrafas de água de meio litro, distribuídas pelos Membros da Assembleia, disse que a substituição das mesmas por garrafas de vidro de litro e meio, cheias com água da ADRA, constituía uma contraordenação pela ASAE, se fosse o caso. Acrescentou que o valor gasto cerca de quatro euros, por reunião, nas referidas garrafas de plástico se traduziam na poupança de uma mão cheia de nada. Referiu que o envio da documentação enviado por mais do que uma vez por reunião, aos Membros da Assembleia Municipal, traria um



Oliveira do Bairro assembleia municipal

custo mais elevado. -----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – relativamente ao ponto 2.5 – requalificação do espaço público da Rua Dr. Alberto Tavares de Castro com a ligação à Rua dos Bombeiros, questionou se atualmente, fazia sentido chamar-se a esse arruamento, Rua dos Bombeiros e uma vez que a mesma ia ser requalificada, sugeriu que se colocasse algo que dignificasse o nome da rua, ou então deslocalizava-se o nome e pensava-se noutra nome para a referida rua. -----

----- **ACÍLIO DIAS VAZ E GALA** – questionou o ponto de situação do Kart Clube de Oiã. --

----- Questionou também o que se estava a passar com a recolha do óleo alimentar, uma vez que era referido no documento que comparativamente com o ano de 2016 o ano de 2017 tinha tido uma recolha inferior em mil e setenta e cinco litros de óleo. Disse que gostaria de saber o porquê, se teria a ver com alguma medida adicional que não estaria mencionada.-----

----- Referiu que seria importante que no futuro a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, pudesse proceder a uma análise na área dos recursos humanos, das pessoas que trabalham na estrutura camarária, quer direta ou indiretamente. Acrescentou que depois do trabalho feito seria dado a conhecer na medida em que começava a chegar o tempo de melhor se conhecer e de saber como estavam distribuídos os recursos humanos, como estavam rentabilizados pelas diferentes atividades, pelas áreas estratégicas do concelho, de modo a melhor rentabilizar a atividade e o apoio da estrutura camarária. Acrescentou que ia para lá da criação de gabinetes, que podem ser criados, mas enquanto não se tiver a análise detalhada dos recursos humanos da Câmara, não se fará um tratamento correto e efetivo.-----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – disse que às vezes se trás grandes novidades de grandes projetos e de grandes situações a desenvolver, como se as mesmas fossem novas no município. Referiu que a primeira mostra de cinema em Oliveira do Bairro, tinha sido iniciativa da Juventude Social Democrata.-----

----- Em resposta ao Membro Patrícia Lemos, disse que às vezes ouvia e via melhor do que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

lia e recordou que tinha parabenizado o município pelas iniciativas de leitura e que disse mesmo que era uma excelente iniciativa. Acrescentou que era evidente que havia várias atividades de leitura promovidos pela Biblioteca Municipal para as crianças e idosos, mas não havia atividades para estudantes universitários que queriam vir estudar e produzir conhecimentos no município de Oliveira do Bairro esclarecendo que tinha sido essa questão que tinha levantado na sua anterior intervenção.-----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – questionou relativamente á pagina 19 da Atividade Municipal – Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares. Solicitou ao Presidente da Câmara que lhe fosse feito chegar o documento de forma a poder analisar o mesmo. -----

----- Foi dado o usa da palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados se assim o entendesse.-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – relativamente à questão colocada pelo Membro Annelise Guimarães, esclareceu que os profissionais a desempenharem funções no parque desportivo, prestavam serviços ao município há cerca de doze anos. -----

----- Relativamente aos Presidentes de Junta que tinham dado um excelente exemplo, esclareceu que os mesmos tinham identificado o que existia de precaridade, ou que poderia ser enquadrado de acordo com a Lei, porque nem todas as pessoas eram precárias ao abrigo da Lei que tinha saído para integração de pessoas com vinculo de uma forma permanente, os chamados falsos Recibos Verdes, e as Juntas de Freguesia responderam com cautela e outras aproveitaram a oportunidade para resolver, esperando que as mesmas não estejam a cometer qualquer tipo de erro. -----

----- Acrescentou que no Município de Oliveira do Bairro, atendendo a algumas particularidades e das especificidades da Lei de integração, terá que ser feito o enquadramento



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de precário e se forem enquadráveis pode-se abrir concurso e as pessoas enquadráveis podem constituir-se interessadas e assim integrarem o quadro de pessoal da autarquia.-----

----- Informou que desde o mês de dezembro se tem andado à procura de soluções para as especificidades do município de Oliveira do Bairro. Disse já ter tido oportunidade de explicar aos interessados, fazendo-o também aos presentes, porque as dúvidas eram tantas, que se incorporarem ou abrirem concurso para alguém que não preencha os requisitos, estavam sujeitos a devolver todo o dinheiro, como também a pessoa ficaria sem o seu trabalho. Acrescentou que não se sentiu confortável e estando ainda no período normal, para além dos pareceres que já têm e que também não esclarecem muito bem o ponto de situação, foi solicitada uma audiência à DGAL para que possa explicar de uma forma concreta todos os casos do município de Oliveira do Bairro. -----

----- Mediante essa audiência de esclarecimentos, o município abrirá as vagas de acordo com as regras estabelecidas para a precaridade, para aquelas situações consideradas de precaridade. Não estando a fugir a nenhuma responsabilidade, mas sim está-se a fazer o que não tinha sido feito durante anos. -----

----- Relativamente à intervenção do Membro José Carvalheira, disse que o Membro Acílio Vaz e Gala tinha respondido ao mesmo porque tinha falado em algo que era importante fazer e havia tarefas que tinham que ser feitas no município e que já estavam a ser feitas. -----

----- Esclareceu que o contratar tarefas, normalmente aplica-se a projetos, porque sempre foi muito cuidadosa na forma como selecionava e definia quando se contratava alguém, porque se é necessário ter uma pessoa em permanência, contrata-se nesse sentido, se for entendimento que é necessário desenvolver alguns projetos concretos, então contrata-se nesse sentido, dando o exemplo das PARUS em que o município contratou um gabinete externo. -----

----- Esclareceu ainda que todos os concursos públicos que são levados a efeitos na área dos materiais, são discriminados por lotes, sendo os mesmos muito distintos, a informação vai



Oliveira do Bairro assembleia municipal

a concurso e poderão ser várias empresas a fornecer dentro do mesmo procedimento. -----

----- Relativamente à questão das garrafas de plástico, informou que o interesse não foi o da poupança, mas sim o da reutilização de materiais, o evitar o uso de plásticos evitando a poluição, sendo esse o mote.-----

----- Agradeceu as sugestões deixadas pelo Membro Carlos Ferreira relativamente à floresta. Sobre a questão das contraordenações, informou que as notas chegadas pelo SEPNA, foram de situações que já estavam identificadas, estando as mesmas a seguir os tramites legais. Acrescentou que ao abrigo das novas notificações, ainda não tinha chegado nada. Referiu que o intuito era mais educativo do que aplicar coimas, e nesse sentido sensibilizar as pessoas de forma a que não entrem em loucuras de cortes de floresta desnecessários. -----

----- Informou que o município de Oliveira do Bairro tinha local para recolher os sobrantes, sendo uma empresa privada, mas estava disponível para recolher e até de ir aos locais e fazer o transporte dos mesmos.-----

----- Agradeceu a sugestão deixada pelo Membro Miguel Oliveira e no âmbito da PARUS, poder-se-á fazer essa alteração.-----

----- Sobre a intervenção do Membro Acílio Vaz Gala sobre a recolha de óleos alimentares, informou que no início do mandato e juntamente com a empresa que tem o contrato com o município, foi entendimento aumentar a sensibilização da população, porque se tinha notado a quebra na recolha, estando agendada uma nova reunião, porque alguns dos equipamentos se encontram degradados e têm que ser substituídos. -----

----- Sobre a questão do Kart Clube de Oiã, o processo está conforme é descrito na Informação.-----

----- Relativamente à intervenção do Membro Pedro Campos, informou que o relatório foi disponibilizado a todas as IPSS, contudo já tinha solicitado à Vereadora que fizesse chegar o mesmo ao Presidente da Assembleia Municipal para que depois faça chegar o mesmo ao



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Membro da Assembleia.-----

----- Sobre as questões levantadas da Biblioteca disse que durante muitos anos se manteve o programa que existe atualmente, esperando que dentro em breve se iria ter a internet via wifi, disponível para todos os munícipes que frequentem o edifício entre outras melhorias. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra por vários Membros da Assembleia, para prestar esclarecimentos, tendo-lhes sido concedida;-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – disse ter ficado mais ou menos esclarecido relativamente ao contrato de fornecimento de materiais, mas o que vinha na informação é que tinha sido adjudicado a uma única empresa e o Presidente da Câmara tinha dito que o material poderia ser comprado a várias empresas, dizendo que o esclarecimento o tinha deixado ainda mais confuso. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – solicitou esclarecimento relativamente aos vínculos precários e disse que concordava com a visão transmitida pelo Membro Annelise Guimarães, dizendo que a precaridade nas Piscinas Municipais não existia somente há doze anos, como tinha sido referido pelo Presidente da Câmara, mas existia há muitos mais anos. ---

----- Referiu que enquanto responsável financeiro, por uma outra autarquia, aquando da inspeção do IGF, uma das situações que foram obrigados a corrigir foi precisamente com os docentes das piscinas. Esclareceu que se não estava enganado, atualmente o município prestava o serviço através de uma empresa externa, mas no seu tempo foram obrigados a abrir concurso para todos os que estavam na situação de precaridade. Disse que para além de uma questão legal é também uma questão moral, porque são docentes iguais a quaisquer outros docentes das AECS. -----

----- Acrescentou que como autarquia, não se podia fomentar esse tipo de práticas, até porque são pessoas que poderão fixar a sua área de residência no concelho. -----

----- Relativamente à questão da água, disse que haveria outras formas de sensibilizar a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

racionalização da utilização de recursos naturais. -----

----- Em seguida foi dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este respondesse aos pedidos de esclarecimento formulados pelos Membros da Assembleia Municipal, se assim o entendesse. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que para esclarecer o Membro José Carvalheira, que o que tinha referido foi que normalmente e no caso dos materiais, são efetuados concursos onde são definidas linhas de fornecimento de materiais e num concurso, poderão para um procedimento ganhar duas empresas e noutros pode acontecer os lotes serem adjudicados a uma só empresa. No caso em concreto referido pelo Membro José Carvalheira, ganhou uma só empresa. -----

----- Relativamente à situação dos precários e o que foi referido pelo Membro Carlos Ferreira, disse que o que os outros municípios fizeram, atualmente têm um problema que é reconhecer se esses docentes eram ou não considerados precários. Referiu que de forma alguma o município de Oliveira do Bairro iria fugir à integração, mas quererá fazer aquilo que for o regime específico da precaridade, será pela precaridade o que for noutros regimes será por outros regimes e haverá concurso ou não. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – pelo avançado da hora e dirigindo-se à Assembleia referiu que não havia hipótese de concluir a Ordem de Trabalhos. Assim de acordo com o previsto no Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, os Trabalhos referentes à presente Sessão da Assembleia Municipal de trinta de abril de dois mil e dezoito foram interrompidos, sendo novamente reatados em sete de maio de dois mil e dezoito, de acordo com o enunciado na Convocatória enviada a todos os Membros da Assembleia Municipal. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Aos sete dias do mês de maio, do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a segunda Reunião relativa à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do mês de abril, convocada para o dia trinta de abril do corrente ano, cuja Ordem de Trabalhos, já tinha sido previamente distribuída aquando da respetiva Convocatória. -----

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão. -----

----- Os trabalhos foram presididos por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** e secretariados por **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO**.-----

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos. -----

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Informou ainda que por motivos profissionais o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Francisco de Oliveira Martins, não poderia estar presente nesta segunda reunião, sendo assim substituído por si nessas funções enquanto 1.ª Secretária da Mesa. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra ao Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que fossem verificadas as presenças dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros da Assembleia Municipal FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS, ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS, MARCOS ANTÓNIO PEREIRA GALA, JOANA BEATRIZ CARRIÇO DE OLIVEIRA, MARIA DA CONCEIÇÃO MARTINS MAIA, REGINA MARIA DA SILVA BICHO ALVES, ACÍLIO DIAS VAZ E GALA, MARISA PATACO AMARAL, PATRÍCIA SOFIA LOURO DE LEMOS e os Presidentes de Junta de Oiã, VICTOR MANUEL BASTOS DE OLIVEIRA e de Oliveira do Bairro



Oliveira do Bairro assembleia municipal

SIMÃO MOREIRA VELA. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – informou que os Membros Francisco de Oliveira Martins, António Pedro Mendes da Silva Campos, Marcos António Pereira Gala, Joana Beatriz Carriço de Oliveira, Maria da Conceição Martins Maia, Regina Maria da Silva Bicho Alves, Acílio Dias Vaz e Gala, Marisa Pataco Amaral, Patrícia Sofia Louro de Lemos e os Presidentes de Junta de Oiã, Victor Manuel Bastos de Oliveira e de Oliveira do Bairro Simão Moreira Vela, solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo as mesmas sido consideradas justificadas e a sua substituição pelos elementos seguintes da respetiva Lista, que se encontravam presentes, sendo convidados a participar nos Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal GONÇALO ROQUE BATISTA, JOÃO MANUEL OLIVEIRA NUNES BASTOS, LILIA MARIA SANTOS TAVARES, JENNIFER JULITA CUOCO, PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA e MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES, LICINIA CALDERIA E RUI BARQUEIRO que substituem, os Membros antes indicados. -----

----- Informou ainda que o Membro Gonçalo Roque Batista, tinha dado nota à Mesa que chegaria um pouco mais tarde. -----

----- Convidou para completar a Mesa da Assembleia Municipal o Membro João Manuel Oliveira Nunes Bastos, que tomou a posição de 2.º Secretário da Mesa. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Nuno Barata, tendo-lhe sido concedida;--

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** – solicitou que a Mesa esclarecesse, no que dizia respeito ao Acordo de Execução de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, quais eram os procedimentos e as formalidades desde a decisão até à sua concretização efetiva nas Juntas de Freguesia, nomeadamente no que á ordem cronológica e hierárquica, das decisões diz respeito. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

JESUS – referiu que no seu entendimento, os acordos eram feitos de acordo com a Lei 75/2013, realizados entre as Juntas de Freguesia e o Executivo Municipal. Relativamente à ordem cronológica, solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que esclarecesse, se assim o entendesse.-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – questionou se a questão colocada, tinha a ver com o início da aplicação do Acordo de Execução, ou a conjugação das decisões que primeiro têm que ir ao Órgão Executivo, Assembleia Municipal, Assembleias de Freguesia.-----

----- Foi esclarecido que a questão colocada pelo Membro Nuno Barata, se focava na conjugação das decisões. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que na ótica do Executivo, a decisão terá que ir primeiro à deliberação do Executivo Municipal, a Assembleia Municipal também teria que deliberar sobre o assunto. Acrescentou que após a deliberação do Executivo Municipal a Junta de Freguesia teria que tomar também os seus procedimentos normais e só depois da aprovação das Assembleias Municipal e de Freguesia é que se procede à assinatura do acordo entre as duas partes, Município e Junta de Freguesia.--

----- Referiu que ao Município apenas cabia fazer a preparação do assunto que lhe competia, tendo também solicitado aos Presidentes de Junta de Freguesia que encetassem os procedimentos para que fossem tomadas as devidas decisões nos respetivos órgãos. -----

----- De seguida foi solicitado o uso da palavra, pelo Membro André Chambel, tendo-lhe sido concedido; -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que a sua intervenção era no sentido de colocar um ponto de ordem à Mesa, uma vez que os Acórdãos de Execução eram um ponto da Ordem de Trabalhos a ser discutido e como ainda não se tinha chegado à discussão do ponto e o mesmo já estava a ser debatido.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Questionou porque é que a questão levantada pelo Membro Nuno Barata não colocou a questão no respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Foi novamente solicitado o uso da palavra pelo Membro Nuno Barata, para prestar esclarecimento;-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** – esclareceu que a questão que tinha colocado à Mesa tinha a ver precisamente com a Ordem de Trabalhos, não com a discussão do ponto. Acrescentou que não pretendia ser esclarecido sobre a importância, a relevância e até à aprovação do ponto que era pacífico para todos.-----

----- Referiu que a questão que colocou à Mesa e que por sua vez foi esclarecida pelo Presidente da Câmara, para si fazia todo o sentido porque, concordando com a explicação dada pelo Presidente da Câmara, no que tinha a ver com a ordem cronológica, mas no entendimento da Bancada do PSD, era que o Acordo de Execução de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia era subscrito pelo órgão municipal, remetido à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação final e finalmente seguia para as Assembleias de Freguesia para uma última aceitação do mesmo, mas não tinha sido isso que tinha acontecido, e por isso ter colocado a questão.-----

----- Disse que as Assembleias de Freguesia tinham recebido indicação para levarem o assunto às respetivas Assembleias de Freguesia, sendo que algumas delas já votaram e aprovaram o documento, sem que fosse primeiramente votado e aprovado em Assembleia Municipal. Ou seja, na presente Assembleia Municipal vai-se decidir sobre algo que já está decidido.-----

----- Questiona a Mesa da Assembleia Municipal sobre o que pensava sobre a situação. ---

----- Foi novamente solicitado o uso da palavra pelo Membro André Chambel, para prestar esclarecimento;-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – recordou que há quatro



Oliveira do Bairro assembleia municipal

anos já tinha sido votado um documento semelhante, mas por acaso nessa altura o documento foi ao Executivo, veio à Assembleia Municipal e por acaso só depois é que foi aos Executivos de Junta de Freguesia e às Assembleias de Freguesia. Esclareceu que se estava a falar de duas entidades diferentes, o Município de Oliveira do Bairro e cada uma das suas Freguesias sendo que cada uma delas, tem que dar poderes ao subscritor, Presidente da Câmara e Presidente da Junta de Freguesia para se poder subscrever o acordo. Referiu que se estava a fazer a parte que competia ao Município que foi ao Executivo e agora vinha à Assembleia Municipal. -----

----- Deu conhecimento que no caso da Freguesia de Oliveira do Bairro, o documento já tinha ido ao Executivo da Freguesia e posteriormente à Assembleia de Freguesia, cumprindo assim a parte que competia à Junta de Freguesia. -----

----- Informa que só após a aprovação do documento em Assembleia Municipal é que o Presidente da Câmara terá poderes para assinar o Acordo de Execução e no caso da Freguesia de Oliveira do Bairro, como o documento já tinha seguido os trâmites legais, o seu Presidente de Junta também já tinha poderes para assinar o documento, a partir do momento em que o mesmo seja aprovado na presente Assembleia Municipal. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Armando Humberto Pinto, tendo-lhe sido concedido; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** - referiu que a presente discussão para si, não tinha sentido desde que o Presidente da Câmara não tenha assumido nenhum compromisso em nome do Município, até a Assembleia Municipal decidir. Acrescentou que a Assembleia tem toda a legitimidade em decidir se aprova ou não o documento, e o Presidente da Câmara agirá de acordo com a decisão assim como acontece nas Juntas de Freguesia.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Carlos Ferreira, tendo-lhe sido concedido;

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – refere que a questão colocada, era uma



Oliveira do Bairro assembleia municipal

questão legal, lembrando que no ultimo mandato houve uma delegação de competências do Estado para a Câmara Municipal na área da Educação e do que se lembra, mereceu um parecer da CCDR nesse mesmo sentido. Acrescenta que o ato tomado pela Junta de Freguesia era um ato anulável, deixando de o ser quando for aprovado em Assembleia Municipal.-----

----- Referiu que por parte da Mesa da Assembleia estavam a surgir várias trapalhadas, atropelos ao estado de direito e à democracia, tendo ficado indignado quando verificou que as Assembleias de Freguesia tinham já aprovado um documento que ainda não tinha tido a aprovação da Assembleia Municipal. Acrescentou que no mínimo para o documento ser apresentado em Assembleia de Freguesia, devia ter cópia da minuta da decisão da Assembleia Municipal. -----

----- Sugeriu que a Mesa refletisse numa frase que o líder de Bancada referiu na Sessão Solene das Comemorações do 25 de Abril, passando a citar; *“Na politica há homens com moral e ética e com valores saberão que só há uma forma de assumir responsabilidades”*, fim de citação.- -----

----- De seguida foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para esclarecimentos, se assim o entendesse. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que a Câmara Municipal estava a cumprir com aquilo que lhe competia, relativamente à opinião que cada um possa ter sobre a questão, referiu que efetivamente há quatro anos o que tinha acontecido foi que as Assembleias de Freguesia tinham aprovado em alguns casos antes, falando concretamente da União de Freguesias da qual era na altura Presidente da Junta, sendo que agendaram uma Assembleia Extraordinária para aprovarem na altura, mas isso tinha sido uma decisão do órgão Executivo e da Assembleia de Freguesia. -----

----- Disse que, se a Assembleia Municipal entender não aprovar, o documento não terá qualquer efeito, e indo ao encontro da intervenção do Membro Armando Humberto Pinto,



esclareceu que não tinha assinado nada, estando à espera da deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – deu nota da chegada do Membro Gonçalo Roque Batista.-----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.2 – Apreciação dos Relatórios Anuais dos Conselhos e Comissões do Município, referentes ao ano de 2017;** --- -----

----- Esclareceu que em reunião da Comissão Permanente, tinha sido entendimento dos líderes de bancada, fazer-se a discussão do assunto, por pontos distintos e assim solicitou a inscrição dos Membros que pretendessem intervir em cada subponto, que se seguem, sendo dado o uso da palavra aos mesmos; -----

----- **5.2.1 - Comissão Municipal de Proteção Civil;**-----

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve na sua íntegra; -----

----- “*O Relatório da Comissão Municipal de Proteção Civil em apreciação, é demasiado sucinto, pouco esclarecedor e reflete a pouca importância que a proteção civil tem merecido no contexto das políticas municipais.* -----

----- *A Comissão reuniu duas vezes apenas – duas reuniões extraordinárias, convocadas a título de urgência, com vista à ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil e consequente desativação – por causa dos incêndios ocorridos em outubro, no Concelho e região.*

----- *Destas duas reuniões e das atividades levadas a cabo, com o Plano ativado nada nos é relatado, nomeadamente:* -----

----- 1. *Quais os meios acionados;* -----

----- 2. *Quais as ações que correram bem, e quais as que deverão ser melhoradas.*-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- O Relatório também não refere qualquer atividade prosseguida após a emergência, nomeadamente: -----

----- - se se verificou o restabelecimento rápido dos serviços públicos essenciais, tais como água e energia e vias de comunicação e, -----

----- - Quais os esforços desenvolvidos no levantamento e análise dos danos ocorridos e subsídios a conceder. -----

----- Não foi feita qualquer análise ou reflexão sobre a execução dos objetivos da Proteção civil no domínio dos fogos florestais que ocorreram em outubro de 2017. -----

----- Não houve RELATÓRIO algum sobre a atividade da Proteção Civil naquela situação de emergência. -----

----- A Comissão Municipal de Proteção Civil está incumbida de acompanhar a execução de toda a atividade da Proteção Civil, designadamente da análise e Identificação dos riscos, da Análise das vulnerabilidades para os riscos, das ações para informação e formação das populações, planeamento de soluções de emergência, inventariação de recursos disponíveis, controlo e coordenação dos meios. -----

----- Tudo isto é de uma importância extrema e justifica um maior empenho da Comissão na execução das suas competências, reunindo periodicamente.” -----

----- **5.2.2 - Conselho Municipal de Educação;** -----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – referiu que era um relatório, há semelhança de muitos outros, absolutamente irrisório e desrespeitoso com a atividade do Conselho Municipal de Educação, tendo em conta os assuntos que se deram no ano de 2017, relativamente à Educação em Oliveira do Bairro. -----

----- Não se verifica um ponto de discussão relativamente ao fim do IPSB, em relação ao estado de Educação no concelho de Oliveira do Bairro, esperando que no futuro, haja outra visão



Oliveira do Bairro assembleia municipal

em relação aos Conselhos Municipais, aos assuntos sensíveis que digam respeito ao concelho e à participação, que tem que ver em tudo com a transparência, dos interessados na política e na sociedade. -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que fazia suas as palavras dos dois Membros que o antecederam, porque de facto a importância que era dada aos Conselhos era diminuta, e no fundo eram vistas como mais uma formalidade e no seu ponto de visto era um erro e era algo que tinha que evoluir. -----

----- Reafirmou que era um erro, porque era necessário que as pessoas se agregassem em torno de causas e por isso era importante que a comunidade fosse chamada a participar nestes Conselhos que lhes fosse dada voz, valorizando o seu trabalho e isso também seria uma forma de envolver as pessoas. -----

----- No que diz respeito à Educação ainda era mais gritante porque se tinha vivido um ano único no que diz respeito a essa matéria, ano em que estiveram envolvidos no Contrato Piloto de Delegação de Competências, viveu-se um ano letivo em que foi elaborado um Plano Estratégico Educativo Municipal, um ano letivo em que se perdeu a oferta educativa no que diz respeito ao segundo e terceiro ciclo e ensino secundário na zona poente do concelho, um ano letivo em que grande parte dos alunos do concelho, passaram a estar dentro do Agrupamento com um impacto enorme na vida das respetivas famílias e por tudo isso esperava-se um debate e um envolvimento muito maior de todos os agentes vivos do concelho e obviamente o Conselho Municipal de Educação neste aspeto deveria ter tomado um papel de liderança. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que nas primeiras reuniões do órgão fiscalizador, de apreciação da atividade do município estava-se numa fase de “reboot”, ou seja reinicia-se tudo e tudo ficava limpo, tudo o que se fez nos últimos doze anos, desaparecia. -----

----- Disse que se alguém ouvisse o Membro Ricardo Regalado, relativamente ao presente



Oliveira do Bairro assembleia municipal

relatório, até parecia que não tinha havido um executivo do PSD e que os relatórios do Conselho Municipal de Educação fossem sempre a mesma coisa durante os últimos doze anos, lembrou que inclusivamente quando se tinha votado o encerramento do IPSB o relatório era idêntico.----

----- Referiu que se se olhar para o relatório, nomeadamente para a data da reunião verifica-se que é de vinte e quatro de julho de dois mil e dezassete, e refere a apresentação do Plano Estratégico de Educação Municipal e a emissão de parecer e depois são referidas mais umas banalidades. -----

----- Acrescentou que quando não há meios para fazer mais do que aquilo que foi apresentado, e quando se pede responsabilidades do que foi apresentado, que é apenas um relatório, da atividade do Conselho Municipal de Educação referente ao anterior Executivo, também se questionava o que é que tinham andado a fazer durante doze anos. -----

----- Disse acreditar que os relatórios que serão apresentados para o próximo ano terão mais sumo, mas relativamente à parte final do mandato anterior o que foi apresentado é quase nada e por isso não poderão pedir muito mais do que aquilo que tiveram durante doze anos. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Ricardo Regalado para prestar esclarecimento, tendo-lhe sido concedido; -----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – disse que às vezes tem alguma dificuldade em se expressar, porque quando disse que o relatório era irrisório, desrespeitoso disse que particularmente não era relativo ao relatório, mas sim relativo à atividade realizada pelo Conselho Municipal de Educação. Referiu que efetivamente o Conselho Municipal de Educação não tinha acompanhado o estado de situação da Educação tendo sido um problema do mesmo e do anterior Executivo. -----

----- Disse que tinha esperança que as coisas mudem no futuro. -----

----- **5.2.3 - Conselho Municipal de Segurança;** -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** – disse que quando se recebem cinco linhas, do relatório do Conselho Municipal de Segurança, questiona se haverá problemas de segurança no concelho, pois certamente não haverá.-----

----- Questiona se os Oianenses têm problemas de assaltos a empresas, a pessoas e bens na freguesia de Oiã, porque se queixam continuamente dessa situação. -----

----- Refere que o relatório do Conselho Municipal de Segurança, não se reuniu o que será sinal de não haver problemas de segurança no concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça Manuel Martins, recordou que há duas sessões atrás se tinha assistido a queixas relativamente à insegurança rodoviária, dos habitantes da Rua do Paraíso na Palhaça.-----

----- Dirigindo-se agora ao Presidente da Junta da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa Acílio Ferreira, questionou se ainda havia problemas na estrada 596 e os acidentes que têm acontecido.-----

----- Refere que para si, se estava a ver dois concelhos completamente diferentes.-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** - referiu que se o anterior Conselho Municipal de Educação tinha reunido uma vez, aquele que se estava a analisar nem se quer reuniu, o que vem demonstrar a importância dada aos Conselhos.-----

----- Questiona porque é que o relatório era referente aos meses compreendidos entre março e dezembro, quando é assinado no mês de abril pelo Presidente da Câmara, sendo que deveria pelo menos ser até ao mês de fevereiro do corrente ano, ou então referente a todo o ano de 2017.-----

----- Disse que a questão de fundo, é a importância que é dada aos Conselhos, sugerindo que não se mantenha os mesmos a funcionar só no papel, mas que se coloque o Conselho Municipal de Segurança a funcionar de verdade, porque se verificam muitos problemas de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

segurança no concelho, que tem que ser tratada enquanto não se sente a falta da mesma. -----

----- Afirmou que se tem andado pouco atentos a este assunto, e seria tempo de se fazer um reboot, que também já tinha tido tempo de arrancar. -----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – disse que ao olhar para o relatório do Conselho Municipal de Segurança, se verifica que se está em abrandamento pelo conteúdo dos mesmos.

----- Lembrou que há dois anos atrás o relatório apresentado neste órgão vinha com gralhas e nele apenas espelhava os dados da GNR de Oliveira do Bairro. No ano passado o relatório apenas visava os dados da GNR de Bustos, também com algumas gralhas porque os dados apresentados não batiam certo, no presente ano o relatório não tem nada para analisar. -----

----- Quando futuramente se pedir um posto da GNR para a Freguesia de Oiã, vai-se basear em que relatórios do Conselho Municipal de Segurança. Acrescenta que o município se estava a esvaziar de documentação que no futuro poderá vir a fazer falta. -----

----- Referiu que se deve tomar uma viragem rápida no abrandamento que está a ser verificado, ou corre-se o risco de desaparecer e a serem agregados, como referiu o Membro Acílio Vaz e Gala. -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve na sua íntegra;-----

----- *“Começaria por fazer uma referência à singeleza deste relatório, que está em linha com os demais que aqui apreciamos nesta ocasião, exceção feita ao da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.* -----

----- *Será essa singeleza já uma das medidas inovadoras, implementadas para reduzir gralhas nos documentos oficiais que aqui vimos analisando?*-----

----- *Esta singeleza está bem patente no facto de das duas extensas páginas que constituem este relatório, apenas 9 linhas dizerem respeito à atividade da Comissão em 2017, sendo a*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

expressão dessa atividade resumida à realização de reunião a 13 de abril, em que foi apresentado, analisado, discutido e aprovado o plano operacional municipal de defesa da floresta para 2017.-----

----- *Antevejo que o Senhor Presidente de Câmara responderá que este diz respeito a um período em que na grande maioria não possuía responsabilidades, e sabemos que assim é, mas questiono:*-----

----- *Sendo já responsável máximo da autarquia no final de outubro de 2017, não sentiu necessidade desta comissão ter voltado a reunir em sequência dos incêndios de outubro, considerando a extensão e gravidade dos mesmos, que não tem paralelo na história recente do nosso concelho, analisando-se nessa ocasião, quando ainda se possuía memória viva dos factos, o que poderia ter sido antecipado, o que poderia ter sido feito de forma distinta, porventura o que falhou, se é que algo falhou?*-----

----- *Já para não falar, porque não diz respeito ao mandato deste Presidente de Câmara, da eventual necessidade desta comissão ter reunido na sequência dos incêndios do final de junho, que obviamente não se registaram no nosso território, mas de onde porventura poderíamos ter retirado ilações. Poderíamos certamente ter fechado melhor a nossa porta, para não dizer a termos trancado, depois de assaltada a casa do vizinho.*-----

----- *Entendo que essa atitude, teria encaixado muito bem, no conceito de prevenção.*-----

----- *Faço votos para que este ano esta comissão seja mais ativa, e tal seja evidente no próximo relatório que aqui venhamos a analisar.*”-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** – em resposta ao líder de Bancada do CDS André Chambel quando este questionou do que é que estavam à espera, disse que era uma questão fácil de responder porque todos estavam à espera de melhor, sendo expectável que o CDS faça melhor que o PSD fez.-----

----- Relativamente ao relatório da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, disse que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

gostaria de sublinhar o que tinha sido referido pelo Membro José Carvalheira, que a referida Comissão não tinha reunido no ano de 2017, mesmo depois dos incêndios que atingiram o Concelho em outubro, questionando porque é que não houve reuniões no período compreendido entre outubro e dezembro. Questionou também se durante os meses do ano de 2018 a Comissão já tinha reunido alguma vez. -----

----- **5.2.5 - Conselho Cinegético Municipal;** -----

----- Não houve pedidos de intervenções.-----

----- **5.2.6 - Conselho Municipal da Juventude;**-----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – disse que como se podia verificar era mais um relatório irrisório e desrespeitoso. Irrisório em espelho das poucas atividades ou nenhuma que foram desenvolvidas, desrespeitoso em relação a toda a atividade juvenil, desenvolvida pelos jovens de Oliveira do Bairro, no desporto, no associativismo, na cultura e na sociedade. -----

----- Referiu que o Conselho Municipal de Juventude, quase que não tinha existido, tendo estado sempre à sombra do que podia ser feitas, das suas responsabilidades e sem atenção às preocupações, sugestões e propostas dos seus conselheiros.-----

----- Disse ter sincera esperança que este seja o momento e uma oportunidade de mudança, de progresso relativamente ao Conselho Municipal de Juventude e à visão para o futuro dos jovens oliveirenses. Acrescentou que para isso e na medida das suas possibilidades, em nome da JSD e do PSD, manifestava o seu apoio ao Executivo, particularmente à recém Presidente do Conselho Municipal de Juventude, Vereadora Susana Martins, e o compromisso de uma inteira responsabilidade na construção de um futuro melhor para os jovens oliveirenses.-----

----- Chamou também à atenção do facto de no relatório se manifestar um parecer positivo, questionando relativamente a quê. Elucidou os presentes que o referido parecer era relativo ao Plano e Orçamento e não ao Relatório de Contas, acrescentando que o Conselho Municipal de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Juventude não tinha sido convocado para deliberar em relação a um possível parecer, que na sua opinião seria fundamental para a deliberação dos Vereadores e dos Membros da Assembleia, relativamente ao Relatório de Contas. Sinal de um primeiro desrespeito pelo Conselho e pelo seu Regulamento esperando que não se repita. -----

----- **5.2.7 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.** -----

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve na sua íntegra; -----

----- “O Relatório da CPCJ em apreciação demonstra trabalho e empenho nesta problemática. -----

----- De todos os Relatórios, o da CPCJ é o que apresenta um trabalho mais detalhado, aprofundado e mostra um pouco da realidade das crianças e jovens do Concelho. -----

----- Relativamente à apresentação do mesmo, atrevo-me a fazer apenas uma sugestão – que se apresentem mais gráficos e quadros, de forma a podermos comparar os dados apresentados com dados dos anos anteriores, para que possamos aquilatar da evolução das situações submetidas à Comissão neste concelho. -----

----- Relativamente à Constituição da Comissão Alargada, não passa despercebida a falta de representação de 1 Representante das Associações de pais e de 1 representante das associações de Jovens. -----

----- A ausência destes dois Representantes verifica-se nesta Comissão há pelo menos dois anos (pois já se verificava no Relatório de 2016 e 2015, se não estou errada). -----

----- Por que razão não foram ainda designados os representantes em falta?? -----

----- Temos uma Comissão alargada com 10 membros, quando a Lei determina que sejam 12, sendo certo que os que faltam são de igual modo fundamentais para o bom desempenho da dita Comissão. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Por outro lado, continua a verificar-se a dificuldade em operacionalizar as atividades da Comissão Alargada, resultante de um menor envolvimento dos seus membros – Este problema também é reincidente, já se verificava no Relatório de 2016.*-----

----- *Este desinteresse no envolvimento dos membros tem que se contrariar em nome dos elevados interesses em causa.*-----

----- *Pelo que faço aqui o meu apelo aos Dignos membros da Comissão Alargada para um maior envolvimento nas atividades, para que as nossas crianças e jovens em risco venham a ter um futuro mais risonho.*-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – deu de seguida o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que tecesse algumas considerações, se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que evidentemente os relatórios transpareciam aquilo que tinha sido feito pelos Conselhos e pelas Comissões, dando nota que na composição de alguns deles faziam parte elementos da Assembleia Municipal, esperando que os mesmos tenham isso em mente esperando que incutam em si próprios o empenho e dedicação que têm que ter. -----

----- Relativamente ao que tinha sido referido respeitante ao relatório da Comissão de Proteção Civil, disse que lamentava que apenas tivesse reunido numa situação de crise, os incêndios de outubro. Informou que essa reunião tinha tido lugar num dia à noite numa sala da Junta de Freguesia da Palhaça, não tendo sido a reunião alargada. -----

----- Referiu que tinha sido nessa reunião que foram tomadas algumas decisões, sobre a forma como iriam atuar a partir daquele momento. Se a reunião foi a tempo, disse que não porque já tinha acontecido muita coisa, chegaram à conclusão que os meios contemplados no Regulamento não foram suficientes, as pessoas não estavam disponíveis, os meios conseguiram dar apoio no apoio à falta de água, nas zonas industriais de Bustos e da Palhaça. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acrescentou que essa situação levou a medidas por parte da Câmara Municipal que reuniu no mês de novembro com a ADRA, estando já a ser implementadas durante o corrente ano. -----

----- Referiu que tinha ardido muita floresta, porque não havia máquinas suficientes para o combate ao incêndio, porque no momento da inscrição as pessoas não tinham respondido. Acrescentou que só pelas vinte e três horas começaram a telefonar e a colocar os meios que estavam disponíveis e requeridos, os meios que cada Presidente de Junta tinha ao alcance, foram todos acionados. Deu nota que tinha telefonado a todos os empresários da zona industrial de Bustos, a alertar da possibilidade dessa zona ser afetada, contudo houve dificuldade em entrar em contacto com os empresários da zona industrial de Oiã.-----

----- Afirmou que o concelho de Oliveira do Bairro não estava preparado para a situação vivida em outubro, e que parte da frente de incêndio em Bustos tinha sido controlada por uma cisterna de água de um trator que foi protegendo algumas empresas.-----

----- Relativamente aos relatórios de outros Conselhos e Comissões serem exíguos de informação, afirmou que pretendiam fazer melhor, já havia reuniões realizadas, no caso do Conselho Municipal de Segurança, só após a tomada de posse dos seus Membros poderão reunir.-----

----- Deu conhecimento que a Comissão da Defesa da Floresta, já tinha reunido no presente ano, face às circunstâncias que estão a decorrer. Referiu que um dos grandes problemas é a falta de meios de identificação dos terrenos, porque proteger a floresta é também organizá-la.--

----- Recordou que numa Assembleia Municipal já tinha sido debatido de quais os procedimentos, e o que se deveria fazer de forma sistemática para ordenar a floresta, tendo uma atitude mais proactiva, disse que era isso que estavam a fazer, com os acordos que têm as finanças já começavam a facultar os dados, muito embora ainda pense que era muito pouca a informação que disponibilizam aos municípios, no sentido de os ajudar a ordenar o território, mas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

já era um ponto de partida. -----

----- Foi solicitada a inscrição dos Membros da Assembleia, que pretendessem fazer uma segunda intervenção, tendo sido dado o uso da palavra aos mesmos; -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que tinha sido entendimento da Comissão Permanente, que na Assembleia Municipal de abril, fossem apresentados à discussão os relatórios das Comissões e Conselhos, dos quais na sua composição, fizessem parte Membros da Assembleia Municipal ou representantes designados, e por isso era dever de todos os elementos e representantes exigir aos Presidentes das Comissões e Conselhos, que reúnam, que prestem informações sendo que estes também deverão reportar as situações. -----

----- Solicitou ao Presidente da Câmara que se passasse a ter mais informação nos relatórios, passando a ter atas mais expeditas e com mais sumo de forma a se analisar melhor o que realmente se faz em cada uma das reuniões. -----

----- Foi dado de seguida o uso da palavra ao Presidente da Câmara para tecer algum comentário se assim o entendesse. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – relativamente à CPCJ, informou que já tinha reunido três vezes no presente ano, tem levado a cabo várias iniciativas. Alertou que ainda faltam alguns representantes, o que pode mostrar algum desinteresse, da parte dos elementos que compõem essas Comissões e Conselhos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – deu nota que os relatórios apresentados, tinham sido solicitados pela Mesa da Assembleia de forma a constarem na Ordem de Trabalhos para serem analisados e discutidos. Acrescentou que da mesma forma a Mesa da Assembleia, irá enviar a ata da presente Assembleia Municipal, aos respetivos Conselhos e Comissões, para que tudo aquilo que foi discutido ou não, pela falta de informação, possa servir de espelho daquilo que a Assembleia do



Oliveira do Bairro assembleia municipal

trabalho que deve ser feito pelas Comissões e Conselhos. -----

----- Foi assim dado por terminado o ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- De seguida deu-se inicio à análise e discussão do ponto da Ordem de **5.3 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2017, Documentos de Prestação de Contas 2017, Inventário do ano de 2017 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2017**, dando de seguida a palavra ao Presidente da Câmara para que procedesse à apresentação do ponto;---

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que era uma apresentação de contas um pouco fora do habitual, com dez meses de uma gestão e dois meses de outra gestão, sendo que nos dois meses não foi dada a oportunidade para se tomar medidas face a um sem número de compromissos naturais, assumidos em prol do desenvolvimento do concelho, e que não permitem dar mais do que aquilo que está apresentado no documento. -----

----- Disse que estaria disponível para prestar os esclarecimentos que vissem por necessários. -----

----- Foi dado o uso da palavra a um representante de cada Bancada representada na Assembleia Municipal;-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – começou por referir o afastamento crescente dos cidadãos em relação à política e aos políticos, cujas causas mais evidentes, são por demais conhecidas. Entendia que tal se devia, para além da diminuição de confiança nos agentes políticos que deriva muitas vezes da tomada de decisões, não focada no interesse público, mas em interesses privados e também na forma como os políticos comunicam e apresentam a sua atividade, ser demasiado encriptada o que a torna muitas vezes pouco tangível para os cidadãos. -----

----- Acrescentou que nalgumas circunstâncias é pouco tangível e pouco perceptível mesmo para os cidadãos mais esclarecidos. Disse que se referia a esse assunto porque entendia que o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

relatório de prestação de contas em análise, era um documento bastante extenso e encriptado que a grande maioria dos oliveirenses terão dificuldade em interpretar o mesmo. -----

----- Disse que no exercício da atividade política, deve sempre ser assumida uma atitude inclusiva e por maioria da razão na prestação de contas, não se deve, através da elaboração e apresentação de documentos cifrados, tentar excluir ninguém. Não retirar ninguém da participação e do debate, não se deve resumir a atividade política ao mero domínio técnico, não se deve ser tecnocrático, porque não é esse o mandato que a população passa aos políticos, caso contrário contratar-se-iam para gerir os destinos das autarquias e das nações reputados especialistas em gestão e não se realizariam eleições. -----

----- Acrescentou que a arte de bem governar passa no seu entendimento por partilhar informações facilmente compreensível pela grande maioria. Entende que mais do que realizar festividades, isso sim seria estar mais próximo dos eleitores e da população.-----

----- Disse que pelo que tinha acabado de referir e apesar de não se considerar dos mais incapazes de analisar um relatório de gestão, não queria analisar o documento a um nível técnico, nem que o debate se centrasse em questões contabilísticas, reduzindo-se potencialmente à intervenção de poucos, com formação de base neste domínio do conhecimento, mas sim ao nível político.- -----

----- Assim em coerência com que afirmou anteriormente, sugeriu ao Presidente da Câmara que em próximos relatórios de prestação de contas, pudesse recorrer a uma estrutura menos densa e menos cifrada, em que fossem inseridos quadros e gráficos comparativos de períodos mais alargados do que apenas dos dois últimos anos, para análise, interpretação e compreensão do mesmo. -----

----- Acrescentou que existia um inúmero de exemplos de relatórios de gestão de outras autarquias, cuja estrutura é mais simples e intuitiva, de mais fácil análise, ou seja, mais inclusivos.

----- Deu o exemplo do relatório do ano de 2002, da autarquia de Oliveira do Bairro, de forma



Oliveira do Bairro assembleia municipal

a que o mesmo sirva de inspiração ao atual Executivo Municipal. Pode-se verificar no mesmo, os gráficos a cores, a evolução das receitas e das despesas correntes ou de capital, sendo por isso possível apresentar aos cidadãos um documento menos denso.-----

----- Muito para além de uma mera peça técnica, económico financeira, este também era um documento político e nele, o Presidente de Câmara apesar de apresentar breves linhas de discurso político, na sua conclusão são feitas afirmações categóricas, que importa para além de guardar para memória futura, analisar, passando a citar;-----

----- *“Este ano civil correspondeu a uma mudança de ciclo na gestão do município de Oliveira do Bairro, o atrás descrito reflete as opções de gestão do Executivo anterior, os dois meses de gestão do atual Executivo, não foram suficientes para poder agir com impacto relevante no exercício agora em balanço. O relatório de Gestão e Contas do ano de 2018 a que faz referência, será o reflexo de uma gestão diferente nos moldes para os quais fomos mandatados.”* Fim de citação.- -----

----- Acrescenta que é referido que o Relatório de Gestão de Contas, refletia as opções de gestão do Executivo anterior, questionando se serão apenas as opções do Executivo anterior. Recordou que quer os Vereadores do CDS-PP do anterior Executivo, quer o atual Presidente da Câmara, na altura com funções de Presidente da Junta, votaram favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017, questionando porque razão se deve imputar habilmente as responsabilidades de um resultado deficitário, apenas a quem já não está presente e se devem esquecer as responsabilidades que existem, a quem permanece. -----

----- Relativamente à referência a uma gestão diferente e que se refletirá no Relatório de Gestão de 2018, que está a ser praticado, questionou o Presidente da Câmara daquilo que estava a ser feito de distinto que fomente a afirmação tão categórica atrás referida. Acrescentou que certamente o Presidente da Câmara fez a afirmação tão relevante, em posse de dados inequívocos que todos gostariam de conhecer, sendo certo que já tinha cumprido um oitavo do mandato e que já se tinha completado um terço do exercício de 2018.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Lembrou que quando em dezembro passado foi analisado o orçamento para o ano de 2018, manifestou a grande preocupação da bancada do UPOB, com a estagnação, o marasmo, com que foi tomado o município, mesmo pelo definhamento em termos da atividade económica e capacidade de atração de investimento. Mesmo desconhecendo nessa ocasião os dados de fecho do exercício do ano de 2017, foi fácil antecipar a tendência. -----

----- Analisando o Relatório de Gestão, observa-se que lamentavelmente se confirma o decréscimo importante da cobrança de impostos, no ano de 2017, comparativamente ao ano de 2016, em cerca de quatrocentos mil euros, e certamente para isso não contribuiu apenas a redução de 0,1% da taxa de Derrama, porque no caso de impostos indiretos, que são o que recaem sob o tecido produtivo, assiste-se a um decréscimo de receita cobrada superior a cento e oitenta e dois mil euros, o que representa uma descida de 76,8% em relação ao ano anterior.

----- Acrescentou que se esse não for um sinal suficiente para se inverter o rumo, no que se refere à tomada de medidas, para se atrair investimento e despromover o desenvolvimento económico, a que tantas vezes se referiram e não se cansam de lembrar, não sabe então qual será o sinal que necessitam para agir. -----

----- Porventura assessorando-se o Executivo de especialistas no domínio da captação de investimentos, se se conseguisse esse desiderato no sentido de estancar a hemorragia, mas até ao momento só se viu tomando conhecimento da contratação de assessores políticos, que em regra têm bastante impacto na despesa e pouco ou nenhum na receita como seria desejado.---

----- Considerando o decréscimo da cobrança da receita, poder-se-ia estar perante um resultado, mais negativo no exercício de 2017, não tivesse tido o anterior Executivo o discernimento de ter travado a fundo na despesa corrente, que baixou de 71,5% em 2016 para 65,98% em 2017, apesar do aumento dos custos com fornecimentos e serviços externos. -----

----- Da mesma forma que percebe a imputação da responsabilidade do exercício de 2017 ao anterior Executivo, também o discernimento tem que lhe ser atribuído. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Como todos puderam perceber da análise do documento, para o resultado do exercício de 2017, que reputaria de preocupante, contribuiu para além da transferência do Edifício Sede para a Junta de Oia, para a assunção de devolução de taxas cobradas indevidamente à operadora de telecomunicações, a diminuição significativa da receita, sem o necessário acompanhamento diminutivo do lado da despesa. A diminuição da receita superior a dois milhões de euros, inerente à baixa significativa de venda de bens de investimento. -----

----- Do lado da despesa apesar de uma ligeira diminuição, foi de pouco mais de cem mil euros. A manter-se o figurino com as receitas correntes, mas também as receitas de capital a regredirem substancialmente e sem se vislumbrar onde se está a cortar na despesa corrente, era quase certo que a saúde financeira da instituição vá definhando lentamente. -----

----- Alertou para a necessidade de se encontrarem soluções estruturais para a tendente igualização da receita corrente em relação à despesa, em exercícios futuros, relembrando o documento orçamental para o ano de 2018, aprovado em dezembro, e que previa que as despesas descessem em relação ao ano transato. -----

----- Aguarda-se a Execução orçamental para se verificar se a tendência se confirma, como preveem, para perceber se a gestão atual será efetivamente diferente, nos moldes nos quais o Executivo foi mandatado. -----

----- Relativamente a certificação legal das contas, o técnico responsável referiu que não se pronunciava acerca de uma eventual necessidade de reconhecimento ou não de provisões para riscos e encargos e dos montantes necessários para a assunção de responsabilidades, em caso de decisões desfavoráveis ao município, em sede judicial, nos vários processos em curso movidos contra a autarquia. Questionou o Presidente da Câmara se não teria sido uma atitude incauta e pouco providente, uma vez que nas notas ao balanço e à demonstração de resultados, era referido, no item relativo aos processos judiciais que, não tinham sido criadas provisões para processos judiciais em curso, dado que grande parte deles eram processos de baixo valor, sendo



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que para os valores mais relevantes era esperado um desfecho favorável ao município. -----

----- Parabenizou o Presidente da Câmara, reconhecendo o mérito e a criatividade, pelo facto de ter engenhosamente transferido o ónus de um resultado negativo no exercício de 2017, para a gestão anterior, expurgando assim das contas, as questões que poderiam de alguma forma contribuir para resultados menos conseguidos no exercício do seu mandato. Acrescentou que o anterior Presidente da Câmara não seria merecedor que lhe fosse transferido esse ónus pelo esforço que tinha feito para que o atual Presidente da Câmara fosse o seu sucessor, dizendo que a gratidão e o reconhecimento, valores da humanidade, também não ficariam mal na política.

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** - referiu que a prestação de contas em democracia e em especial no municipalismo, era um dos momentos mais relevantes. O Presidente da Câmara Municipal, presta as contas de um ano de liderança nos destinos do município, quer à Assembleia Municipal quer a toda a população, onde são apresentados documentos, em larga medida, com a concretização ou não das suas opções políticas e do seu projeto para o concelho, apresentando ainda a sua opinião sobre a execução orçamental, financeira, económica e patrimonial do município.-----

----- Acrescentou que por outro lado as forças políticas da oposição, com base nos mesmos documentos, congratulam-se com as opções políticas que entendem que foram acertadas, elencam um conjunto de opções que realizariam de outra forma, elencam ainda, um conjunto de opções políticas com as quais não se identificaram. Descrevem um conjunto de outras opções política que realizariam se estivessem no poder. Emitem também a sua opinião sobre a situação orçamental, financeira, económica e patrimonial do município. -----

----- Referiu que na presente Assembleia tudo o que atrás tinha referido não iria acontecer, pelo menos para a Bancada do PSD. Acrescentou que no próximo ano se iria analisar, as opções e os projetos políticos e especificamente a sua concretização pelo Executivo liderado pelo CDS-PP. Referiu que no presente ano como se tratava de uma prestação de contas, que em grande medida era da responsabilidade do anterior Executivo liderado pelo PSD, tendo recentemente,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

através das eleições autárquicas, sido sujeito á avaliação das opções políticas concretizadas. Disse que nesse momento de decisão soberana das populações, a decisão foi a de dar a outra força política, a oportunidade de liderar o município de Oliveira do Bairro e concretizar o seu projeto político, nos próximos quatro anos. -----

----- Assim sendo, disse que seria importante dar relevância ao ponto de partida do novo Executivo, efetuando uma análise da situação orçamental, financeira, económica e patrimonial do município. Verificar o ponto de situação em que foi deixado pelo PSD, o município de Oliveira do Bairro. -----

----- Refere que o PSD faz questão de evidenciar perante a Assembleia Municipal e à população o seu legado orçamental, financeiro, económico e patrimonial da autarquia de Oliveira do Bairro. Sobre a análise orçamental, disse que o PSD tinha deixado a autarquia de Oliveira do Bairro com uma estrutura de execução orçamental, melhor que da média nacional, para os municípios com a mesma dimensão, onde foi apresentada uma despesa corrente de dez milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e oitenta ponto quarenta e seis euros, que representa 66% do valor total da execução orçamental da despesa e a média dos municípios com a mesma dimensão é de 71%. -----

----- Acrescentou que o PSD tinha deixado a autarquia de Oliveira do Bairro, com o financiamento das despesas de capital através de receita corrente, no valor de quatro milhões, seiscentos e setenta e nove mil, novecentos e dois, ponto trinta e quatro euros, apresentando assim um diferencial, entre a receita corrente e a despesa corrente de quase quatro ponto sete milhões de euros, para serem canalizadas em despesas de investimento. Comparando com o ano de 2005, ano em que o PSD assumiu os destinos do município das mãos do CDS-PP, o valor cifrava-se apenas em dois milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, cento e oitenta e dois ponto noventa e sete euros, verificando-se assim o aumento do financiamento das despesas de capital, através de receita corrente, em cerca de dois milhões de euros. Tendo o PSD deixado a autarquia de Oliveira do Bairro com um saldo para a gerência do CDS de cerca de um ponto dois milhões



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de euros. Lembrou que há doze anos, quando o PSD recebeu o município de Oliveira do Bairro, das mãos do CDS-PP, o saldo existente era de cerca de seis milhões de euros.-----

----- Disse que sobre a análise financeira, económica e patrimonial o PSD, tinha deixado a autarquia com um ativo líquido de cerca de cento e quatro ponto cinco milhões de euros, sendo que há doze anos atrás o ativo líquido era de apenas cinquenta e cinco, vírgula um milhão de euros. Referiu que o PSD tinha também deixado a autarquia de Oliveira do Bairro, com menos dívidas de empréstimos de médio e longo prazo e a terceiros de curto prazo em cerca de dois vírgula cinco milhões de euros. Quando o PSD assumiu a gerência entregue pelo CDS-PP a dívida de empréstimos totalizava onze ponto oito milhões de euros, atualmente a dívida era de nove ponto três milhões de euros, ou seja, uma redução de 21%.-----

----- Afirmou ainda que o PSD tinha deixado a autarquia com uma capacidade de endividamento de mais de treze ponto três milhões de euros, podendo a autarquia contrair empréstimos de médio e longo prazo num valor de dois, ponto sete milhões de euros. Lembrou que quando o PSD tinha chegado à autarquia em 2005, o valor máximo que a autarquia pode contrair de empréstimos de médio e longo prazo foi de quarenta e quatro mil euros, sendo que em 2016 foi de cerca de um milhão de euros.-----

----- Referiu que se a tudo o que tinha elencado se acrescentar que em doze anos a gerência do PSD realizou e pagou, oitenta e seis ponto cinco milhões de euros em investimentos, apoiou associações do município em mais de dezanove milhões de euros, disse que se poderia discordar das opções, das prioridades e até da forma que foram os mandatos do PSD, mas não poderiam deixar de reconhecer o óbvio que muito foi investido e muito foi concretizado. Sendo também óbvio que o PSD tinha deixado em todos os parâmetros, o município de Oliveira do Bairro muito melhor do que o que o tinha encontrado.-----

----- Mas querendo repor a verdade de forma frontal e afirmativa, pode-se concluir que a autarquia de Oliveira do Bairro é uma autarquia sem nenhum constrangimento orçamental,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

financeiro, económico e patrimonial, antes pelo contrário porque apresenta indicadores que não deixam a menor dúvida a ninguém da boa situação em que se encontra, e eram demonstrativos da boa gestão da autarquia por parte do PSD nos últimos doze anos. -----

----- Referiu que se tem ouvido por parte do atual Executivo, que a autarquia tem vários constrangimentos orçamentais e financeiros, sendo uma afirmação que tem por parte do PSD total indignação, por ser incorreta e injusta, acarretando também outro tipo de considerações, se o atual Executivo considera que é um legado pesado, pode-se inferir que; -----

----- Se acham que é mau, devem assumir naturalmente que o legado deixado pelo anterior Executivo do CDS-PP, não foi mau, mas sim desastroso;-----

----- Será que considerando a situação deixada pelo PSD, como de graves constrangimentos financeiros certamente que quando o CDS-PP deixar de estar à frente dos destinos da autarquia, deixará uma situação financeira, muito melhor e com níveis de investimento semelhantes aos praticados pelos Executivos do PSD.-----

----- Acrescentou que a ser assim, a assunção das responsabilidades e de ambição do CDS era algo que a ser verdade, merecerá o aplauso e a aclamação por parte do PSD. -----

----- Questionou o Presidente da Câmara se este considerava que o legado deixado pelo PSD era mau e se considerava ou não que deixaria o município de Oliveira do Bairro com resultados percentuais e absolutos, superiores aos que encontrou. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que do que tinha ouvido, lhe parecia que havia duas versões do Orçamento a circular, porque pela primeira vez há resultados líquidos negativos no valor de um milhão e duzentos mil euros, não via que isso fosse um ótimo legado deixado pelo PSD. Referiu que do ponto de vista contabilístico e da contabilidade criativa que existiu para que os resultados fossem sempre positivos, mas quando é passado o legado, verifica-se que se está em saldo negativo, em sua opinião não era um bom legado. - -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que tinha sido quase tudo dito pelo Presidente da Câmara, na conclusão do relatório de gestão, lembrando que tinha aprovado favoravelmente o último relatório de gestão de contas, apresentado pelo então Presidente Acílio Gala, e que o iria fazer novamente, mas ressaltou o facto de se abster relativamente aos primeiros dez meses do ano de 2017, porque as contas que foram apresentadas pelo PSD, não eram favoráveis e o CDS nos dois meses restantes, fez o que pode, para agora apresentar o relatório de gestão que todos tinham em sua posse. -- -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – deu de seguida o uso da palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos;-----

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve na sua íntegra; -----

----- “A apresentação de contas é um momento único, e de Excelência, em que Executivo transmite não só a este órgão autárquico, mas a toda a população a real situação económico-financeira do Município de Oliveira do Bairro.-----

----- O ano de 2017 foi especial – tão especial que as contas espelham essencialmente a realidade do anterior executivo, COM opções claras do atual executivo, que influenciam a apresentação das próprias contas apresentadas.-----

----- Antes de olhar aos dados propriamente ditos, um pequeno grande reparo sobre a FORMA com que a informação é prestada.-----

----- Nos dias presentes, em que a tecnologia e a sua velocidade afetam o quotidiano de cada um, a informação deseja-se de rápida apreensão e de imediata comparação, pasme-se que o presente relatório é-nos mostrado de forma descritiva e curiosamente de difícil comparação. -

----- Poderia dissertar sobre as eventuais razões para o mesmo nos ser mostrado desta forma, desculpem-me o termo, tão “desusada”, mas, olhando para o futuro, que é a maior



Oliveira do Bairro assembleia municipal

urgência com que o concelho se depara, prefiro deixar a sugestão para que no próximo relatório de contas, altura em que os doze meses já serão da total responsabilidade deste executivo, possamos olhar para o relatório e contas com mapas comparativos ou mesmo com rácios e gráficos caracterizadores.-----

----- Como aliás, já fazia o anterior executivo do CDS, liderado pelo Dr. Acílio Gala, há mais de 12 anos. -----

----- Apesar do documento não perspetivar o caminho a seguir ou os erros a não repetir, porquanto não é emitida OPINIÃO sobre o rumo da Gestão, quer pelo executivo, quer pelo Sr. Presidente, antes somos agraciados com 5 frases, repito 5 frases, que mais parecem um parecer técnico, a prometerem que para o ano é que é... -----

----- Apesar de alguns apontamentos descritos pelo Revisor Oficial de Contas, que originaram a sua opinião com reservas, (ressalvo por concordar plenamente, a ausência de previsão para processos em contencioso, estranho mais pois todos sabemos que em um dos processos a Câmara já foi condenada, não existindo possibilidade de Recurso; pelo que se vai sabendo as negociações com a empresa ainda não deram qualquer resultado, mas, mesmo assim, parece não ser preocupação para o Executivo o valor de indemnização fixado pelo Tribunal. -----

----- Saliendo mesmo assim, o também expresso pelo ROC, (e passo a citar)“o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais” (fim de citação), poderemos assumir que as conta transmitem a melhor imagem do ativo, do passivo e dos resultados das operações da CMOB, sem ferir de legalidade qualquer norma, por tal facto, apenas um pequeno grande apontamento à data tardia em que são reconhecidos elementos que poderiam distorcer a realidade das contas. -----

----- Tardio por ser relevante para o Município, tardio e estranho, porque ao reler a ata de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

aprovação de contas (AM de 21.04.2017) referente ao exercício de 2016, não encontrei nenhuma palavra de alerta, chamada de atenção, ou sugestão política ou mesmo técnica, de tão urgente necessidade. -----

----- Da mesma forma que reconheço aquele princípio contabilístico, também compreendo a utilidade desse reconhecimento ser efetuado neste primeiro ano de mandato do atual executivo.

----- A análise cuidada ao documento que nos foi apresentado transmite de forma inequívoca e numérica, as preocupações constantemente realçadas pelo UPOB, quer à população, quer no Executivo Municipal e mesmo nesta Assembleia.-----

----- Lembro o permanente alerta da necessidade em inverter as políticas económicas e de captação de emprego.-----

----- Nos meios de fixação da população a par de medidas de atração de novos residentes, principalmente jovens e/ou quadros de empresas que optem pelo concelho para criarem as suas famílias. -----

----- Na opção por despesa produtiva. -----

----- No cuidado, que parece não estar a ocorrer, no controlo dos gastos.-----

----- Dissecando as contas, os alertas surgem de ambos os lados do balanço, isto é, aumento de gastos correntes ao mesmo tempo que a receita cobrada em impostos e taxas reduzem - só pode ser um sinal de preocupação.-----

----- Como se afirma no relatório, os gastos correntes em 2017, sofreram um aumento de 6,61%.-- -----

----- Preocupo-me não tanto pelo passado, que já passou, mas pela continuidade previsional dos mesmos. -----

----- Primeiro, no Orçamento para 2018, aprovado em 29.12.2017, está previsto um aumento da despesa com pessoal,-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Mais, aos olhos de todos é visível o prejuízo permanente de cada atividade no QA, sobre este assunto até empiricamente (enquanto aguardamos por uma apresentação periódica da conta corrente ou de um relatório semestral da atividade do QA), mas como referia, até empiricamente através do número de pessoas presentes em cada atividade é fácil assumir esse resultado negativo em cada espetáculo com artistas Nacionais que se vai desenvolvendo. -----*

----- *Por outro lado, as despesas correntes ascendem a uns preocupantes 2/3 das despesas totais, uma mostra clara da urgência na inversão de tendência que o Município terá de efetuar, sob pena de a curto/médio prazo, estarmos perante a incapacidade de libertação de fundos, porquanto, os valores que as mesmas atingiram, começam a absorver de forma preocupante a libertação de meios financeiros líquidos essenciais para alavancar o investimento produtivo no concelho. -----*

----- *Mais preocupante será porventura olharmos este documento do lado da receita, e testemunharmos a incapacidade do Município gerar receita por ele próprio que compense o aumento da despesa e liberte fundos crescentes para projetar um futuro de progresso no concelho. -----*

----- *Na realidade, o cenário na captação de receitas próprias é alarmante. Debrucemo-nos nas rúbricas que são o espelho do investimento e do progresso do concelho - olhemos atentamente a rúbrica "impostos e taxas": Especificamente ao; -----*

----- *IMT (claramente um dado que nos transmite a pujança em fazer negócio, a força comercial do Município, nomeadamente no sector imobiliário, porquanto traduz efetivamente o valor cobrado em novos contratos, qui ça também espelho de fixação de novos residentes), o município arrecadou MENOS 11.76%. -----*

----- *Loteamento e obras (o título e os valores dizem tudo não houve negócio, não houve venda de lotes para a atividade empresarial, não houve ...)-----*

----- *Sofre uma catastrófica redução de 86,22€ quando comparada com o exercício de 2016*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

e numa redução do valor de taxas cobradas de 14,41%. -----

----- O valor das receitas e o correspondente equilíbrio das contas do Município só não está pior, por estarmos a beneficiar da atualização do valor dos imóveis e do fim da cláusula de salvaguarda ao aumento exponencial de IMI a pagar pelos contribuintes, terem originado um aumento excecional da receita. -----

----- Dir-me-á o Sr. Presidente da CMOB que é o efeito da crise, olhe que não Sr. Presidente, e o Sr. Sabe, ... as contas dos concelhos vizinhos não relatam tal calamidade, e vivem na mesma Região. -----

----- Dir-me-á o Sr. Presidente da CMOB que a culpa é do seu antecessor, concordo, mas neste momento a preocupação tem de ser sua, a ação tem de ser sua, tem de definir um rumo claro para o concelho, tem de dar sinais do que pretende fazer a médio prazo, como captar investimento, como fixar a população; -----

----- por inerência à função que assumiu, tem mesmo de ser o Sr. Presidente e o seu Executivo, a definir e comunicar quais as medidas que implementará para INVERTER esta tendência. -----

----- Estas também são preocupações assumidas pelo UPOB. O UPOB além de alertar para a situação, como sabe, já tem apresentado sugestões (por vezes com a discussão estrategicamente adiada) para que assistamos rapidamente, a medidas que convertam a situação e proporcionem apressadamente melhoria das condições de vida no quotidiano das populações; à coesão territorial e ao desenvolvimento geral do concelho. -----

----- Parece-me assim, que o relatório aqui apresentado transmitindo uma imagem da realidade, não salvaguarda a totalidade dos riscos que o Município poderá ter de assumir num curto espaço de tempo; -----

----- Transmite uma preocupação crescente no aumento dos gastos correntes, que exige uma atitude rápida e determinante de contenção dos mesmos; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Deixa sinais de muita preocupação para um futuro próximo, nomeadamente pelos riscos na capacidade de captação de receitas próprias, só solucionável com a captação de mais e melhor investimento, mais e melhor emprego, que conduzam à fixação da população essencialmente jovens e jovens quadros;*-----

----- *Nem com o relatório de Gestão e passados 6 meses de análises e estudos, conseguimos ter a perceção do caminho a seguir, que rumo tomar, para atacar esta enorme fraqueza do Município.*-----

----- *Depreendem-se ainda, sinais claros de um atraso preocupantemente permanente em relação aos Municípios vizinhos que continuam a mostrar capacidade para captar e manter investimento, fixar emprego e população, que lhe permite aumentar as receitas próprias.*-----

----- *Por todas estas razões, como compreenderá não estarei com as necessárias condições mínimas para aprovar este, e friso este, relatório de contas.*”-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que pretendia constatar que mais uma vez a reunião de Câmara onde foi apresentado o documento, foi privada o que limitou a participação do público em geral e a comunicação social de realizar uma cobertura presencial da discussão e votação em reunião de Câmara, ficando refém da publicação das notas de imprensa parciais do Presidente da Câmara, colocando em causa o interesse público, dessas mesmas publicações por parte do Jornal da Bairrada. Acrescentou que se o Presidente da Câmara, não desse atenção ao reparo que tinha acabado de proferir, demonstraria que era um político com medo, ou então tinha medo da política.-----

----- Referiu que tinha sido com surpresa que tinha lido no Jornal da Bairrada, e que tinha assistido na presente Assembleia, por parte do Líder de Bancada do CDS André Chambel, a análise financeira, económica e patrimonial, bastante redutora, dos documentos em apreciação, tendo apenas sido realçado a informação financeira resultante do resultado líquido, não pondo em causa nenhuma opção política tomada.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Disse que de acordo com o que constava em várias publicações relativas à contabilidade pública, um dos princípios básicos de qualquer gestão pública, onde se inclui o Presidente da Câmara, refere que não é de considerar a informação financeira resultante dos resultados líquidos, como elemento determinante nas tomadas de decisão, ou seja deverá haver um equilíbrio. Acrescenta que qualquer organismo público não tem como fim ter lucro.-----

----- Referiu que a autarquia tinha apresentado um prejuízo de um milhão e duzentos mil euros, tendo contribuído para esse efeito, vários fatores, mas nomeadamente; -----

----- a transferência para a Junta de Freguesia de Oiã do seu edifício sede, em cerca de zero ponto seis milhões de euros;-----

----- os custos com os subsídios e instituições que em 2017 totalizaram o valor histórico de mais de dois, ponto três milhões de euros. -----

----- Acrescentou que foram opções políticas, que tinham sido aprovadas por unanimidade.

----- Disse que a questão que se impunha a todos os presentes, era de qual o prejuízo, ou dano patrimonial ocorrido no município de Oliveira do Bairro, pelo facto da autarquia ter transferido para a Junta de Freguesia de Oiã, a sua sede, ou qual o prejuízo ou dano para o município de a Câmara ter apoiado as associações e instituições no valor referido, sendo que a resposta era clara e inequívoca, porque não houve prejuízo nenhum para o município.-----

----- Contudo as opções políticas referidas, representaram para o município contabilisticamente com um prejuízo financeiro de dois, ponto nove milhões de euros, que contribuíram de forma decisiva para o prejuízo final de um ponto dois milhões de euros, nas contas da autarquia e do que tem conhecimento o CDS nunca tinha votado contra as opções referidas. -----

----- Disse que existiam outros indicadores, como tinham sido descritos pelo Líder da bancada do PSD Nuno Barata, que traduziam melhor o desempenho orçamental, financeiro, económico e patrimonial de uma autarquia, mas existiam mais, mas o Presidente da Câmara



Oliveira do Bairro assembleia municipal

nada referiu no relatório de gestão. Nada tinha sido dito sobre o prazo médio dos pagamentos, nada disse sobre o EBITA, que é um indicador financeiro muito utilizado e representa quanto uma autarquia gera de recursos financeiros que eram mais de quatro milhões de euros. Questionou porque é que nada tinha sido dito sobre o índice de liquidez, que era um indicador que relacionava as dívidas a receber com as dívidas a pagar da autarquia, que era cerca de 49%, e ainda não estava registada a receita que o município tinha que receber da ADRA, que era dois milhões de euros, tendo sido um dos motivos para a reserva apresentada pelo Revisor.-----

----- Questionou também porque é que o Presidente da Câmara nada tinha dito sobre a autonomia financeira, outro indicador dos mais relevantes para a análise do endividamento, em cerca de 60%, nada foi dito sobre a solvabilidade, indicador que relaciona os fundos próprios com as dívidas a pagar em 152%, também nada foi dito sobre o índice que relaciona a dívida de empréstimos e a terceiros de curto prazo, com o número de eleitores, que apresentava uma redução de 33% em relação ao ano de 2005.-----

----- Disse que se podia afirmar que o PSD tinha deixado a autarquia com uma dívida de empréstimos e terceiros a curto prazo por eleitor de quatrocentos e quarenta e quatro euros e setenta e um cêntimos, contrastando com um valor de seiscentos e sessenta e um euros e doze cêntimos, existente no final do ano de 2005.-----

----- Referiu que se podia chegar a uma conclusão fácil, relativamente ao facto de nada ter sido dito pelo Presidente da Câmara, porque todos os indicadores que tinha descrito, mais os que tinham sido referidos pelo Líder de Bancada do PSD, tirando o resultado líquido que era tão importante nas autarquias, apresenta um excelente desempenho e se comparados com os valores de 2005, a situação mantinha-se e assim sendo o Presidente da Câmara teria que reconhecer o extraordinário legado orçamental, financeiro, económico e patrimonial deixado pelo PSD. ---- -----

----- Disse que o que tem sido dito pelo Presidente da Câmara era o oposto daquilo que atrás



Oliveira do Bairro assembleia municipal

referiu, quando lhe convinha empurrar para a frente as suas responsabilidades para com terceiros. Disse ainda que reconhecia que ainda havia muito para fazer, mas também reconhecia que o PSD não tinha deixado uma conta bancária recheada. -----

----- Referiu que era notória alguma impreparação e alguma inoperância, fruto da impreparação do novo Executivo, que não assume uma posição de humildade política porque isso não está ao alcance de todos os políticos.-----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – disse que tinha analisado o documento com uma perspetiva de sustentabilidade futura, e de facto a capacidade contabilística era diferente do trabalho matemático rigoroso. Referiu que se gastava 10% do orçamento com associações, questionando se era possível manter esses 10% e se isso trazia sustentabilidade para o futuro de um município. -----

----- Referiu que todos falarem de números genéricos, de um documento resumo da atividade, faltando a todos ver a projeção do futuro, mas não se via no documento uma linha de futuro, sem candidaturas. -----

----- Lembrou que na atualidade o financiamento não funciona de mesma forma de há doze anos atrás em que as Câmaras se candidatavam individualmente, atualmente existem as Comunidades Intermunicipais e os grandes financiamentos são feitos através desses órgãos e não se estando bem colocados nos mesmos, a capacidade de financiamento para alguns projetos, tende a ser cada vez mais diminuta. -----

----- No relatório de gestão, no que diz respeito à educação, disse que nessa área o município de Oliveira do Bairro era piloto, questionando o Presidente da Câmara se as verbas atribuídas pela Tutela chegavam para compartilhar com as responsabilidades assumidas.-----

----- Relativamente ao relatório de gestão sobre as reparações no Centro Escolar de Oliveira do Bairro, no valor de duzentos e trinta e cinco mil euros, obras no Centro Escolar da Palhaça no valor de cento e setenta mil euros, e obras de manutenção em diversos edifícios do Município,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

no valor de duzentos e trinta e cinco mil euros, encargos com as instalações, no valor de um milhão e duzentos mil euros. Referiu que tinha sido aposta do PSD, nos últimos doze anos, a educação que bem merecia, mas será que há capacidade para continuar a sustentar tanto edifício que foi construído, será que não foram construções a mais para as necessidades existentes. ---

----- Disse que teria que haver cortes se se quiser libertar verba para projetos futuros, porque o orçamento atual era muito curto para se pensar em projetos de maior nível para a projeção do concelho. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – referiu que já estava nas lides políticas há alguns anos e houve momentos em que se assustou com o que foi dizendo, muitas vezes apelidado de mal-educado, outras de mal-amado e outras ainda de extremamente duro. Disse que quando estava a ouvir as anteriores intervenções pensou que era mais do mesmo, continuando a ouvir-se aquilo que já tinha sido dito no passado em que muitos dos agora presentes, também fizeram parte. Acrescenta que para si é preocupante, porque nem todos têm culpa, mas todos são culpados, principalmente aqueles que têm que votar pela cor política, não contrariando a vontade do Executivo. -----

----- Disse que o presente relatório de gestão não passava de um truísmo, e a Assembleia tinha que se impor, não podia ir deixando passar, de uns anos para os outros, não podiam dizer que a culpa era dos Executivos e dos seus presidentes, a culpa também era da Assembleia Municipal, dos seus membros que têm uma responsabilidade imensa naquilo em que votam e que vai passando, Orçamentos, Relatórios de Gestão, Leis, entre outros documentos que são importantíssimos para o concelho. Alertou que não tinham sido eleitos para passarem tudo o que o Executivo propunha, mas sim para defenderem os altos interesses do concelho, a boa gestão do mesmo, doa a quem doer. -----

----- Sugeriu que se o documento tiver que ser retificado, pois que seja, como tinha sido feito num concelho vizinho em que os Presidente de Junta não votaram. Acrescentou que se estava



Oliveira do Bairro assembleia municipal

no início de um novo ciclo e que se cada um deveria gerir bem a sua consciência, no sentido de ir ao encontro dos que os elegeram. Informou que não iria votar a favoravelmente o documento.

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que voltava a frisar que achava que se estava a analisar dois documentos diferentes. Acrescentou que ainda bem que havia um assumir do passado e um balanço tendo o Presidente da Câmara de agora em diante olhar para os últimos doze anos e apontar tudo aquilo que tem do passado e que implica para o futuro. Recordou que a bancada do CDS-PP, várias vezes referiu que oito Polos Escolares, seria bom, mas sempre questionou relativamente aos custos de manutenção dos mesmos e o Presidente da Câmara na altura, nunca respondeu a essa questão. -----

----- Foi referido que o anterior Executivo aumentou o balanço, fez imenso investimento, imensas receitas e despesas de capital, mas agora queixam-se do aumento da despesa corrente, que tem que é inerente à série de opções tomadas, investimentos em equipamentos, das quais o CDS-PP discordou várias vezes e que agora se vêm as consequências. -----

----- Disse ter achado interessante que a questão do resultado líquido do exercício apresentado estar a negativo, não ter despoletado nenhum interesse tendo mesmo sido dito que não havia problema nenhum, sendo apenas questões contabilísticas. -----

----- Quando referiu que tinha que se fazer contabilidade criativa, tinha a sua razão de ser porque iriam entrar num exercício de treze milhões de imobilizado, a passagem do edifício para a Junta de Freguesia de Oiã, os problemas de devolução de receita, era assumida, mas passar de investimentos em curso com investimentos concluídos e passando as amortizações de quarenta e oito mil euros para quinhentos e setenta e dois num ano, isso já não foi referido. Ou seja, estava-se a colocar em investimento aquilo que deveria ter sido assumido no ano de 2013, conforme estava descrito no documento, relativamente a pavimentações de arruamentos. Acrescenta quando se fala em investimento dado às associações e instituições do concelho, não tinha nada contra, mas o que era certo era que para o bem e para o mal, muitas das associações



Oliveira do Bairro assembleia municipal

continuam a pedir dinheiro para pagarem investimentos, o que o leva a crer que ou o investimento foi muito e a Câmara deu pouco ou então algumas Direções andaram mal-habitadas porque sempre que havia problemas a Câmara apoiava. Investir nas associações é também dar-lhes meios para que as mesmas se regrem e saibam gerir os apoios que são dados pela Câmara. Referiu que dinheiro para as associações e instituições, concorda, mas com conta peso e medida.

----- Disse que era a primeira vez que se estava perante resultados líquidos negativos e tinha que ter algum significado.-----

----- Questionou o Presidente da Câmara se o exercício das atividades apresentadas no relatório, condicionavam ou não o ano de 2018. Questionou também que face aos resultados líquidos negativos quais eram as implicações financeiras para o município.-----

----- Foi dado de seguida o uso da palavra ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados, se assim o entendesse;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – começou por dizer que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia devem pautar pelo bem-estar dos seus munícipes, e devem trabalhar de forma a que haja consequências e sustentabilidade para o futuro, mas tem que ser um trabalho, realizável, palpável, algo que se concretize permitindo deixar um legado para as gerações vindouras, sendo essa a sua visão para uma autarquia.-----

----- Lembrou que há um ano atrás se perspetivava o fecho do IPSB, que veio a acontecer, trazendo para o município, desde o mês de setembro, o acréscimo da necessidade de transportes escolares, questionando se essa despesa terá efeito no ano de 2018. Lembrou também que houve o descongelamento de carreiras, no início de 2018, questionando se não se paga aos funcionários. Informou ainda que houve um acréscimo substancial, para satisfazer as necessidades do fluxo de alunos para o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro. Questionou se tudo o que tinha referido influenciava ou não, haverá ou não influências.-----

----- Sobre a responsabilidade que cada um tem e o facto de ter estado como Membro da



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Assembleia Municipal, referiu que todas as opções e ambições de um Presidente da Junta, são ver na sua terra os frutos do desenvolvimento e se esses frutos e desenvolvimento estiverem escritos num orçamento, só têm é que votar favoravelmente, depois têm é que esperar e lutar para que se concretize, mas de forma conscienciosa.-----

----- Fez referência às reduções de IMI, que foi opção política tomada por todos em novembro, com efeitos para o ano de 2018, sendo um dos grandes efeitos da redução de receita do município.-----

----- Sobre a certificação legal de contas disse que a mesma era feita por um excelente técnico, e como tal nem se atrevia a fazer qualquer tipo de reparo, mas atrevia-se a dizer que a certificação legal de contas, nos últimos anos, era sempre igual, sendo por isso importante que todos leiam, mesmo o que está para trás. Esclareceu que também não foi pela razão de exaustão de inventário que o Revisor colocou qualquer tipo de menção e o que estava transposto era o que era obrigatório por Lei transpor. Referiu que não se importava de reduzir a informação e ser mais objetivo, mas depois vêm dizer que não foi colocada toda a informação, mas havia informação que era obrigatório trazer.-----

----- Sobre a venda das águas à ADRA, questionou quais foram os reflexos, as consequências, questionou se aumentaram o bem-estar dos munícipes. Sobre o valor apresentado no documento, a receber por parte da ADRA, esclareceu que dependia da progressão, dos resultados da ADRA, esperando que não sejam como os valores do IEC, que ainda estavam por receber, porque ainda estava em tribunal a decisão, para que seja dada a verba, que foi solicitada pelo município que se tinha candidatado, estando desde o ano de 2007 para receber quase quatrocentos mil euros.-----

----- Refere ainda que nas contas e nos resultados também não estavam contemplados os quatrocentos mil euros, referentes a apoios recebidos indevidamente pela construção do auditório de Oiã, porque os municípios têm a faculdade que permite que a gestão seja feita de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

vários moldes. -----

----- Esclareceu que o EBITA resultava da capacidade que o município tinha para fazer investimento, vendo-se diretamente na demonstração de resultados e não eram quatro milhões, era uma questão de somar o resultado líquido com as amortizações. -----

----- Disse que foi apresentado um resultado negativo, tendo já demonstrado como o mesmo se gera, mas o resultado de um milhão e duzentos mil de saldo negativo, uns dizem que foi pelo aumento das amortizações, entre outras.... Sugeriu que todos seguissem o seu raciocínio, e disse que todos os anos são reconhecidos os recebimentos dos fundos, que constam nos resultados extraordinários, que têm que ser retirados, então tiram-se os quatrocentos mil euros que se estão a devolver, têm que retirar outras devoluções que se estão a efetuar, tem que se retirar o valor do IEC, que face aos dez anos de espera, se arriscam a não receber, muito embora esteja inscrito no orçamento, chegando-se assim à parte mais importante que é a parte do dinheiro. -----

----- Referiu que era impossível o município de Oliveira do Bairro, ter uma capacidade de endividamento de cerca de treze milhões, seria muito bom se fosse verdade, estando certamente os Membros da Assembleia a aprovar compras de terrenos para ampliação das zonas industriais. Sobre essa matéria referiu que se estava a lutar para adquirir alguns terrenos. -----

----- Disse que não é intenção desinvestir na educação e relativamente ao contrato interadministrativo e sobre os dois milhões de euros referidos, tem um grosso de serviços prestados pelas IPSS do concelho na educação, não só no fornecimento de refeições e se não forem as IPSS o município teria que contratar empresas que prestassem esses serviços. -----

----- Sobre o equilíbrio financeiro do contrato interadministrativo, referiu que o município ao assumir todas as responsabilidades, está deficitário. O município está a fornecer tudo o que é necessário para o funcionamento das escolas. Deu o exemplo dos transportes, em que o Executivo anterior tinha assumido que os alunos tinham transporte, da parte da manhã, por volta



Oliveira do Bairro assembleia municipal

das oito da manhã, mas isso trouxe para o município um acréscimo de despesa muito grande e foram essas vontades políticas que agora se tinha que manter. Esclareceu que o transporte das crianças, nada tinha a ver com o contrato interadministrativo.-----

----- Voltou a referir que a capacidade de endividamento do município não era aquilo que tinha sido referido, disse que já tinha referido os constrangimentos que iam assolar a gestão no futuro, dos quais não se podem dissociar e estavam previstos, sendo que as opções políticas tidas no passado, refletem-se e muito no futuro do município, no ano de 2018 tendo por isso as suas consequências, não só ao nível orçamental, mas também as suas implicações financeiras que eram bem visíveis no relatório que foi apresentado.-----

----- De seguida foi dada a palavra aos Membros da Assembleia, que pretendessem efetuar uma segunda ronda de intervenções; -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** - disse que gostaria de responder ao Membro André Chambel, relativamente aos 10% para as associações, dizendo que sim para si era futuro apoiar as associações do concelho, porque em alguma medida, até era poupado algum dinheiro, não podendo esquecer que havia muito trabalho feito pelas associações em que alguns casos se substituem ao município. Logo o investimento feito nas associações, concordando que era significativo, mas era relevante no ganho que significava para a qualidade de vida em Oliveira do Bairro. -----

----- Referiu ainda que o Membro André Chambel, tinha dito que a Bancada do PSD se estava a queixar do aumento da despesa, esclarecendo que ninguém da Bancada do PSD e tinha queixado do aumento de despesa, mas sim pelo contrário. Acrescentou que o que tinham dito foi que estava abaixo da média, era suportado pelo aumento da receita e tinha sido uma opção política dos executivos anteriores, que investiram em escolas novas, na criação do Quartel das Artes, a Alameda, entre outros, sendo óbvio que quem melhora e até cria equipamentos colocando-os ao serviço do município, criando melhores condições, tem que também gerar e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

assumir a despesa. -----

----- Disse que pelas palavras proferidas pelo Membro André Chambel, preferia ter as escolas antigas, aos Pólos Escolares agora existentes e assim a despesa era certamente muito mais baixa, nem se teria atualmente o Quartel das Artes, nem haveria climatização nas salas de aulas, tudo isso para que a despesa fosse mais baixa. Acrescentou que o que se estava a fazer atualmente, no Quartel das Artes, a nova programação e nova dinâmica, para si era positivo, mas sabia que também criava mais despesa, mas era um investimento na qualidade de vida dos munícipes. Dirigiu os seus parabéns ao atual Executivo pelo trabalho que estava a ser realizado naquele equipamento. -----

----- Referiu que certamente no PSD existiam muitos defeitos, haveria bons e maus momentos das Assembleias Municipais, mas uma coisa não eram, palhaços. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que o mesmo não tinha respondido a nenhuma das questões por si colocadas, reformulando as mesmas; -----

----- Se considerava o legado que foi deixado pelo anterior Executivo, um mau legado. ----

----- Se quando sair dos destinos de Oliveira do Bairro, se tencionava deixar resultados percentuais e absolutos, melhores que aqueles que tinha encontrado.-----

----- Questionou também, relativamente à questão dos transportes das crianças e à opção tomada pelo anterior Executivo de apanhar as crianças às oito da manhã, se não concordava com essa opção e se a pretendia alterar. -----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** - referiu que tinha ficado um pouco intrigado com a análise dos números, e pelo que viu do relatório a preparação do futuro adivinhava-se um pouco cinzenta, na sua opinião.-----

----- Lembrou que há doze anos o município tinha uma taxa de cobertura, do saneamento e água, superior a 90%, coisa que alguns municípios atualmente ainda não têm. Uma opção



Oliveira do Bairro assembleia municipal

política, vendeu-se o serviço. Essa venda criou receita que serviu para construir betão que não fala nem ri. Há escolas fechadas, com equipamentos de climatização que gastam muito dinheiro, os quais não podem estar ligados, pois não é possível sustentá-los. -----

----- Referiu que teria que ser feita uma valorização no ensino primário, competência do município, mas deveria ter sido com mais cautela de investimento. -----

----- Disse que de facto há despesas e nas há ativos geradores de receita, o ponto não é projetar o futuro, mas sim avaliar um relatório de contas, mas o futuro tem que ser projetado, com base em algo. Se as despesas são muitas, a verba disponível para se investir e captar pessoas, pode não ser suficiente para conseguir atingir o topo que os municípios vizinhos já atingiram.---

----- Acrescentou que o município de Oliveira do Bairro se inseria numa malha de concelhos que têm já uma dinâmica muito elevada, mas perdeu-se o andamento, porque se investiu em betão que não fala e não ri, não levando o concelho a lado nenhum. -----

----- Questionou qual seria o momento de alavancagem do concelho.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que dos esclarecimentos que ouviu por parte do Presidente da Câmara, sobre os constrangimentos orçamentais, onde foram referidos os transportes escolares, fruto de uma medida do governo, falou também no aumento da despesa com o pessoal, fruto de medidas do governo, mas gostaria de saber os efetivos constrangimentos da responsabilidade exclusiva do anterior Executivo. -----

----- Relativamente ao negócio da água, disse que tinha sido uma concessão de cinquenta anos, quatro milhões de euros, já recebidos, mas o contrato previa a transferência de seis milhões e foi o que tinha sido aprovado, com votos do CDS-PP em Assembleia Municipal. -----

----- Disse que os quatro milhões foram a redução da dívida, deixada pelo Executivo do CDS-PP em dois milhões e meio de euros, sendo que o restante, um milhão e duzentos mil que existe no saldo de gerência, para a gerência do atual Executivo, estando quase a chegar-se aos quatro milhões de euros, porque os restantes trezentos mil euros foram gastos no decurso de doze anos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de gerência do PSD. Acrescentou que sobre o negócio da ADRA estavam esclarecidos. -----

----- Outra situação referida tinha sido a correção financeira, efetuado pelo +CENTRO no valor de quatrocentos e vinte e dois mil euros, disse que a situação já tinha sido evidenciada nas contas do ano de 2016, não sendo por isso nenhuma novidade. Referiu que se o valor não tivesse sido refletido nas contas, o passivo ainda estava mais reduzido, porque o valor estava reconhecido no passivo do presente ano. -----

----- Referiu que um dos indicadores da boa saúde financeira, era a capacidade de gerar investimento através de despesas correntes. Disse que as despesas de capital da autarquia se tinham cifrado em cinco milhões, trezentos e sessenta e nove mil euros, as receitas de capital foram de seiscentos e oitenta e nove mil, tudo o resto foi financiado através de receita corrente, questionando se não era um bom legado. -----

----- Acrescentou que o Presidente assim que chegou ao Executivo, poderia ter contraído um empréstimo, no mínimo de dois milhões e meio de euros e no corrente ano já poderia ter contraído outro empréstimo, que tinha sido isso que o PSD fez quando chegou ao Executivo, que foi o que tinha projetado os doze anos de um grande volume de investimento e no entanto deixaram as contas melhores que o que tinha sido deixado pelo CDS. -----

----- Disse que dizer que o limite de endividamento não era de treze milhões de euros, não era verdade, porque era o que constava no relatório de gestão, mas se for dito que era um valor exagerado e irrealista, era outra conversa, mas o valor consta no relatório de gestão. -----

----- Falar de constrangimentos orçamentais, não era correto, até porque o anterior Executivo tinha deixado projetos candidatados em termos de PARUS em cerca de dois milhões de euros, pedindo desculpa se não estiver correto, mas era a ideia que tinha. -----

----- Reforçou que o legado deixado pelo PSD foi um bom legado, sendo melhor que o legado deixado pelo CDS. -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – referiu que tinha tentado que o debate do



Oliveira do Bairro assembleia municipal

documento, fosse mais no âmbito político e menos contabilístico, tentando uma vez mais que o debate assente nesse nível, o político.-----

----- Questionou o Presidente da Câmara se não tivesse sido 2017 um ano eleitoral, se entendia que o apoio às associações teria tido o mesmo impacto nas contas do exercício.-----

----- Questionou também se no ano de 2021, também ano eleitoral, iria ser diferente do ano de 2017.-----

----- Relativamente ao negócio da água com a ADRA, já abordado, concretamente sobre a vantagem e desvantagem do negócio, questionou o Presidente da Câmara, qual tinha sido a posição que tinha assumido na altura, como Presidente de Junta de Freguesia, na Assembleia Municipal, num negócio que já tinha assumido como ruinoso para o interesse dos oliveirenses. Questionou se tinha vincado o seu pensamento, que possuiria na altura sobre a referida concessão.-----

----- Disse que como já tinha sido referido por um Membro da Assembleia, têm que se habituar a assumir as posições tomadas, não só as presentes, mas também as passadas e as futuras. ------

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – disse que o Presidente da Câmara tinha referido os transportes, o aumento de pessoal e de despesa com o pessoal e as despesas com as escolas, mas isso não foi colocado em questão. Mas já que tinha falado, disse que um Vereador custava dois mil, seiscentos e três euros por mês, mais quinhentos e trinta e três euros de ajudas de custo, mais 30% de custos administrativos, segurança social. O Chefe de Gabinete custa 90% do valor referido, ou seja, em constas feitas por alto, está-se a falar num valor de noventa e seis mil euros por ano.-----

----- Questionou qual tinha sido o aumento de custos com o pessoal e transportes, mas esses custos não deveriam ser discutidos, mas os custos inerentes a opções políticas é que deveriam ser discutidos, porque se calhar dariam alguma margem para alavancar o concelho



Oliveira do Bairro assembleia municipal

para o futuro. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que em esclarecimento ao Membro Paulo Barata, um Chefe de Gabinete não recebe ajudas de custo.--

----- Referiu que tinha sido dito pelo Líder de Bancada do PSD e bem, que os investimentos nas associações, eram investimentos, mas a questão era o critério de atribuição, porque nunca o houve durante doze anos apesar das promessas do PSD de passar a haver regulamento de atribuição de subsídios às associações, mas nunca existiu e por isso é que tinha referido que em alguns casos se estava a ajudar, mas se calhar não de melhor forma. -----

----- Disse que quando o Líder de Bancada do PSD, referiu que não tinha havido critica por parte da Bancada relativa à despesa, mas o que falaram foi relativo à despesa corrente e se criticam o facto de não haver transferência de receita corrente para despesas de capital e isso acontece porque há um aumento da despesa corrente e assim sendo estão a criticar o aumento da despesa corrente.-----

----- Esclareceu que não quis dizer que queria as escolas antigas, disse que não queria tantas escolas e há medida dos anos foram questionando quanto é que iriam custar as mesmas, porque essa é a questão. -----

----- Quando se diz que os custos inerentes aos transportes escolares, foi uma medida implementado pelo governo, disse que a sua génese é, mas concorde-se ou não com a atuação do Presidente da Câmara na altura, foi por inoperância do Executivo do PSD, porque o CDS várias vezes sugeriu como se deveria proceder, usando o acordo de delegação de competências para provocar ao Ministério da Educação um impasse, por uma quebra contratual e nada aconteceu. Por isso não se diga agora que o aumento com os custos correntes, nomeadamente com os transportes, seja uma despesa corrente provocada pelo Governo.-----

----- Quando se diz que as contas de devolução do programa +CENTRO, relativamente à obra da biblioteca e do auditório de Oiã, que já estavam contabilizados, muito bem, mas o que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

foi falado muitas vezes é que dos constrangimentos atuais que a atuação do Executivo anterior provocaram no exercício atual e no futuro. Assim como o Presidente da Câmara disse que se estava a devolver o dinheiro do +CENTRO, está-se a devolver nos próximos dois anos e meio, dez mil euros por mês, menos tesouraria, menos capacidade de investimento de imediato. -----

----- Acrescentou que a parte contabilística e financeira era uma coisa e a parte de tesouraria era outra, mas as duas eram complementares e quando se fala numa tem que se ter em conta a outra. --- -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – relativamente às associações, já tinha sido dito que a dimensão da verba que era transferida para as associações era significativa, mas não o preocupava a dimensão da verba, o problema era que muita dessa verba transferida não era detalhadamente nem devidamente protocolada. Ao contrário do que se passa com as Juntas de Freguesia, onde existe o protocolo que passa pela Assembleia Municipal e todos ficam a saber exatamente para que vai servir a verba atribuída, em muitos casos de associações, nem têm conhecimento, sendo isso que tinha que ser alterado.-----

----- Acrescentou que não se exige que se diminua a transferência de verbas, exigem sim que quem define as políticas era o Executivo e a Assembleia Municipal e as associações devem ser parceiras e tratadas com dignidade, porque muitas vezes prestam serviços à população com menos custos e isso deve ser incentivado. Disse que por outro lado deve também ser exigido as associações as suas responsabilidades. Deve-se também acautelar, dando o exemplo de uma associação que solicitou à Câmara verbas para obras, as obras correram mal e depois o Executivo vem dizer que nada tem a ver com o assunto, sendo um problema da associação, quando não é porque o valor transferido é pago por todos e que gere o dinheiro é o Executivo, tendo por isso obrigação de gerir esse dinheiro de forma assertiva.-----

----- Disse que era verdade que muito se fez, nos últimos anos, mas também era verdade que houve verbas transferidas que não foram gastas da melhor forma, e atualmente gasta-se



Oliveira do Bairro assembleia municipal

muito com as associações comparativamente aos municípios vizinhos e vê-se menos trabalho feito. -----

----- De seguida foi dado novamente o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para que respondesse às questões colocadas, se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – relativamente à questão da ADRA, disse que já noutros fóruns tinha sido acusado de se imiscuir de votar sobre a não adesão à ADRA. Deu conhecimento que na Assembleia Municipal onde foi votado o assunto, foi substituído e a pessoa que o substituiu na altura, votou contra a adesão. Esclareceu que passados poucos dias, dessa votação foi eleito Presidente de Junta e como qualquer Presidente de Junta na relação entre órgãos, veio fazer a sua apresentação ao Executivo, juntamente com a sua equipa. O Membro da Assembleia Carlos Ferreira, na altura era Vereador do Executivo e por isso se devia recordar das palavras que proferiu na altura e que iria relembrar. -----

----- Nessa apresentação o Executivo da Junta de Freguesia, foi questionado pelo Executivo Municipal, sobre o que achava sobre a venda das águas, se continuavam a ter a mesma opinião. Questiona se alguém ainda tem dúvidas sobre a sua opinião relativamente ao assunto. -----

----- Deu conhecimento que as respostas à questão colocada, foram a tesoureira da Junta disse que não dominava o assunto, o secretário da Junta respondeu que se tinha enganado na votação que tinha feito, e o Presidente da Junta disse que o negócio mal ou bem estava feito e no momento estavam para trabalhar com o que se tinha, foi mais uma vez questionado pelo Executivo ao que respondeu de igual forma. -----

----- Sobre a questão levantada pelo Membro Nuno Barata disse que foi respondendo às questões levantadas e sobre o assumir os transportes como estão, nem se coloca em causa. Apenas justificou que estratégias e opções políticas tomadas anteriormente que tiveram consequências no futuro. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Relativamente à questão da disponibilidade financeira, da devolução ou não de dinheiro dos fundos comunitários, esclareceu que se o valor estivesse incluído anteriormente, já estaria a ser devolvido, e o acordo com a Agência do Desenvolvimento, tinha sido assinado por si. Acrescenta que o seu antecessor, lhe tinha mostrado um ofício, onde solicitava que fosse feita essa compensação, uma vez que ainda está em tribunal, mas não há compensação possível, tem que ser devolvido, e se um dia for para receber, recebe-se novamente. Informou que os juros são a 4%, que é pesado para um serviço de dívida de uma autarquia que não tem esses juros.

----- Disse que não conseguia perceber onde é que tinha um milhão e duzentos mil euros de disponibilidades.-----

----- Dirigindo-se ao Membro Carlos Ferreira disse que seria bom que se esclarecesse, que do valor referido, qual era efetivamente o valor que o Município poderia utilizar. Esclareceu que setecentos mil euros eram garantias de depósitos de garantia feitos á Câmara que não são da autarquia.-----

----- Relativamente à capacidade de endividamento, disse que seria bom de mais em dois anos a Câmara endividar-se em cinco milhões de euros, não obstante de o município estar disponível para aproveitar tudo o que estiver ao seu alcance.-----

----- Disse que há poupança, pelo menos não há secretários da vereação.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra para esclarecimento, pelo Membro Carlos Ferreira, tendo sido alertado pelo Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, que o mesmo fosse conciso e direto, tendo-lhe concedido a palavra;-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - relativamente ao +CENTRO, solicitou ao Presidente da Câmara que consultasse as contas do ano de 2016, no anexo ao balanço, em que estava explicito o valor referido.-----

----- O saldo de gerência é de um milhão e duzentos mil euros, sendo que em 2005 era de zero ponto seis, não havendo dúvidas.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- De seguida foi dado novamente o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para que se pronunciasse, se assim o entendesse;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que após consulta das contas relativas a 2005, e o valor era de um milhão e trezentos mil, sendo que na altura as contas não eram auditadas e o Membro Carlo Ferreira sabia disso. -----

----- Referiu que a devolução do valor relativo ao +CENTRO, tinha sido assumida por si, se estavam outras devoluções no documento referente ao ano de 2005, não afirmava, afirmando apenas a devolução ao +CENTRO, assumida por si. Esclareceu que não existia acordo de devolução, e queria a Agência para o Desenvolvimento, há um mês atrás, que o Município constituísse garantia sobre o valor, estando a reter a entrega de fundos do valor da prestação ao Município, tendo começado no início do presente ano.-----

----- Se no ano de 2016 o seu antecessor tinha assumido o valor de quatrocentos e vinte e dois mil euros, não o poderia ter feito.-----

----- Foi novamente solicitado o uso da palavra pelo Membro Carlos Ferreira, tendo-lhe sido concedida; -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – referiu que tinha consigo as contas do ano de 2005 e os valores não eram aqueles que tinham sido referidos pelo Presidente da Câmara.

----- Relativamente ao ano de 2016, não tinha consigo a documentação, mas garantia que já estava reconhecido nas contas, nas dívidas a pagar o valor de quatrocentos e vinte e dois mil euros.-----

----- Foi questionado o Presidente da Câmara se pretendia proferir algumas palavras;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – informou que iria fazer chegar à Mesa o acordo assinado por si, a correspondência que foi trocada e se for entendimento da Mesa, deve esclarecer todos os Membros da Assembleia. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acrescentou se a responsabilidade tinha sido assumida, para si era um pouco impossível, porque se até ao final do ano existia a tentativa de acordo e se já estava assumido pelo seu antecessor a dívida era um pouco contraproducente, fazer uma interpretação sobre o assunto. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro José Carvalheira, tendo também sido alertado para que fosse explícito e conciso; -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – disse que se havia quem representasse na presente Assembleia os cidadãos, essa era a pretensão da Bancada do UPOB, e os cidadãos do concelho deveriam estar muito preocupados, porque ficou com duvidas se o compromisso anteriormente falado, não teria sido pago duas vezes. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício ANA **RITA FERREIRA DE JESUS** – referiu que todos os Membros da Assembleia têm a pretensão de representarem os cidadãos, uns com mais cor política que outros, mas todos estão em representação dos cidadãos.

----- Relativamente ao que foi dito pelo Presidente da Câmara, de que faria chegar à Mesa a documentação, informou que depois de analisar a mesma dará seguimento se assim for entendido. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos colocado à votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.3 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2017, Documentos de Prestação de Contas 2017, Inventário do ano de 2017 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2017**, foi **Aprovado por Maioria, com 20 Votos a Favor e 5 Votos Abstenções**. Abstenções pelos Membros do Grupo Municipal do UPOB, Armando Pinto, José Carvalheira, Conceição Mota, Acácio Oliveira e Paulo Barata.-----

----- Seguidamente foi dado o uso da palavra aos Membros que desejassem apresentar uma Declaração de Voto.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – entregou à Mesa a sua intervenção por escrito a qual se transcreve na sua íntegra;-----

----- “A Bancada do UPOB absteve-se na votação do Relatório de Gestão de 2017. Documento de Prestação de Contas 2017, Inventário do ano de 2017 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017 pelas seguintes razões; -----

----- 1. A edição do relatório mostra pouca preocupação em tornar clara a informação ao cidadão comum. E prestar contas a quem paga impostos deve ser uma preocupação permanente de qualquer Executivo; -----

----- 2. Este relatório espelha a estagnação económica do município, e não temos visto da parte do atual Executivo uma vontade firme em alterar a atual situação, antes pelo contrário, no essencial tudo tem permanecido na mesma;-----

----- 3. O crescimento da despesa corrente face à receita corrente é extremamente preocupante e obriga a que haja outra estratégia de desenvolvimento para o Concelho de Oliveira do Bairro;-----

----- 4. A falta de provisões para as ações judiciais em curso reveste-se de um risco para o Município que deverá ser acautelado;-----

----- 5. A tentativa de dramatizar hoje, de apresentar hoje contas muito más para ganhar margem para amanhã apresentar algo um pouquinho melhor, é uma estratégia oca, que para além dos efeitos cosméticos não tem qualquer relevância; -----

----- 6. A referência na discussão a contabilidade criativa por parte do Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, também deputado nesta Assembleia, deixa-nos apreensivos.”--

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** – entregou a sua intervenção por escrito à Mesa, a qual se transcreve na sua íntegra;-----

----- “A Bancada do Partido Social Democrata votou favoravelmente por entender que este



Oliveira do Bairro assembleia municipal

documento de prestação de contas que é, na sua grande maioria, da responsabilidade do anterior Executivo liderado pelo PSD reflete de forma clara e inequívoca a boa situação orçamental, financeira, económica e patrimonial do Município de Oliveira do Bairro. -----

----- Tal conclusão está assente na evidência factual e demonstrada de uma melhoria significativa de todos os mais relevantes vetores de análise dos documentos, a saber: -----

----- Uma estrutura da execução orçamental melhor do que a média nacional para os municípios com a mesma dimensão, (dados de 2016). -----

----- Apresenta um diferencial entre a receita corrente e a despesa corrente de cerca 4,7 milhões de euros para canalizar em despesas de Investimento. Comparando com 2005 (Ano em que o PSD assumiu os destinos do Município) significa uma melhoria em cerca 2 milhões de euros;-----

----- Apresenta um saldo para a Gerência do CDS de cerca 1,2 Milhões de euros. Uma melhoria, para o dobro, quando comparada com o ano em que recebemos o Município das mãos do CDS/PP,-----

----- Apresenta uma análise financeira, económica e patrimonial que revela que o PSD deixou a Autarquia com um ativo de líquido cerca de 104,5 milhões de euros, quando em 2005 era de apenas 55,1 milhões de euros. -----

----- Apresenta uma redução nas dividas de empréstimos de médio e longo prazo e a terceiros de curto prazo em cerca de 2,5 milhões de euros; quando o PSD assumiu a gerência entregue pelo CDS/PP, a divida de empréstimos e a terceiros de curto prazo totalizavam 11,8 milhões de euros, hoje, deixamos a Autarquia com apenas 9,3 milhões. Portanto uma redução de 21%; -----

----- Deixou, o executivo liderado pelo PSD, a Autarquia com uma capacidade de endividamento em mais de 13,3 milhões de euros, podendo a Autarquia contrair empréstimos de médio e longo prazo no valor de 2,7 milhões de euros. Quando, em 2005, o valor máximo que a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

autarquia pôde contrair de empréstimos de médio e longo prazo foi de cerca 44 mil euros e em 2016 foi de cerca de 1 milhão de euros. -----

----- Portanto, podemos concluir que a Autarquia de Oliveira do Bairro é uma autarquia sem nenhum constrangimento orçamental, financeiro, económico e patrimonial. -----

----- Revelando, desta forma, uma gestão competente e eficiente dos três executivos anteriores liderados pelo PSD, que deixou o Município de Oliveira do Bairro e aos seus atuais responsáveis autárquicos uma herança bem mais confortável e favorável do que a que tinha encontrado. -----

----- Uma prática que acreditamos seja para manter.” -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – esclareceu que em Comissão Permanente, tinha sido acordado entre os Líderes de Bancada que apesar dos próximos pontos da Ordem de Trabalhos, serem individuais e a votação dos mesmos feita individualmente para cada ponto, a discussão dos mesmos, de forma a agilizar os trabalhos, será feita conjuntamente, assim foi feita a apresentação para análise e discussão dos seguintes Pontos da Ordem de Trabalhos;-----

----- **5.4 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oiã, para a concretização da Delegação Legal de Competências;**-----

----- **5.5 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, para a concretização da Delegação Legal de Competências;**-----

----- **5.6 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia da Palhaça, para a**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

concretização da Delegação Legal de Competências;-----

----- **5.7 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, para a concretização da Delegação Legal de Competências.**-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para a introdução dos pontos; ---

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – informou que tinha sido incluída mais uma variável na premissa de cálculo base, para a distribuição de verbas às Juntas de Freguesia, sendo que essa premissa materializava o que já acontecia com as Juntas de Freguesia, sendo que as mesmas já efetuavam esses trabalhos, sendo apenas uma formalização. -----

----- Deu conhecimento que tinha havido reuniões prévias com os Presidentes de Junta, os quais foram auscultados, envolvendo-os também no protocolo de delegação legal de competências, tentando através do mesmo, lhes dar mais capacidade financeira e ir de encontro ao que é a falta de meios humanos. -----

----- Foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia, que pretendessem intervir sobre os pontos apresentados;-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse que a Bancada do UPOB via com bons olhos a materialização dos acordos de delegação legal de competências, nas Juntas de Freguesia, havendo matérias que as Juntas devida à sua proximidade e rapidez, com que conseguem atuar, fazem-no melhor, mais rápido e gastando menos recursos. -----

----- Disse que também que era muito relevante que os acordos sejam feitos com todas as Juntas de Freguesia, que os mesmos sejam detalhados, quais os compromissos assumidos, qual a verba a ser transferida e como seria feito o pagamento. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Pelo que foi dado a entender, os acordos desenrolaram-se no bom relacionamento institucional o que a todos agrada e por isso iam apoiar. -----

----- Disse que com as Juntas de Freguesia e os protocolos, se estava a analisar uma verba de cerca de duzentos mil euros, sendo que para as associações a verba era de dois milhões, ou seja dez vezes mais, desafiando assim o Presidente da Câmara a trazer à Assembleia Municipal os protocolos feitos com as associações, não para os votarem, mas de forma a todos ficarem a conhecer os mesmos.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** - lembrou que no início da presente Assembleia o Membro Carlos Ferreira tinha referido que a Câmara Municipal deveria decidir delegar as competências, para depois de vir assinar os acordos de execução, mas a delegação de competências é obrigatória pela lei 75/2013 no seu artigo 132.º, que diz que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia as seguintes competências das Câmaras Municipais. Ou seja, a Câmara Municipal não decide que competências é que vai delegar nas Juntas de Freguesia, a própria lei é que as determina.-----

----- Acrescentou que no artigo 133.º da lei 75/2013, é referido que as Câmaras Municipais têm 180 dias, após assumir funções, para estabelecer estes acordos de execução. Por isso apenas se está a cumprir a lei.-----

----- Referiu que a tentativa, do início da Ordem de Trabalhos, por parte do Membro Carlos Ferreira, de querer fazer parecer que era uma ilegalidade, que as decisões das Assembleias de Freguesia podiam ser anuláveis, é uma falácia.-----

----- Não havendo mais intervenções foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para proferir algumas palavras se assim o entendesse;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que aceitando o desafio do Membro Armando Humberto, iria esperar que entrasse em vigor o Regulamento de Apoio às Associações, que era o primeiro passo.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Nuno Barata, tendo-lhe sido concedida;--

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** – informou que a bancada do PSD iria votar favoravelmente os pontos apresentados. -----

----- Respondendo ao Membro André Chambel, disse que na sua opinião, não era uma falácia, porque se o documento fosse chumbado em Assembleia Municipal, tudo o que tinha sido feito nas Assembleias de Freguesia, ficava sem efeito. Lembrou que a única coisa que tinha referido, tinha sido um detalhe que o lembrou do regime autocrático de um regime único, porque em bom rigor, nada veio fazer sobre o assunto, porque o mesmo já estava decidido.-----

----- Não havendo mais intervenções, foram os pontos colocadas a votação; -----

----- Ponto **5.4 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oiã, para a concretização da Delegação Legal de Competências, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 votos a Favor.** -----

----- Ponto **5.5 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, para a concretização da Delegação Legal de Competências, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 votos a Favor.** -----

----- Ponto **5.6 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia da Palhaça, para a concretização da Delegação Legal de Competências, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 votos a Favor.** -----

----- Ponto **5.7 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, para a concretização da Delegação Legal de Competências, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 votos a Favor.** -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Não havendo mais nenhuma intervenção, foram assim concluídos os pontos da Ordem de Trabalhos, supramencionados. -----

----- Em seguida, deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.8 – Análise e Discussão do Relatório de Observância do Direito da Oposição**, tendo sido dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para tecer algumas palavras de assim o entendesse -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – informou que apenas tinha tido oportunidade de relatar do que tinha ocorrido no ano de 2017, sobre a discussão do Orçamento e da audiência que foi realizada quer ao PSD quer ao UPOB. -----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia se pretendiam intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido dado o uso da palavra aos mesmos; -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – entregou a sua intervenção por escrito, a qual passo a transcrever; -----

----- *“Começo por afirmar que este relatório deveria poder ser dividido em duas partes, o antes e o depois de Mário João Oliveira, mas pensando melhor, tal facto talvez não se justifique porque também no relacionamento com a oposição, a postura do atual executivo não tem sido muito diferente;* -----

----- *Mostra dificuldades em dialogar com a oposição e (preferiu antes transformar a oposição em posição) e esconder o jogo à frontalidade e à transparência.* -----

----- *Para ficar aqui um exemplo, ilustro as minhas anteriores afirmações com o caso da reunião com a Senhora Secretária de Estado Dr.^a Alexandra Leitão, estivemos uma hora na Assembleia Municipal a discutir sobre o assunto “Educação” e o Senhor Presidente da Câmara não foi capaz de informar a oposição, que tinham agendado uma reunião no outro dia de manhã (isto ocorreu já no ano de 2018 e não vem neste relatório, mas ilustra uma forma de estar).* -----

----- *Teríamos com certeza que apontar algumas falhas ao anterior executivo no que diz respeito ao não cumprimento de alguns direitos consignados no Estatuto do Direito de Oposição,*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

muitos dos que aqui estão hoje sabem que isso é verdade e nos termos do número 2 do Artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição e no exercício do direito de preclusão que este nos confere, esses factos devem ser acrescentados a este relatório, porque ele vem a esta Assembleia Municipal como referente a todo ao ano de 2017.-----

----- *Como oposição esperamos e desejamos que o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo, cumpram integralmente este Estatuto estabelecendo um relacionamento saudável e harmonioso com a oposição, valorizando as nossas propostas quer na Câmara quer nesta Assembleia Municipal, deixando de lado os secretismos e as manias que sabem tudo e que tem o poder absoluto sobre a governação e os destinos dos Oliveirenses.*”-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara se assim o entendesse;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu novamente que o relatório se referia ao ano de 2017 e não até ao momento, mas pensava que a oposição não teria muita razão de queixa do atual Executivo. Lembrou que há pouco tempo tinha sido apresentada, pela oposição, uma proposta em Reunião de Câmara, foi sugerido que a mesma fosse reestruturada de forma a responder aquilo que realmente se pretendia, estando a mesma a ser reestruturada como tinha sido sugerido, com o apoio dos técnicos da Câmara, de forma a que tenha fundamento. Acrescentou que este era um dos exemplos de entendimento com a oposição.-----

----- Relativamente à questão da Sr. Secretária de Estado, disse que tomou em atenção o pedido feito pela mesma, da descrição que deveria ser dada ao assunto, porque se tratava de falar sobre a educação e não de questões de política. Foi transmitido tudo aquilo que poderia ser transmitido, e logo que houvesse informações concretas, as mesmas seriam transmitidas.-----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – questionou os presentes se pretendiam fazer alguma intervenção, o que não sucedeu



Oliveira do Bairro assembleia municipal

dando assim por concluído o presente Ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Em seguida, deu-se início ao ponto aditado à Ordem de Trabalhos, na última reunião da Assembleia Municipal, **5.9 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Projeto de Regulamento do orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro.** -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para que introduzisse o ponto; --

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – lembrou que no início da Assembleia Municipal, se tinha falado da razão de ser do presente regulamento, foi falado da oportunidade que o mesmo poderá trazer, daquilo que o mesmo pode representar no futuro e quais os verdadeiros objetivos. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir no presente ponto da Ordem de Trabalhos, que procedessem à sua inscrição, tendo sido dado o uso da palavra aos mesmos;-----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – começou por parabenizar e felicitar o Executivo pela extraordinária iniciativa, que sempre foi uma proposta da Juventude Social Democrata, apresentada em todas as reuniões do Conselho Municipal da Juventude, mas nunca foi tido em conta. Aconteceu agora com o atual Executivo, saudando-os mais uma vez, pelo respeito, pelo sinal de proximidade, de transparência. -----

----- Referiu que era um meio para uma democracia participativa e para o valor das iniciativas dos oliveirenses.-----

----- Felicitou ainda pela construção participada, do próprio Regulamento, pelo pensamento crítico e democrático, que esperava ver continuado na execução do mesmo. Acrescentou que a boa intenção do processo deveria ser continuada, por uma gestão igualmente livre, democrática e transparente.-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – disse que da experiência que tem nos Orçamentos Participativos quer a nível autárquico quer a nível nacional, lhe permitia tecer algumas palavras



Oliveira do Bairro assembleia municipal

sobre o assunto.-----

----- Entregou a sua intervenção por escrito a qual passo a transcrever;-----

----- “O Orçamento Participativo, hoje em dia é um dos instrumentos mais importantes de gestão pública ou de uma coletividade politicamente organizada. Como reflexo de tal afirmação este Orçamento constitui, a partir do ponto de vista político-institucional, a síntese do compromisso de contribuições da sociedade e de realizações do governo autárquico.-----

----- O Orçamento Participativo que desde o seu surgimento no final da década dos anos oitenta, vem sendo utilizado como um fenómeno inovador nas administrações públicas, pois tem como foco principal a gestão democrática, visto que visa a participação direta da população. O Orçamento Participativo, gerou um mecanismo de gestão democrática das políticas públicas para decidir de uma forma voluntária a melhor alocação dos recursos e um poderoso instrumento de redistribuição de investimentos, uma prática que está a transformar radicalmente a cultura política Nacional e Internacional, incorporando o cidadão numa sintonia com a administração Nacional e Municipal, dando-lhe a oportunidade de conhecer as receitas e despesas do seu Município e de participar na distribuição de uma pequena parte desses recursos financeiros.-----

----- Nasce agora no Concelho de Oliveira do Bairro, o Orçamento Participativo com verbas de cerca de 1% com IVA à taxa legal incluído, do Plano Plurianual de Investimentos, em vigor, prática incipiente, mas que tem mostrado a sua eficiência, eficácia e efetividade nos Municípios que adotaram este modelo ou outro idêntico, como referência.-----

----- O Orçamento Participativo é novo e tudo o que é novo requer adaptações, assim:-----

----- 1. Sugerimos ao executivo que faça chegar às Escolas do Concelho sessões de esclarecimento e sensibilização para este tipo de contributo democrático na governação em Portugal;- -----

----- 2. Que a sua divulgação passe também pelos painéis de publicidade eletrónicos da cidade e por outdoors espalhados pelo Concelho;-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- 3. *Que as votações sejam controladas e fiscalizadas através do Cartão de Cidadão e que as Juntas de Freguesia e as Associações do Concelho sejam dissuadidas de contribuírem por qualquer meio, nas deslocações dos votantes aos locais de voto, considerando o que tem corrido menos bem no nosso vizinho Concelho de Águeda.*-----

----- 4. *“Artigo 17º - está previsto a possibilidade de votação à distância por intermédio de meios digitais. Julgamos tal ser desaconselhado porque é tecnicamente muito difícil, ou pelo menos extremamente dispendioso, por um lado garantir que uma pessoa só pode votar uma vez, que quem está a exercer o direito de voto é mesmo a pessoa em questão, que a pessoa não consegue provar a terceiros em quem votou, e que não é possível associar uma pessoa a um voto e assim quebrar o sigilo do voto. Por todo isto desaconselhamos vivamente o voto por meio eletrónico, devendo o voto ser feito de forma presencial em vários locais de forma a garantir uma fácil acessibilidade.”*-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que daquilo que pode discutir com várias pessoas, o Município de Oliveira do Bairro, deve também aproveitar e apoiar projetos que possam ir aos Orçamentos Participativos Nacionais, acreditando que isso seria o passo seguinte.-----

----- Relativamente ao sistema de votação, disse que haveria um problema com a votação utilizando o cartão de cidadão, primeiramente a parte tecnológica que iria obrigar a mais tempo de preparação para o procedimento, para além da questão da proteção de dados, dado o novo regulamento.-----

----- Do que se pode aperceber é que na fase inicial, não obstante a que o regulamento seja aperfeiçoado há medida dos anos, o processo fosse o mais simples possível, transparente, mas permitindo que qualquer pessoa possa votar, sempre apoiada por técnicos municipais e não outros agentes que não os técnicos do município.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Acácio Oliveira, tendo-lhe sido concedida;



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – disse que talvez não se tenha explicado sobre o uso do cartão do cidadão. Deu o exemplo do município de Águeda, onde já se assinam contratos com o cartão do cidadão, o que para si é muito interessante, mas no caso da votação do Orçamento Participativo, referia-se apenas á exibição do cartão do cidadão, provando assim a identidade da pessoa, numa primeira fase, e daqui a alguns anos sim a votação através do cartão do cidadão. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que tecesse algum comentário se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que não tinham sido colocadas nenhuma questão, mas tinham sido deixadas sugestões que certamente iria acolher, iriam ser tidas em atenção com o intuito de melhorar sempre cada um dos Orçamentos Participativos de ano para ano. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos colocado à votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.9 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Projeto de Regulamento do orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro**, foi **Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor.** -----

----- Não havendo mais intervenções foi dado assim por concluído o presente Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Tendo em atenção que se deveria dar de imediato seguimento aos assuntos constantes da presente Ordem de Trabalhos, questionou os Membros, se tinham alguma oposição a que se aprovasse o teor das respetivas deliberações em minuta. -----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal, 5.3 –



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2017, Documentos de Prestação de Contas 2017, Inventário do ano de 2017 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2017; 5.4 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oiã, para a concretização da Delegação Legal de Competências; 5.5 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, para a concretização da Delegação Legal de Competências; 5.6 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia da Palhaça, para a concretização da Delegação Legal de Competências; 5.7 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, para a concretização da Delegação Legal de Competências; 5.9 - Análise e votação para efeitos de aprovação do Projeto de Regulamento do orçamento Participativo do Município de Oliveira do Bairro.-----

----- Posto isto, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, deu por encerrada a presente Sessão da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata, que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e outros Membros da Assembleia que o desejem fazer. -----